



Educação Popular

Alder Júlio Ferreira Calado



Editora do
CCTA

Editora do
CCTA

Educação Popular

Educação Popular

Alder Júlio Ferreira Calado

Editora do CCTA/UFPB
João Pessoa
2021



REITOR
VALDINEY VELOSO GOUVEIA
VICE-REITORA
LIANA FILGUEIRA ALBUQUERQUE



Diretor do CCTA
ULISSES CARVALHO DA SILVA
Vice-Diretora
FABIANA CARDOSO DE SIQUEIRA



Conselho Editorial
CARLOS JOSÉ CARTAXO
MAGNO ALEXON BEZERRA SEABRA
JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES
MARCÍLIO FAGNER ONOFRE

Editor
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

Secretário do Conselho Editorial
PAULO VIEIRA

Laboratório de Jornalismo e Editoração

Coordenador
PEDRO NUNES FILHO

Diagramação e Design da Capa
AMANDA PONTES

Copyright © 2021 dos(as) organizadores(as).
Todos os direitos reservados à Editora do CCTA.

Depósito legal efetuado.

Autorizada a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.
O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Realização: Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR)

Apoio: Linha de Educação Popular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFPB, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) da Pró-Reitoria de Extensão da UFPB.

C141e Calado, Alder Júlio Ferreira.
Educação popular [recurso eletrônico] / Alder Júlio
Ferreira Calado. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

Recurso digital (2,76MB)

Formato: ePDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-65-5621-228-9

1. Educação popular. 2. Educação - Aspectos sociais.
3. Educação - Brasil. 4. Política educacional. I. Título.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 37-028.41

Elaborada por Susiquine R. Silva – CRB15/653

O Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) está vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O EXTELAR integra também a Linha de Pesquisa de Educação Popular do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da UFPB e o Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) da UFPB.

COMITÊ EDITORIAL DO LIVRO

*Ane Flávia de Souza Rodrigues
Edileuza Ricardo da Silva
Klebson Felismino Bernardo
Pedro José Santos Carneiro Cruz*

DIAGRAMAÇÃO DO LIVRO

Amanda Pontes

--

GRUPO DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR (EXTELAR)

PESQUISADORES E PESQUISADORAS

*Ailza de Freitas Oliveira
Alexandre Soares de Sousa
Andrea Alice da Cunha Faria
Bruna Grasiela da Silva Nascimento
Bruno Oliveira de Botelho
Danilo Fernandes Costa
Fernando A. Abath L. C. Cananéa
Ione Gomes da Silva
Islany Costa Alencar
José Francisco de Melo Neto
Lucicléa Teixeira Lins
Maria de Lourdes Farias Lima
Pedro José Santos Carneiro Cruz
Severino Pedro Felipe
Volmir José Brutscher*

ESTUDANTES

*Ane Flávia de Souza Rodrigues
Celány Teixeira de Mélo
Edileuza Ricardo da Silva
João Pedro dos Anjos Figueirêdo
Klebson Felismino Bernardo
Leila Bezerra de Araújo
Lupercia Jeane Soares
Marcilane da Silva Santos
Renan Soares de Araújo
Ricardo Targino Pereira*

Sumário

Apresentação

Breves notas sobre Alder Júlio Ferreira Calado: retrato de um trabalho e de uma vida proficuamente implicados com a causa dos oprimidos.....10

Prefácio

Ser, fazer e pensar a Educação Popular: aprendizados com a obra de Alder Júlio Ferreira Calado.....19

Capítulo 1

Educação Popular como Processo Humanizador: quais protagonistas?.....54

Capítulo 2

Método pedagógico, Educação Popular, e trabalho de base, no período atual.....73

Capítulo 3

A pedagogia de Paulo Freire: contribuições e reinvenção.....92

Capítulo 4

A Covid19 expõe as vísceras da necropolítica capitalista....101

Capítulo 5

“Fake News”, a face informativa da barbárie: a educação popular como antídoto.....112

Capítulo 6

Qual Sociedade? Qual Universidade? Considerações acerca da contribuição da Educação Popular á produção de uma comunicação alternativa.....122

Capítulo 7

Concepções de Educação Popular e suas interconexões com a Educação de Jovens e Adultos.....133

Capítulo 8

A força criativa da organização comunitária: compartilhando relatos de duas experiências memoráveis.....139

Capítulo 9

Movimentos sociais e organizações de base na sociedade brasileira debatem desafios e esboçam resistência: notas com propósito de problematização.....148

Capítulo 10

Paulo Freire em diálogo com a Teologia da Libertação: anotações sobre um ensaio cinquentenário da lavra freireana.....161

Capítulo 11

Igreja católica: muito a mudar! Que tal começar pelas relações de gênero?.....170

Capítulo 12

O “Grito dos excluídos e excluídas na Paraíba”: elementos retrospectivos com propósito prospectivo.....181

Capítulo 13

Mercantilização da vida, suprassumo da religião capitalista....186

Capítulo 14

Desgoverno se exhibe a todo o mundo. Planta o caos, prega a guerra, espalha a morte.....203

Capítulo 15

Apostar nos valores mais perversos só rebaixa os humanos e a Mãe-Terra.....207

Capítulo 16

“Paulo Freire – polifonia para compreender e agir no mundo”: notas de uma exposição.....210

Sobre o Comitê Editorial do livro.....215

Apresentação

Breves notas sobre Alder Júlio Ferreira Calado: retrato de um trabalho e de uma vida proficuamente implicados com a causa dos oprimidos

*Renan Soares de Araújo⁶
Andréa Alice da Cunha Faria⁷*

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade” (Paulo Freire).

6 Mestrando da Linha de Pesquisa de Educação Popular, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nutricionista formado pela UFPB. Membro do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) da UFPB.

7 Doutora em Educação, Engenheira Agrônoma e Pedagoga. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Membro do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) da UFPB.

Algumas palavras sobre a trajetória de Alder Júlio Ferreira Calado

Alder Júlio Ferreira Calado nasceu no município de Pesqueira, estado de Pernambuco, região nordeste do Brasil. Em idos da década de 1960, iniciou sua caminhada como seminarista da Igreja Católica, período em que também encetou a sua militância juntos aos movimentos sociais populares e às ações de Educação Popular, precipuamente a partir de seu contato com a Juventude Agrária Católica (JAC) que atuava no apoio à luta por terra e pela garantia de direitos às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais.

Entre 1967 e 1968, Alder residiu como seminarista no município de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, época em que conheceu, aproximou-se e participou de iniciativas desenvolvidas pela Juventude Operária Católica (JOC) e pela Ação Popular (AP). Posteriormente, voltou para o estado de Pernambuco e fixou residência no município de Arcoverde, onde participou ativamente do processo de criação do Centro de Formação do Trabalhador Rural (CENTRU). Além disso, também colaborou com a constituição do Partido dos Trabalhadores (PT) e com a organização de movimentos sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Mesmo sem vínculo formal, Alder manteve (e mantém até hoje) com elas e com outras organizações populares, relevante papel como educador, sempre convidado a assessorar e abrilhantar, com clareza ímpar, inúmeros processos formativos.

Concomitante a essa atuação política, Alder também foi percorrendo os caminhos da Academia, tendo adquirido formação (graduação, mestrado e doutorado) na área das ciências sociais e lecionado em instituições como a Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (AESA), a Faculdade de Filosofia

de Caruaru (FAFICA) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nesta, ele atuou, entre os anos de 1992 e 1999, na graduação e na pós-graduação, desenvolvendo e orientando a produção de pesquisas coerentes com um horizonte emancipatório, sobretudo no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB (à época, pós-graduação em Educação Popular).

Nos trabalhos investigativos de Alder Júlio Calado, ressalta-se a adoção de uma abordagem interdisciplinar que transita e interconecta leituras e reflexões das áreas das ciências sociais e humanas, como Sociologia, Educação, História, Antropologia e Ciência Política, com destaque centrado em temas que tratam da relação entre Movimentos Sociais, Educação Popular, Estado e Religiosidade.

Apesar de estar aposentado, Alder Calado tem se mantido ativo em seu processo de produção intelectual, desenvolvendo análises críticas sobre o contexto brasileiro contemporâneo, marcado por rupturas institucionais que agravaram a situação política, econômica, social e cultural do País, especialmente no quadro sanitário atual, em decorrência da pandemia da COVID-19. Os textos reunidos nesta coletânea testemunham a atualidade do pensamento e da atuação política deste homem que com muita sabedoria e generosidade, mantém a postura de um “eterno aprendiz”.

Um sujeito que fez da causa dos oprimidos o seu compromisso

A trajetória de Alder Júlio Ferreira Calado é expressão viva do caminhar de um intelectual militante, politicamente posicionado e profundamente amoroso, assim como sugere a frase de Freire, tomada aqui como epígrafe desta apresentação. Sempre orientado pela perspectiva da justiça social, e não da caridade, Alder construiu uma história de vida devotada

e proficuamente implicada com as lutas e as demandas de mulheres e homens que, historicamente, têm sido submetidas/os a uma situação de exclusão, opressão e subalternização em decorrência do modelo societário de base capitalista.

Ciente e consciente de seu lugar no mundo, Alder Júlio Calado não se restringe à leituras e análises sociológicas. De forma aguerrida, empenha-se profundamente em sua compreensão, ou como diria Freire, no “desvelamento da realidade” para assim, contribuir com a sua necessária transformação. Revela assim, a sua filiação à teoria crítica de base marxiana, como expressa por Karl Marx que, ao proferir sua crítica à concepção materialista contemplativa de Ludwig Feuerbach, em sua reputada tese onze, reclama que: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2009, p. 126, grifos dos autores).

Nos textos de Alder Calado, se sobressai uma concepção da Educação Popular como um ato político-pedagógico que visa, acima de tudo, a humanização. Nesta perspectiva, o diálogo aparece como princípio basilar de uma atuação que busca a emersão dos agentes populares como protagonistas de seus próprios destinos, pessoais e coletivos. Assim sendo, é possível constatar a ênfase que ele atribui à dimensão estratégica do trabalho de base, através de uma formação crítica e continuada da militância, na qual ciência e mística se complementam na perspectiva de favorecer o desabrochar da consciência clara de quem são os nossos verdadeiros parceiros, possíveis aliados e efetivos adversários. Tudo isso associado à adoção de uma atitude permanente de autoavaliação e autocrítica, pressupostos fundamentais de quem, consciente de seu inacabamento, sabe que “o caminho se faz ao caminhar” e através do permanente processo de ação-reflexão-ação.

Na presente coletânea, a leitora e o leitor poderão ter uma sucinta ideia de como os trabalhos e os escritos de Alder se desenvolvem e se articulam, tendo sempre a preocupação central de lançar seu olhar sobre o momento presente, problematizando a realidade contemporânea, para assim, fazer emergir o “inérito viável”, ou seja, o futuro a construir. Compreender criticamente o hoje para construir coletivamente o amanhã, sem perder de vista o passado, é um movimento instituinte do pensamento de Alder que constantemente ressalta a importância da “memória histórica” e a característica ontológica da realidade social, em sintonia com o que assinalou Eduardo Galeano ao nos lembrar que: “A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será” (GALEANO, 2012, p. 25).

Através da leitura dos escritos de Alder Júlio Calado é possível observar uma síntese meticulosa entre o legado cristão humanista e o pensamento crítico de influência marxiana. Dessa forma, as contribuições de Alder desenvolvem-se na sua forte vinculação com as classes populares e na reflexão sobre os desafios dos movimentos sociais populares (do campo e da cidade) e dos movimentos sindicais diante das adversidades e contradições dos grupos políticos de esquerda frente ao avanço neoliberal. Tendo sempre uma perspectiva histórica, Alder lança, também, importantes e significativas “luzes” a respeito das situações-limites enfrentadas pelos setores cristãos progressistas e as contribuições da Teologia da Libertação.

O contexto de organização desta coletânea e a evidência da relevância do trabalho de Alder Júlio Ferreira Calado para o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular

A organização da presente obra se deu no âmbito do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), vinculado à Linha de Pesquisa de Educação Popular do PPGE e ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC), ambos da UFPB. O Grupo de Pesquisa EXTELAR, juntamente com a Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES) e o Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult), fazem parte do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR), da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) da UFPB.

É relevante destacar que essa produção se enquadra no escopo do esforço investigativo que o Grupo EXTELAR vem efetuando desde o ano de 2015, com a perspectiva de colaborar com a reconstituição da memória e da história da Educação Popular no estado da Paraíba, com ênfase no reconhecimento das/dos suas/seus protagonistas e de suas contribuições para o pensar e o fazer pedagógico pautados nos preceitos freirianos, em contexto escolar ou não-escolar, nos movimentos sociais populares, nas práticas sociais comunitárias, nas políticas públicas, nas relações sociais etc.

Esse processo de pesquisa, levado a cabo pelo EXTELAR, tem produzido um acervo teórico-metodológico que vem sendo estruturado sob o título “Coleção Saberes em Educação Popular: autoras e autores da Paraíba”. Nela, os leitores poderão encontrar contribuições significativas das experiências, das práticas sociais e das reflexões de atrizes e atores que fizeram e fazem a Educação Popular paraibana em suas diferentes faces, corpos, práticas, realidades e territórios. Evidentemente, por tudo o que já foi dito até o momento, Alder Júlio Ferreira Calado integra esta coleção, já em seu primeiro volume.

Para o EXTELAR, o trabalho de Alder Júlio Calado não se posiciona como um mero referencial teórico, mas se

qualifica como um exemplo de compromisso ético, estético, epistemológico, metodológico, político e social com a promoção da vida humana em sua plenitude. O trabalho de Alder não se fixa em apenas “denunciar” as injustiças, as desigualdades e as perversidades que a ideologia dominante visa “justificar” e “naturalizar”, mas esforça-se em contribuir para o desvelar de pistas que auxiliem na urdidura de propostas coletivas, na constituição de “sociabilidades alternativas”, no “anúncio” de outras possibilidades, de outros mundos possíveis, expressando a sua influência freiriana que reivindica a necessidade de se manter viva a “utopia”, pois não se caminha sem saber para onde. É necessário ter intencionalidade, ter um horizonte a vista (CALADO, 2007; 2018).

Dito isso, desejamos às leitoras e aos leitores desta coletânea uma deleitável incursão nessa breve amostra da obra, do pensamento e da postura de um franco “intelectual orgânico” que, como diria Antonio Gramsci (1978), busca evidenciar no decorrer de sua vida e em seus trabalhos teóricos e práticos, a importância da coerência e da unidade teoria-prática tão necessária ao processo de sensibilização, mobilização e organização dos sujeitos subalternizados em um congruente “bloco cultural e social” para a edificação de um mundo que, como suntuosamente delineou o próprio Alder, possa ser “economicamente justo, socialmente solidário, politicamente igualitário e culturalmente diverso” (CALADO, 2014, p. 361).

Referências

CALADO, A. J. F. *Em busca de uma sociabilidade alternativa: a contribuição da pedagogia e legado freireanos*. Consciência.Net. 2018. Disponível em: <<https://consciencia.net/em-busca-de->

uma-sociabilidade-alternativa-a-contribuicao-da-pedagogia-e-do-legado-freireanos/>. Acesso em: 28 mai. 2020.

CALADO, A. J. F. Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas? In: CRUZ, P. J. S. C. et al. (Orgs.). *Educação popular e nutrição social: reflexões e vivências com base em uma experiência*. João Pessoa: UFPB, 2014. p. 355-375.

CALADO, A. J. F. Movimentos sociais por uma sociabilidade alternativa: enfrentamentos e apostas. In: ALMEIDA, M. L. P.; JEZINE, E. (Orgs.). *Educação e movimentos sociais: novos olhares*. Campinas: Alínea, 2007. p. 93-121.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Prefácio

Ser, fazer e pensar a Educação Popular: aprendizados com a obra de Alder Júlio Ferreira Calado

Pedro José Santos Carneiro Cruz⁸

Ao longo de minha trajetória junto aos movimentos, às práticas e aos processos formativos orientados pela educação popular, tenho tido o privilégio de conviver com mestres e com mestras, sejam estes atuantes no âmbito acadêmico ou protagonistas do trabalho em saúde, educação e proteção social, seja com atores e atrizes dos movimentos e das práticas sociais populares. Em meio a esse rico conjunto de protagonistas,

8 Professor do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Educação Popular e Economia Solidária (NUPLAR) da Pró-Reitoria de Extensão da UFPB. É membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de Educação Popular, e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. E-mail: pedrojosecruzpb@yahoo.com.br

destacou-se, em minha formação, o encontro com o mestre Alder Júlio Ferreira Calado. Com ele, pude compartilhar momentos de aprendizado profundo, corroborando substancialmente para minha autorreflexão crítica na ação, para a busca pela superação de minhas inconclusões e, sobretudo, para o enriquecimento das potencialidades de meu repertório como educador popular – especialmente no que tange à dimensão ética que o popular implica para a vivência cotidiana de todas as pessoas que se propõem a pautar a pesquisa e a ação social por entre seus pressupostos.

Conforme publicado no Blog Consciencia.Net⁹, no qual contribuí com escritos de forma regular, Alder é sociólogo e educador popular. Nordestino, natural de Pesqueira/PE, terra dos povos Xukuru, acompanha – como aprendiz, militante e pesquisador – os movimentos e lutas sociais populares – especialmente no Nordeste –, desde meados dos anos de 1960. É diácono, incardinado na Diocese de Pesqueira/PE, residindo na Diocese da Paraíba.

Ao longo de sua trajetória, contribuiu em momentos importantes da história de nosso país, como, por exemplo, participando do Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores em final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Atuou, portanto, na fundação deste partido, em Arcoverde/PE e região, tendo participado na militância partidária até meados dos anos de 1990, a partir de quando já não mais apostou na força transformadora dessa trincheira de luta, pela crescente domesticação e acomodação aos espaços governamentais. A partir de 1981, tem contribuído com o processo formativo de jovens do meio popular, do campo e das periferias urbanas, ligados à Teologia da Enxada, em Serra Redonda/PB, bem como

⁹ Os textos de Alder Júlio Calado no Blog Consciencia.Net podem ser encontrados no endereço: <https://consciencia.net/author/alder/>

junto a movimentos sociais e pastorais sociais no Nordeste, notadamente na Paraíba e em Pernambuco.

Como docente-pesquisador, atuou nos Programas de Pós-Graduação em Educação Popular, Sociologia e Serviço Social, na UFPB, com atividades desenvolvidas em vários projetos de Extensão Popular. Atuou por muitos anos como professor na AESA (Arcoverde/PE) e na FAFICA (Caruaru/PE). Atualmente, é membro do Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas da Universidade Federal de Pernambuco. Como pesquisador, tem priorizado investigações voltadas a saberes alternativos à sociabilidade capitalista, em uma perspectiva inter-transdisciplinar, envolvendo diferentes campos de saberes, com ênfase nas ciências sociais. De sua produção, destacam-se, entre outros escritos: “Paulo Freire: sua visão de mundo, de homem e de sociedade”.

Nas próximas páginas, compartilhararei alguns apontamentos que posso fazer como aprendiz de Alder Calado, nos momentos em que pude – seja pela convivência presencial, seja pela convivência com a leitura de seus textos – apreender com ele sobre a educação popular e suas dimensões teóricas, práticas, metodológicas, políticas e éticas.

Para compreender a educação popular, faz-se preciso um olhar para a concepção popular e a atitude popular

Alder Júlio Ferreira Calado ensinou-nos - pelos seus vários escritos, através de sua postura diante do mundo, bem como pelo modo como pauta a condução dos processos formativos dos quais participa - que o popular da educação popular constitui uma concepção que carrega consigo um profundo significado de cunho epistemológico, político, social e ético. Portanto, pensar em popular implica, respectivamente, pensar na perspectiva

do conhecimento e de sua produção, na visão de organização da sociedade, nas relações humanas e nas sociabilidades, e, fundamentalmente, na postura e nos princípios de cada pessoa no agir cotidiano.

Autores como Hélène Laperrière e José Francisco de Melo Neto desvelaram importantes contribuições para compreendermos a concepção popular e as implicações que ela traz não apenas para o processo educacional, mas para o agir social, cidadão e humanizador. Melo Neto fundamentou o popular através de ampla pesquisa, pela qual ouviu e sistematizou as percepções desse conceito conforme sentidas por protagonistas de movimentos sociais. Para o autor,

Algo pode ser popular se tem origem nos esforços, no trabalho do povo, das maiorias (classes), dos que vivem e viverão do trabalho. Mas, a origem apenas não basta. Algo é popular se tem origem nas postulações dos setores sociais majoritários da sociedade ou de setores comprometidos com suas lutas, exigindo-se que as medidas a serem tomadas beneficiem essas maiorias. [...] Ser popular é ter clareza de que há um papel político nessa definição. Essa dimensão política deve estar voltada à defesa dos interesses dessas maiorias ou das classes majoritárias. [...] Ser popular, portanto, significa estar relacionando as lutas políticas com a construção da hegemonia da classe trabalhadora (maiorias), mantendo o seu constituinte permanente, que é a contestação. É estar se externando através da resistência às políticas de opressão e adicionadas com políticas de afirmação social. Uma ação é popular quando é capaz de contribuir para a construção de direção

política dos setores sociais que estão à margem do fazer político. Contudo, esse fazer político pode se expressar de várias maneiras ou através de diferenciadas metodologias. A metodologia que confirma algo como popular vai no sentido de promover o diálogo entre os partícipes das ações e, sobretudo, que seja contributiva ao processo de se exercer a cidadania crítica. Cidadania que se constitua como um exercício do pensamento, na busca das questões com as suas dimensões positivas e negativas contidas em qualquer ente de desejo de análise. [...] Busca ainda promover as mudanças que são necessárias à construção de uma outra sociedade - mesmo que arriscando a ordem para que todos tenham direitos - e possibilitar que a justiça, efetivamente, seja igual para todos. Essa metodologia, entretanto, rege-se por princípios éticos oriundos também das exigências do trabalho. Ser popular é estar dirigido por princípios voltados àquelas maiorias. Nesse contexto é que se reafirma como fundamental o princípio do diálogo, oferecendo condições para a promoção do pluralismo das ideias. Este deve ter condições de promover princípios como a solidariedade e a tolerância, sem cair no relativismo ético, na busca incessante da promoção do bem coletivo. (MELO NETO, 2014, p. 28-30).

Alder Calado ensina, em seu viver e em seu estar no mundo, que pensar o popular implica trazer uma profícua provocação para os educadores e as educadoras populares, bem como para as pessoas que desenvolvem processos de pesquisa e de ação social na área. Não basta, em educação popular, falar sobre educação popular. Ou ter decorados na mente os princípios e as bases fundantes dessa concepção educativa. É necessário

que a fala e as concepções se corporifiquem na prática, a qual inclui não apenas o processo formativo em si, mas a postura humana e social no dia a dia de cada pessoa, esparramando-se por entre o jeito de guiar e de cuidar de suas sociabilidades. Buscar ser popular é, assim, procurar um viver que retrate, ao máximo possível, e desde agora, o viver que queremos constituir no modelo de sociedade que buscamos conquistar.

Nessa direção, Laperrière (2020, s/n) diz-nos que a atitude popular “supõe um relacionamento mais horizontal nas relações sociais e políticas em geral, que valorizam o contexto em que acontece a prática educativa”.

Como ensina Alder, não se deve esperar que a sociedade mude para que mudemos nosso jeito de ser no mundo e de nos relacionarmos com o outro e com a outra, mas já ir exercitando, desde agora, essas outras sociabilidades. Nas palavras de Calado (2012, s/n),

De pouco adianta proclamar-se, alto e bom som, que se abraça tal horizonte, quando os pés sistematicamente pisam trilhas que acenam para um rumo inverso ao declarado. E comporta, ainda, postura adequada por parte dos caminheiros, de modo a respeitar os distintos modos e ritmos de caminhar, desde que apontando, na prática, para a mesma direção.

E que sociabilidades são essas? Necessariamente, aquelas opostas ao modelo social atual, pois pautadas por uma ética humanizadora, emancipatória e incessantemente compromissada com a promoção da justiça social e da felicidade humana. Assim, em meu ver, uma das principais contribuições da obra de Alder Júlio Calado está em nos convidar para, cada vez mais, pensar em modos de ser e de estar no mundo orientados

pela educação popular, a qual, nesse sentido, transborda uma metodologia do fazer social.

Em suas palavras, são tarefas constituintes do ser do(a) educador(a) popular: recuperar e fortalecer, nas macro e microrrelações do dia a dia, o horizonte classista; investir maciçamente, e de forma crescente e qualitativa, no processo de formação contínua do conjunto de seus membros; revisitar densos relatos históricos do processo educativo entre os povos indígenas, bem como os bons clássicos da Pedagogia Socialista, além dos teóricos atuais da Educação Popular, não com o objetivo de reproduzi-los, mas de, neles e nelas colher inspiração, na perspectiva de reinventar práticas e caminhos alternativos aos desafios de hoje, à grade de valores dominantes; exercitar a memória histórica; superar a armadilha dos instrumentos da Democracia burguesa; pôr em prática, como ponto de honra, o mecanismo da alternância ou rodízio de cargos e funções, permitindo a quem é de base ter acesso a funções e cargos de coordenação, e a quem já cumpriu funções administrativas ou de coordenação voltar a atuar na e como base; articulado ao mecanismo da alternância de cargos e funções, cumpre sublinhar o processo de radicalização democrática, ao interno dos Movimentos, de modo a implicar, por exemplo, a descentralização das decisões, por meio da atuação orgânica e decisiva dos organismos de base, qualquer que seja o nome que se lhes dê (conselhos, células, brigada); promover o exercício das artes em suas mais distintas expressões, favorecendo a descoberta e o desenvolvimento dos talentos a serviço do coletivo; intimamente ligado ao exercício das artes, tão ao gosto da Educação Popular, importa, de um lado, fazer um bom uso de múltiplas linguagens (música, poesia, teatro, desenho, fotos, vídeo), superando a tendência tão generalizada do monopólio da oralidade ou da escrita, perpetuando uma das menos felizes

heranças ocidentais; aprimorar o exercício das relações de espacialidade, tanto as que se referem ao cuidado do Planeta, quanto às que dizem respeito às características culturais, ligadas às procedências regionais (CALADO, 2012).

Ainda nas palavras do autor, combinadas com tais requerimentos, importa trabalhar igualmente o plano estritamente individual dessa formação. Alder aponta, então, características correspondentes aos sujeitos da Educação Popular: – sejam pessoas profundamente amorosas, apaixonadas pelo Povo, não importando que país ou região habite, e pela nossa Casa Comum, a Mãe-Natureza; – sejam capazes de recuperar a primazia da perspectiva classista sobre quaisquer interesses de segmentos particulares; – se refontizem incessantemente da força revolucionária da memória histórica, recuperando lutas, façanhas e conquistas do passado e respectivos protagonistas; – não abram mão do persistente exercício de crítica e auto-crítica; – sua permanente disposição à autocrítica, alimentada pelo contínuo exercício da mística revolucionária; – ao apreciarem com carinho a memória e o testemunho exemplar de revolucionários e revolucionárias de ontem e de hoje, cuidam de evitar transformá-los em “gurus”; – constante acompanhamento crítico da realidade social, mediante o recurso a fontes fidedignas, em função do que tratam de aprimorar suas estratégias de intervenção; – efetiva vigilância no sentido de assegurar condições irrenunciáveis do protagonismo dos distintos segmentos da sociedade civil, em sua luta de libertação; – no relacionamento com as pessoas e grupos de base, saibam pôr em prática uma pedagogia da escuta, aprendendo com os outros e buscando também exercer sua dimensão docente; – tenham consciência de que a qualidade de sua aposta na Utopia é constantemente testada na oficina de tecelagem do Cotidiano, a partir dos gestos minúsculos

e aparentemente invisíveis; – sejam pessoas fortemente desinstaladas e desinstaladoras, ao mesmo tempo inquietas na tomada de iniciativas, e profundamente serenas, nos momentos de crise e de impasse; – estejam conscientes de que navegam sobre águas revoltas, e quase sempre navegam à contra-corrente, o que implica uma postura ao mesmo tempo firme e serena de lutadores sociais; – mostrem-se efetivamente empenhados no seu processo de formação continuada, nas distintas dimensões do cotidiano e da vida pessoal e grupal; – exercitem, a cada dia, a mística revolucionária, em virtude da qual asseguram a renovação de seu compromisso ético-político, no horizonte de uma Utopia libertadora (CALADO, 2012, s/n).

Militante dos movimentos sociais populares, Alder continua na sua luta contribuindo com o percurso histórico desses movimentos, em especial na Paraíba, como também escrevendo, refletindo e trabalhando. Nos momentos em que eu pude ter a oportunidade de conviver com ele, tive a sensação de estar convivendo com a educação popular. Ou seja, convivendo com alguém que respirava e que transpirava a educação popular, pois refletida no seu jeito de lidar com as pessoas, no seu jeito de falar, no seu jeito cuidadoso e amoroso com o qual se direcionava às outras pessoas, na postura que tinha na comunicação desenvolvida com as pessoas, enfim. Alder traz, em seu jeito de estar no mundo, todos os princípios da educação popular para a concretude vivida.

A realidade social como ponto de partida da construção da educação popular

Em primeiro lugar, é importante asseverar que não podemos falar de uma atitude popular sem pensar a imersão na realidade social como ponto de partida da pesquisa, da

formação e da ação social. O processo de construção de uma atitude popular e de um estar popular no mundo passa necessariamente pela condição de se entender como participante desse mundo, não como um mero passageiro ou um mero espectador passivo. Compreender-se, portanto, mergulhado nesse mundo, encharcado por seus determinantes e por suas dinâmicas complexas. Como nos diz Freire (1979, p. 19):

O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas as “águas” os homens verdadeiramente comprometidos ficam “molhados”, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro.

Evidentemente, todas as pessoas já estão inseridas na realidade. Contudo, nem todas as pessoas inseridas na realidade efetivamente se apercebem disso. Vivem de forma alienada do mundo concreto. Necessita-se, portanto, de olhar para esse concreto e assumir o desafio de conhecê-lo profundamente para mudá-lo na busca de um viver melhor. Conhecer o mundo implica escutar as pessoas que protagonizam as diferentes realidades, enfocando os modos como essas pessoas sentem, agem, pensam e vivenciam essas realidades. O concreto vivido, portanto, não uma fotografia estática da realidade, mas a dinâmica complexa, multifacetada e desafiadora das determinações e dos condicionamentos sociais que ali atuam, as situações e as relações humanas, políticas e sociais em encontro, em diálogo e em conflito.

Procede-se com essa abordagem dinâmica à realidade e ao concreto vivido com uma intencionalidade. Ou seja, ter a realidade como ponto de partida não constitui uma escolha ingênua e sem propósito. Deve-se, sobretudo, ao fato de a

concepção popular enfatizar a prioridade às pessoas socialmente invisibilizadas da sociedade e a todos aqueles setores sociais expostos a condições de exclusão social, econômica, cultural e política. Fundamentalmente, as protagonistas da educação popular, para Alder Calado, são as pessoas da classe trabalhadora.

Entendemos Classe Trabalhadora como todos aqueles e aquelas que, ao viverem do seu trabalho, vão tomando consciência das condições concretas do processo produtivo, das razões de sua exploração, do tipo de relação que garante a apropriação e fruição por tão poucos do conjunto das riquezas produzidas pelos Trabalhadores e Trabalhadoras do mundo inteiro. E, à medida que vão tomando consciência desse estado de coisas, vão passando a empenhar-se nas lutas pela construção de uma nova sociedade. Nova sociedade em que, não se trate de inverter a posição dos dominados que, conquistando o poder, passam a reproduzir as ações dos seus ex-senhores, mas em que se trate de subverter ou mudar radicalmente o caráter das relações, passando de relações piramidais a relações horizontais (CALADO, 2012, s/n).

Pelo popular, nosso olhar para a realidade tem uma lente que busca focar os processos de opressão, de promoção de desigualdade e vulnerabilidade. Ser popular é negar-se a estar de forma neutra no mundo e assumir uma opção nessa sociedade que se encontra permeada necessariamente pela possibilidade de justiça social. Não no sentido de que as pessoas sejam iguais e façam as mesmas coisas; mas, na diversidade e na pluralidade, queremos que todas as pessoas tenham acesso, direitos iguais e possibilidades de, com seu trabalho, poderem realizar seus

projetos de felicidade. O popular expressa, mais uma vez, por esse entendimento, um princípio ético forte, refletido na não aceitação da injustiça social, pois essa nos incomoda, causa constrangimento, inquietação.

Assim, busca-se, pelo popular, a transformação social, no sentido de se constituir uma outra sociedade, com outras bases, totalmente opostas aos valores e aos procedimentos dessa que aí está. Movida pelo capital, a atual sociedade exclui, desumaniza, assujeita, explora, oprime, vulnerabiliza, mata. Por isso, não nos contenta a inclusão, pois incluir significa conseguir algumas situações de acesso a essa sociedade atual. As regras do jogo não mudam. Mas é bem verdade que, considerando os desafios hercúleos para galgarmos em médio ou curto prazo a transformação social, a inclusão pode ser um passo inicial que poderá, no futuro, inclusive, contribuir com a mobilização de novos sujeitos e de novas potências para a transformação social.

Nas palavras de Alder Calado (2016, p. 52), “trata-se, sim, de nos empenharmos na mudança do mundo, inclusive pela via da educação: sozinha, lembrava Freire, a Educação não muda a realidade, mas sem ela, em vão se tenta transformar a sociedade”.

Ainda para o autor (2016, p. 57),

fartos têm sido os ensaios versando sobre a decisiva força transformadora da ação comunitária, na busca de superação do atual modelo, em direção à construção de um novo modo de produção, de um novo modo de consumo e de um novo modo de gestão societal, com respeito à dignidade do Planeta, dos humanos e do conjunto dos viventes.

Na pedagogia formulada teoricamente pelos escritos de Alder Júlio Calado, denota-se a firme intenção de contribuição com a formação de protagonistas dedicados ao desvelamento permanente de uma sociedade onde os direitos sociais e humanos sejam construídos, exercidos e protegidos democraticamente. Para tanto, aos cidadãos e as cidadãs, cabe uma postura crítica e participativa. Ser cidadã(o) é ser um ator e uma atriz efetivamente protagonista na construção da sociedade, atuando – mesmo entre vários protagonistas – de forma colaborativa, cooperativa e solidária com as outras pessoas. Cada pessoa será um protagonista com especificidades distintas, com seu jeito, com seu dizer, com seu agir, com seu olhar, de modo que a vida e as relações humanas vão podendo ser tecidas não pela competitividade, nem pela hierarquização ou muito menos pela meritocracia, mas essencialmente pela complementaridade.

Pensar pela complementaridade significa, em verdade, apostar na construção de uma perspectiva de ser, de estar e de atuar no mundo pela interculturalidade, a qual nos convida a pensar, como diz Fleuri (2017), em transgredir e desmontar a matriz do pensamento colonial presente no capitalismo e por esse disseminada nos modos de viver, de agir e de se relacionar nas pessoas. Nesse sentido, como aponta Fleuri (2017), a interculturalidade implica a criação de outras condições de poder, saber, ser, estar e viver, elementos todos que poderão subsidiar bases para a possibilidade de conviver em uma nova ordem e lógica.

Pela educação popular, formar-se permanentemente para tecer uma práxis transformadora

Alder Júlio Calado sempre acentua, em seus escritos, e também por seu exemplo de vida como educador, militante e

profissional, que a atitude popular deve ser primeiro pautada pela ação sobre a realidade e suas determinações. Um agir diante de uma situação de exclusão, de processos de vulnerabilidade. Uma ação que, pela pedagogia, busque se afirmar na oposição a esse processo de exclusão. Pela educação popular, essas serão, necessariamente, ações sociais de características solidárias, colaborativas, permeadas por dimensões pedagógicas e formativas, compromissadas com a geração de mobilização, de luta, de reivindicação e de contestação a todo agente impeditivo da intransigente promoção humana e social das pessoas e das coletividades, em um ambiente democrático e em um percurso no caminho civilizatório.

Essa práxis social é tecida tendo-se a clareza de que a matéria-prima de seu tecer está nos saberes e nas sabedorias dos atores e atrizes de cada contexto. Por isso, pela atitude popular, o primeiro passo constitui entender que, em cada contexto onde se vá desenvolver uma ação, já existirão em ação pessoas e grupos sociais com experiências, iniciativas, tentativas e exercícios de construção de ações para enfrentamento dos problemas e questões locais. Como nos inspira Alder, podemos afirmar que é difícil existir um contexto onde não exista a busca de ser mais, ou onde não haja processos – mesmo que moleculares – que estejam grávidos de utopia humanizadora.

É difícil chegar em um determinado contexto e se dar conta de que se está “inventando a roda”, ou seja, que se “começou tudo do zero”. Sempre existe uma história anterior em cada território da vida, tanto uma historicidade coletiva, como a memória e a historicidade de cada ator em ação naquele contexto. Existe uma sabedoria comunitária. Como nos diz o próprio Freire (2008, p. 58-59),

Se não é possível defender uma prática educativa que se contente em girar em torno do “senso comum”, também não é possível aceitar a prática educativa que, zerando o “saber de experiência feito”, parta do conhecimento sistemático do(a) educador(a)”.

Na acepção de Alder Calado, cada protagonista tem habilidades, potencialidades e criatividade que podem constituir uma rica matéria-prima para a contribuição na construção da sociedade. Seja saber de experiência feito, seja saber popular, seja sabedoria comunitária. Esse rico repertório cultural e de conhecimentos constituirá não um algo magnânimo, tampouco a verdade absoluta, mas o ponto de partida de uma rica, potente e desafiadora jornada – a de construção de inéditos viáveis para as situações-limite do cotidiano, da micropolítica e da macropolítica, em cada território da vida.

Ora, quando se chega em uma determinada realidade, diante das dinâmicas que já venham acontecendo, muitas vezes, observaremos que essas iniciativas precisam ser aprimoradas; outras precisarão ser reforçadas; outras reorientadas; algumas substancialmente modificadas. Desse modo, o saber popular e suas buscas por seus mais constituirão o substrato. Temos de compreender que sempre se está chegando em contextos e em territórios onde já existem caminhadas. Ser popular é buscar essas caminhadas, aprender com elas para partir delas, mesmo que estejam invisibilizadas ou até tenham ficado para trás na história. De todo modo, temos de conhecer o contexto e os textos que lhe constituem em cada realidade. Esses textos não são, certamente, os escritos, mas os textos expressos pelas formas de falar das pessoas, o conteúdo do que elas dizem.

No campo de significados do que seja o Popular, conforme aprendemos com Alder, vamos nos dando conta de que a ação que se toma como ponto de partida não pode se dar em um agir vazio, mas precisa, necessariamente, traduzir-se como uma práxis. Como nos dizem Pio, Carvalho e Mendes (2015, p. 5778),

A práxis educativa freiriana é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. O embate dialético entre ação-reflexão presente neste método favorece a uma mudança da consciência humana da estrutura social e a uma aproximação crítica, reflexiva da realidade estudada. A práxis é a pedagogia dos homens empenhados na luta por liberdade, uma pedagogia humanista e libertadora.

Desse modo, o ponto de partida de uma atitude popular não estará em qualquer ação, tampouco em qualquer prática, mas necessariamente em uma ação e uma prática onde, como diz Emmanuel Falcão (2018), se aprenda fazendo e faça aprendendo. Ou seja, enquanto se desvela a ação, os protagonistas se empenham não só nos pormenores do seu fazer, mas em ter a capacidade individual e coletiva de ir aprendendo com o que estão fazendo – aprimorando sua autocrítica e seu olhar avaliativo para a própria experiência, buscando evidências e indícios do que é necessário ser reforçado, o que foi potente, o que precisa ser mudado, o que foi limitante, os obstáculos emergentes –, confluindo, então, em um processo coletivo de elaboração de novos encaminhamentos e novos apontamentos para o sucesso da experiência em seus objetivos.

Pela dialética, que cada ator e atriz possam compreender sua ação para, em seguida, empreender profundos e contínuos processos de reflexão, e, a partir destes, parir uma nova ação,

a qual constituirá da ação originária modificada conforme apreensão crítica de seus limites, potencialidades e desafios, conformada de forma mais robusta para melhor alcançar os objetivos e enfrentar os obstáculos de cada cenário. A dialética marxista orienta-nos a proceder com essa compreensão da atitude popular. Nas palavras de Oscar Jara Holliday (2006, p. 46), entende-se que a dialética, enquanto Concepção Metodológica, “é uma maneira de conceber a realidade, de aproximar-se dela para conhecê-la e atuar sobre ela para transformá-la. É, por isso, uma maneira integral de pensar e de viver: uma filosofia”.

De acordo com o que fundamenta Jara Holliday (2006), a dialética é fundante para a práxis, na medida em que agrega consigo elementos-chave de um agir pensante e de um pensar atuante mediatizados pelo trabalho e pela criticidade. Dentre esses elementos, destaca o autor que a dialética: a) entende a realidade como um processo histórico; b) pressupõe que são os seres humanos, com seus pensamentos, sentimentos e ações, que transformam o mundo da natureza e constroem a história, outorgando-lhe um sentido; c) concebe que a realidade é histórica e social e define-se como uma totalidade, ou seja, um todo integrado, em que as partes (o econômico, social, político, cultural; o individual, local, nacional, internacional; o objetivo, o subjetivo etc.) não podem ser entendidas isoladamente, senão em sua relação com o conjunto; d) conduz uma análise da realidade pela perspectiva da totalidade, que não é pautada pelo olhar da soma aritmética das partes, e sim pela articulação interna de todas as suas múltiplas relações; e) fundamentalmente, provoca as mulheres e os homens a conceberem a realidade em um permanente movimento, resultante das tensões que exercem incessantemente as contradições entre seus elementos.

Ter a realidade como ponto de partida recomenda também proceder com uma descentralização do nosso agir e do nosso

olhar. Agir pedagogicamente pela perspectiva popular é, sem desprezar a dimensão macroconjuntural, priorizar a dimensão microestrutural, pautando um agir crítico na descentralização e na capilaridade da vida, no tear cotidiano dos territórios e das relações humanas onde a vida acontece, nas nossas ruas e nos nossos bairros. Chamando atenção para esse aspecto, diz Alder Júlio Calado (2018, s/n),

Parte considerável de nossa ansiedade ou angústia, prende-se à nossa tendência a superestimar o alcance de “grandes” eventos, de acontecimentos espalhafatosos como sendo os que realmente fazem a diferença. Ledo engano! Sem ignorar ou subestimar o alcance de grandes acontecimentos, corremos o grave risco de subestimar fatos, gestos, iniciativas, acontecimentos que têm lugar em espaços pouco conhecidos, protagonizados por gente simples, em seu dia-a-dia, em mais uma prova de que o grande equívoco de nossa parte – o que sucede tão frequentemente – é o de estabelecermos um muro entre o “macro” e o “micro”, quando, na realidade, um está contido no outro, de algum modo. Em vez de uma avaliação disjuntiva (“ou isto ou aquilo”), acabam ganhando a parada aqueles e aquelas que preferem o exercício da interconexão (salvo casos de fato antagônicos). As linhas que seguem, têm o propósito de trazer à tona a potencialidade revolucionária dos “pequenos” gestos e iniciativas praticados no anonimato do dia-a-dia, por gente simples, vivendo em lugares pouco conhecidos e realizando coisas maravilhosas.

Assim, a construção das práticas em educação popular deve-se dar considerando essa descentralização do olhar, de modo a cultivarmos uma ação social e uma pesquisa que, em seu caminho metodológico, valorize o diálogo com o que acontece nas vizinhanças, nas comunidades, nos bairros e nos vários espaços sociais, sem perder de vista, evidentemente, como a macroconjuntura afeta esses contextos. Assim, a macroconjuntura não deixa nunca de vir, mas o faz a partir do concreto vivido nas situações humanas e na complexa dinâmica dos territórios. Desse modo, evitamos cair em simplificações ou generalizações, que fazem tanto algumas pessoas com leituras marxistas equivocadas – que abordam só a grande conjuntura e esquecem a microcapilaridade –, como pessoas orientadas por leituras equivocadas do pós-modernismo – que valorizam só a microcapilaridade em detrimento da macroestrutura. O popular traz uma dialética entre o macro e o micro, o micro e o macro.

Educação popular refletindo uma ética e uma coerência entre discurso e prática

Outro elemento muito caro à práxis transformadora, no sentido ensinado por Alder Júlio, está na necessidade de buscarmos incessantemente a coerência da prática com o nosso discurso e nossa intenção. Trata-se da relação palavra/ação. Ou seja, se temos inspirações teórico-filosóficas, nossa prática deve buscar dar vida a tais inspirações. A atitude popular exige coerência entre o que eu digo e o que eu faço, entre o que eu leio e estudo e o que eu tento aplicar na prática. Evidentemente, trata-se, pois, de um permanente exercício de busca, pois dificilmente conseguiremos aplicar os fundamentos da obra Paulo Freire em uma percentagem de 100% conforme ele escreveu.

Tal exercício provém da necessidade de que a educação popular oriente mais do que procedimentos pedagógicos nos processos formativos, mas, sobretudo, a atuação humana, na perspectiva cidadã, de cada pessoa, de modo que cada protagonista possa, como diz Alder Calado (2018), “ousar passos em direção a um novo modo de produção, a um novo modo de consumo e a um novo modo de gestão societal”. Assim, ser popular é permear-se de posturas, atitudes e procedimentos encharcados pelas categorias chaves da educação popular. Nas palavras de Calado (2018, s/n),

Quantos gestos e iniciativas considerados “mi-núsculos”, também no âmbito pessoal, podem (e deveriam!) ser testemunhados, em nosso dia-a-dia, como livre opção nossa, inclusive sem qualquer necessidade de fazê-las na vista de outrem. Mais valiosos se tornam, à medida que passam a figurar como parte de nossa rotina pessoal, verdadeiras zonas de reabastecimento e de exercício de nossa mística revolucionária.

Para tanto, outra característica vital para a atitude popular está na possibilidade de se exercitar constantemente a autorreflexão, a qual Paulo Freire muito bem sistematizou pela dimensão da consciência do inacabamento e da consciência da inconclusão humana, ambas muito bem exploradas nos escritos de Alder Júlio Calado. Em suas palavras, “nascemos incompletos, chamados a ir nos completando, à medida que vamos nos tornando gente” (CALADO, 2010, s/n).

A condição de inacabamento, por um lado, revela necessária humildade e paciência àqueles e àquelas que se enveredam pelos processos formativos. Por outro, pensar-nos como seres inacabados, inconclusos, limitados, implica

compreendermo-nos como historicamente chamados a superar esse inacabamento de forma processual e continuada (CALADO, 2018). A consciência dos inacabamentos e dos limites de nós mesmos e de nossas experiências é o que nos mobiliza a avançar na constante alimentação de nossas buscas por ser mais e, conseqüentemente, por trabalhar melhor na perspectiva de alcance dos horizontes humanizadores por nós pretendidos em nossos fazeres populares. Para Alder Calado (2013, s/n), só podemos, no entanto, construir essa consciência de nosso inacabamento na medida em que priorizamos o

exercício da con-vivência (sic), da relacionalidade. À medida que vai entrando em relação com os demais seres humanos e suas circunstâncias (naturais e culturais), é que ele [o ser humano] vai aprendendo a lidar positivamente com seus limites, transformando-os, inclusive, em potencialidades. Aqui estamos no terreno da formação, da educação, a aprender e a compartilhar experiências de saberes, de práticas culturais características do processo de humanização.

Por essa compreensão, nenhuma prática e experiência em educação popular, por mais potente que seja, deve se fechar em si mesma, pois vai precisar ter, a todo tempo e a todo momento, um processo de criticidade, compreendendo e tendo clareza de que ainda é insuficiente. A atitude popular indica a postura de saber que a avaliação não é um processo que apenas se faz ao fim das atividades, mas no percorrer de toda as experiências e em cada uma de suas etapas. Avaliar como verbo que se conjuga não apenas ao final da estrada, mas em cada um dos passos nela percorridos. Avaliar é aprender com nós mesmos, com os outros e com as experiências que juntos partilhamos. A partir

da assunção de nosso inacabamento, vasculhar os indícios e tatear os nossos fazeres na perspectiva de aprimorá-los.

Como diz Alder Calado (2013, s/n), “descobrimo que somos um nó de relações, vamos sentindo-nos atraídos a aprender dos e com os outros, e a partilhar nossos limites e potencialidades, nos diversos espaços sociais de que participamos. Também no processo de construção de saberes”.

Educação popular como forma de ser, de estar e de atuar no mundo que integra as várias dimensões do ser

Outro aspecto bastante enfatizado pelos escritos de Alder Calado é a dimensão do popular como processo que integra o humano, não apenas consigo e com todas as suas dimensões, mas do humano com a natureza, com o espiritual e com o mistério. Traduz-se, assim, a possibilidade de se perceber que, nessa experiência humana, nesse concreto vivido, as pessoas constroem consigo mesmas, com as outras e com o ambiente, elementos como sentimentos, emoções, sensações, fés e espiritualidades. Sobre o tema, Alder Calado (2019, s/n), em entrevista ao jornalista Alexandre Nunes, nos diz que

“Fé” nos remete a uma atitude de crença numa força superior e exterior ao ser humano. Força capaz de orientar atitudes e escolhas humanas. Força em relação à qual os humanos devem obediência, não raramente submissão incondicional. A fé é, com frequência, interpretada como um valor a ser introjetado nos humanos, de modo incondicional, e à qual se deve obediência inquestionável. Tal interpretação encontra amparo na imensa maioria das religiões, inclusive nas religiões de matriz cristã. Impen-

sável compreender-se alguém sem fé, alguém que não creia numa força superiora, bem acima dos mortais, e a quem estão submetidos os destinos dos seres humanos. Aí tem lugar a existência de um deus a cujos desígnios todos devem submissão incondicional. Um sentido que parece amplamente majoritário. Mas, isto não quer dizer alcançar todo o conjunto dos crentes. Há, com efeito, entre estes, que expressam outra avaliação. O exercício da fé e condição de ateu são expressões legítimas da condição humana. Integram o mesmo processo de humanização que, por ser histórico, comporta uma variada gama de escolhas, inclusive de caráter axiológico. Estamos diante da ampla diversidade de expressões da mesma condição humana. Diversidade que se dá tanto neste quesito, como em tantos outros. A diversidade faz parte definitivamente da condição humana. Não é problema, é ganho, quando trabalhada com um olhar de complementaridade. Se, ao longo da história, se tem registrado diferentes modos de se lidar com tal diversidade – ora com obcecada oposição, ora com certa tolerância, a depender da conjuntura -, a conjuntura atual vem emitindo sinais convincentes de que é chegado o momento de superar pela raiz o clima de confrontos.

Há condições subjetivas e há subjetividades que permeiam o ser de cada ser. O popular reconhece, respeita e inclui essas dimensões no tear do diálogo, da formação, da pesquisa e da ação social. Precisamos, portanto, exercitar cada vez mais nossa sensibilidade para entender que o modo como as pessoas se sentem, o modo como as pessoas se emocionam, o modo como as pessoas estão experienciando os processos,

fazem parte fundamental da matéria-prima do processo de educação popular.

Entendida a fé, em seu sentido amplo e generoso, isto é, de modo a incluir até quem se declara não confessional, resulta não apenas possível, mas já presente em algumas experiências de convivência frutuosa, em diversas partes do mundo. Mais uma vez, isto se dá, quando se trabalha menos doutrina e mais os temas e desafios mais urgentes pra o Planeta e para os humanos. Neste caso, a fé desponta como um componente de enorme potencial de transformação social, exercitada e movida por valores essenciais ao processo de humanização, na perspectiva dos valores essenciais presentes nos respectivos textos sagrados: a horizontalidade entre os seres humanos, a fraternidade, a liberdade, a autonomia, a solidariedade, a partilha, o cuidado com a Casa Comum. (CALADO, 2019, s/n).

A atitude popular passa por não menosprezar, nem diminuir, muito menos escamotear ou excluir essas dimensões dos processos de educação. Em muitos processos, isso é feito, e precisamos ter muita clareza de que esse não é o caminho. Por outro lado, é bem verdade que existem processos que priorizam tão somente a abordagem das sensibilidades e não prioriza a ação transformadora e crítica das questões objetivas. Nesses casos, novamente a dialética convida-nos a buscar construir um equilíbrio entre essas várias dimensões, de modo que a questão não se reduza somente à objetividade, tampouco só na subjetividade, mas no encontro entre essas questões, uma complementando a outra.

Nas palavras de Alder Calado (2016, p. 53-54),

o processo formativo que interessa aos membros das forças sociais imbuídas da tarefa de construção de uma sociabilidade alternativa à ordem vigente, há de comportar uma diversidade de situações e dimensões que abarcam todo o existir. Trata-se de trabalhar, de modo concatenado e ininterrupto, as mais diferentes facetas da existência - econômica, política, cultural, de maneira a interligar os mais distintos aspectos da vida humana e do planeta: relações com o Cosmos; relações de espacialidade; relações ecológicas; relações de gênero; relações de orientação sexual; relações étnicas; relações geracionais; relações de caráter místico.

Ainda nas palavras do autor, tais dimensões são fundantes justamente por incidirem em uma “formação omnilateral que favoreça o desenvolvimento de todas as potencialidades e dimensões de Ser Humano (subjetivas, biopsico-sociais, de Trabalhador/Trabalhadora, etária ou geracional, ecológica, de gênero, de etnia, ética, de espacialidade, de sua relação com o Sagrado” (CALADO, 2012, s/n). Outro aspecto fundante para a atitude popular é o seu perfil colaborativo, necessariamente pautado por uma comunicação humana dialógica, respeitosa, inclusiva e emancipadora. O popular constrói-se em um processo comunicativo que respeita o outro e a outra na sua inteireza, na integridade e nas suas especificidades.

E como se faz isso? Por exemplo, pensando e refletindo sobre questões como: “como está minha relação com meus companheiros e companheiras?”, “será que eu estou guiando esse processo de forma autoritário?”, “será que eu estou participando pouco, e pouco exercitando a fala no grupo?”, “será que estou

deixando a roda girar?”, “será que, quando fiz uma crítica, deixei claro que era uma crítica construtiva?”, “será que uma pessoa não entendeu o que eu falei?”, “será que minha crítica deixou alguém chateado (a)?”, ou “acabou a reunião, e eu falei o que eu queria falar. Por quê?”. Como assevera Alder Calado (2016, s/n), a relacionalidade possui uma força transformadora, a qual certamente poderá

ajudar-nos a superar, ou ir superando, nossa condição de seres inacabados, inconclusos. Tal aventura, ademais, é que nos vai permitindo ensaiar passos moleculares alternativos ao modelo vigente, à medida que vamos aprendendo a costurar os múltiplos fios da realidade, a conectá-los, conferindo-lhes sentido.

Enfim, ser popular é nutrir o cuidado comunicativo consigo mesmo e com os outros e as outras, seja na forma de falar, seja na forma de se relacionar. Essa atitude popular expressa-se, portanto, também na nossa busca pela horizontalidade e tem a ver com a preocupação de desenvolver, o máximo possível, relações de poder que sejam orientadas por procedimentos respeitosos, dialógicas, inclusivos, participativos e democráticos. Afinal de contas, não podemos exigir democracia apenas dos ocupantes dos altos escalões do poder nacional. Precisamos estabelecer relações democráticas desde a microcapilaridade das nossas práticas e das nossas ações. Se eu for um autoritário no meu grupo de educação popular, por que exigirei democracia dos governantes?

Nesse sentido, evidentemente, sendo todas e todos protagonistas, Alder, inspirado em Freire, indica-nos que poderá e deverá haver choques de ideias, diferenças de opiniões e pensamentos distintos de ordem política. E isso deve ser

louvado, na medida em que a diversidade e a diferença se expressam em um ambiente democrático e, portanto, popular. Todavia, não se expressam em ambientes orientados pelo autoritarismo. Na concepção da atitude popular, os conflitos de ideias, pensamentos e posições são abordados na busca pelo diálogo e pela construção de possíveis consensos, para que se possa, de forma civilizatória, tomar decisões diante de impasses. Dessa maneira, não se negocia a possibilidade da pluralidade democrática e humanizadora de ideias, de perspectivas e de posições. Tampouco se tergiversa sobre o caminho de resoluções de impasses eventualmente emergidos dessas diferenças – o diálogo.

Nos tempos de hoje, vale destacar que esse diálogo somente pode se dar dentro do campo democrático. Não, há, por exemplo, diálogo entre quem defenda a liberdade e quem apregoe a ditadura, uma vez que o último desses polos de diferença de ideias encontra-se sob um espectro profundamente desumanizador. Isso posto, destaco que aprendemos na obra de Alder, como também na obra freiriana, que o diálogo se dá entre os/as diferentes, não entre os/as antagônicos que estejam vinculados a espectros políticos que vão de encontro à perspectiva popular, como aqueles protagonistas da defesa do autoritarismo, do fascismo, do conservadorismo e do liberalismo. Com esses atores, nosso papel é o de uma oposição crítica e dialógica, profundamente respeitosa, mas firme na produção de uma resposta à sua existência: a demonstração de nossa capacidade para a construção de políticas, de processos formativos, de projetos e de experiências que se afirmem na direção contrária a esse espectro anticivilizatório.

Para tanto, precisamos não perder de vista que nós somos seres cheio de subjetividades. Somos seres carregados de emoções e pela lógica da espiritualidade. Cada pessoa exerce

sua relação com o sagrado, inclusive achando que ele não existe. Relacionar-se com o transcendente, com aquilo que não se vê e que não se explica, mas em muito se sente. Agir em educação popular implica, portanto, também respeitar e entender que tais dimensões vão fazer parte do processo de construção, inclusive, porque, com a espiritualidade, vêm também as incertezas; não as incertezas que nos imobilizam, mas as incertezas que, ao mesmo tempo, tanto nos fazem reverenciar e respeitar aquilo que não podemos explicar, como nos movem a buscar entender, explicar, destrinchar, compreender e até mudar.

Contudo, há de se pontuar que a atitude popular nos ensina também que é preciso ter certa paciência com coisas que, em determinado momento, não se podem explicar, mas só sentir e compartilhar. Mesmo assim, com tempo, com experiência, com humildade e com paciência, mesmo em face dessas coisas que são grandes demais para se explicarem no momento, empenharemos toda nossa capacidade humana e “queimaremos nossos neurônios” para tentar explicar o inexplicável. Essa é a nossa tarefa humana, principalmente quando esse inexplicável é algo que esteja gerando processos de desumanização.

Destaca-se ainda na expressiva obra de Alder Júlio Calado a concepção do popular como uma relação respeitosa com a mãe natureza e com o sagrado, incluindo-se aí as fés das pessoas e suas espiritualidades. Ser popular é conceber uma relação de complementaridade e reciprocidade com os demais seres vivos e com os elementos que compõem a natureza, os mares, os rios, as montanhas, as planícies, os desertos, enfim. Popular implica, portanto, a compreensão de que, enquanto humanos, não somos o centro da vida e do universo. Somos uma parte. Um elemento dentre vários outros elementos que, necessariamente, precisam atuar e interagir em coesão, em um

grande sistema que deve buscar o equilíbrio e a harmonia para a promoção ampla e incondicional da beleza da vida.

Desse modo, experimentando também uma possibilidade de vivência do ser humano de forma colaborativa e cooperativa, profundamente promocional, com esses outros seres que habitam o nosso planeta Terra. A humanização, portanto, não passa apenas pelos homens e pelas mulheres, mas por uma relação ética com o ambiente. Isso se aprende, inclusive, pela convivência e reconhecimento das experiências e dos saberes dos povos originários, os quais procuravam guardar precisamente essa relação com o mundo, natural e invisível. Sejam os povos do campo, da floresta, os povos indígenas, os ciganos, os quilombolas, os quais têm historicamente uma relação profunda de diálogo com a terra, com a natureza, que precisa ser cultivada, protegida e promovida nessa dimensão e também caracteriza uma atitude popular.

O processo formativo pela educação popular deve, assim, também pensar na aprendizagem das pessoas sobre seu relacionamento com os seres vivos e os não-vivos, incluindo-se os naturais e os nascidos nas nossas mentes e nos nossos corações pela fé e pela espiritualidade. Como diz Alder Júlio Calado (2018, s/n), é imprescindível pensar a atuação do educador e da educadora popular em seu cotidiano e nas sociabilidades que cultiva e que produz. Nesse sentido, o autor nos propõe algumas reflexões:

Começemos por uma pergunta talvez incômoda: “quanto eu custo à Mãe-Natureza? Quanto sou capaz de repor do que consumo, do que me benefício? Por certo, a vida é gratuidade, não é objeto de cálculo, nem mesmo da relação custo-benefício. Por outro lado, também é certo que a vida é movimento. É um constante ir e vir,

um dar e receber. Neste sentido, pode fazer-nos bem perguntar-nos: nas mais diversas relações que teço com as demais pessoas, busco ao menos certo equilíbrio na balança do dar-receber? Ou, ao contrário, mesmo podendo tantas coisas, limito-me a receber da generosidade dos outros, pouco ou quase nada contribuindo com o que eu posso e devo? E não é preciso oferecer como uma troca comercial. Isto se dá espontaneamente, até sem que as pessoas percebam, dado meu empenho no silêncio das boas obras. De modo similar, em minhas relações com a Mãe-Natureza, é útil fazer-me perguntas do tipo: no item água, como me comporto? Sou comedido, no uso da água, debaixo do chuveiro, ou, ao contrário, sou antes perdulário, aí permanecendo cinco, dez minutos, e com água aquecida? Como me comporto no controle da torneira, ao escovar os dentes, ao lavar os pratos, ao lavar roupa...? Como me comporto em fazer meu prato: enchendo de tudo, para depois jogar fora metade? (...) Cada gesto destes vem carregado de sementes – boas ou más, de sementes de joio ou de trigo, sinalizando o tipo de revolução em que me acho concretamente engajado, a ir realizando, desde o chão do meu dia-a-dia.

Como conceitua Alder Calado, educação popular é um processo formativo. Assim, importante passo em nossa frente está em que não percamos de vista que nossa missão enquanto educadoras e educadores populares está no desvelamento permanente de processos de ensino e de aprendizagem de nós mesmos, dos outros e das outras, em um tear necessariamente mediatizado pelo trabalho social, cujo ponto de partida será sempre o concreto vivido. Mas não somente isso. O que

Alder nos ensina em seus escritos remete à necessidade de a educação popular ensinar a formação de uma atitude popular em seus protagonistas, a qual implicará em uma postura como profissional, como trabalhador(a), como militante, enfim, como cidadã(o).

Não adianta o educador popular possuir significativas habilidades na construção pedagógica dos processos formativos se, por exemplo, dentro de casa, tem uma relação de machismo, de homofobia, ou qualquer situação de exploração humana. Alder ensina-nos que a educação popular transborda. É preciso buscar uma atitude popular em todos os espaços da nossa vida. Assim, outra dimensão fundamental do ser popular, conforme aprendemos com Alder Júlio em sua rica obra, está na participação. A atitude popular esteira-se na participação para recomendar às pessoas uma presença ativa no mundo, permeada por elementos e qualificações como a proatividade, a criticidade e a criatividade. Em sua contribuição, Alder Júlio definiu de uma forma muito bonita, na minha visão, a participação, pela imagem de cada pessoa trazendo alguma coisa para contribuir no mutirão de luta pela vida. Participar é agir colaborativamente na luta de todas as pessoas pelo direito de viver com dignidade, com felicidade e com realização de seus direitos.

Se existe uma imagem que, para mim, define a educação popular, esta não é outra senão a de um mutirão, onde diferentes pessoas estejam permanentemente colaborando, juntando-se, dando o que têm e empregando o que sabem, empenhando seus esforços humanos para enfrentar coletiva e cooperativamente os desafios do viver.

Algumas Considerações

Aprendemos com a obra de Alder Júlio Calado que enveredar em processos de educação popular não é outra coisa senão mergulhar em processos coletivos de ensino e de aprendizagem para a construção do conhecimento, de modo que esse conhecimento seja, efetiva e profundamente, mobilizador. Dessa forma, a atitude popular é uma atitude buscadora – o tempo todo – do conhecimento, traduzido em novas fronteiras do saber, do pensar e do agir. Novas reflexões, elaborações e considerações que consigam ativamente mobilizar as pessoas para agir em uma ação que seja transformadora e que consiga se pautar pela práxis.

Um processo formativo permanente que respeite as sabedorias, que valorize o contexto popular, mas, fundamentalmente, que esteja empenhada em produzir um conhecimento que consiga ser um elemento a mais para que as mulheres e os homens, em seus diferentes contextos e diferentes realidades, busquem formas concretas de enfrentamento das situações de exclusão e de opressão.

Referências

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Remendar ou reinventar o mundo, a partir de nós? Paulo Freire nos instiga, nos provoca, nos convoca. *Interritórios Revista de Educação*. Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru, Brasil, v.2, n.2, 2016.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas?. *Consciencia.net*. Publicado em 11 de novembro de 2012. Acesso em 02jun2020. Disponível em: <https://consciencia.net/educacao-popular-como-processo-humanizador-quais-protagonistas/>

CALADO, Alder Júlio Ferreira. A força revolucionária dos gestos e iniciativas moleculares. Consciencia.net. Publicado em 31 de dezembro de 2018. Acesso em 02jun2020. Disponível em: <https://consciencia.net/a-forca-revolucionaria-dos-gestos-e-iniciativas-moleculares/>

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Remendar ou reinventar o mundo, a partir de nós? Paulo Freire nos instiga, nos provoca, nos convoca. Consciencia.net. Publicado em 7 setembro de 2016. Acesso em 02jun2020. Disponível em: <https://consciencia.net/remendar-ou-reinventar-o-mundo-a-partir-de-nos-paulo-freire-nos-instiga-nos-provoca-nos-convoca/>

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Fortes marcas do legado de Paulo Freire. Consciencia.net. Publicado em 6 de maio de 2018. Acesso em 02jun2020. Disponível em: <https://consciencia.net/fortes-marcas-do-legado-de-paulo-freire/>

CALADO, Alder Júlio Ferreira. A pedagogia de Paulo Freire: contribuições e reinvenção Consciencia.net. Publicado em 1 de dezembro de 2013. Acesso em 02jun2020. Disponível em: <https://consciencia.net/a-pedagogia-de-paulo-freire-contribuicoes-e-reinvencao/>

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Educação popular e Teologia da enxada: Múltiplas incidências – Interlocação com Paulo Freire e José Comblin. Consciencia.net. Publicado em 11 de setembro de 2010. Acesso em 02jun2020. Disponível em: <https://consciencia.net/educacao-popular-e-teologia-da-enxada-multiplas-incidencias-interlocucao-com-paulo-freire-e-jose-comblin/>

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Entrevista concedida ao jornalista Alexandre Nunes. Consciencia.net. Publicado em 13 de julho de 2019. Acesso em 02jun2020. Disponível em:

<https://consciencia.net/entrevista-concedida-ao-jornalista-alexandre-nunes/>

CALADO, Alder Júlio Ferreira. EDUCAÇÃO POPULAR COMO PROCESSO HUMANIZADOR: quais protagonistas? Consciencia.net. Publicado em 11 de novembro de 2012. Acesso em 02jun2020. Disponível em: <https://consciencia.net/educacao-popular-como-processo-humanizador-quais-protagonistas/>

FALCÃO, Emmanuel Fernandes. Extensão popular: caminhos para a emancipação. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. 185p.

FLEURI, Reinaldo. Educação Intercultural e Movimentos Sociais: Trajetória de Pesquisa da Rede Mover. Editora do CCTA, 2017. 319p.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Para sistematizar experiências. Tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006. 128 p.

PIO, Paulo Martins; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; MENDES, José Ernandi. Práxis e prática educativa em Paulo Freire: reflexões para a formação e a docência. In: FARIAS, I.M.S. et al (Org.). Didática e prática de ensino na relação com a formação de professores. 1ºed. Fortaleza: EdUECE, 2015, v. 2, p. 5770-5781.

Capítulo 1

*Educação Popular como Processo Humanizador: quais protagonistas?*¹⁰

A encruzilhada com que hoje se depara a Humanidade – entre os sinais cada vez mais graves de barbárie, característicos do Capitalismo em sua face/fase atual, e, por outro lado, alguns sinais convincentes, ainda que moleculares, de compromisso com a vida dos Humanos e do Planeta – nos põe, a todos, a todas, diante de uma situação de escolha decisiva: render-nos à tendência dominante ou ousar construir uma saída alternativa? Esta segunda opção é a que nos leva a apostar no processo de humanização, do qual a Educação Popular, protagonizada pelos Movimentos Sociais Populares com projeto alternativo de sociedade, pode ser um espaço privilegiado.

Ancoradas no legado de teóricos da história contemporânea de ontem e de hoje, como Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, José Carlos Mariátegui, Jean Paul Sartre, Erich Fromm, Ernesto Che Guevara, Amílcar Cabral, Albert Nolan, Florestan Fernandes, Álvaro Vieira Pinto, Paulo Freire, Octavio Ianni, Michael Löwy, José Comblin, José Maria Vigil, Leonardo Boff, Maurício Tragtenberg, Leandro Konder, Enrique Dussel, Pablo Richard, Marilena Chauí, Ivone Gebara, entre tantos outros e outras, aqui estamos entendendo como processo de humanização o conjunto de práticas e reflexões

¹⁰ Esse texto foi originalmente publicado em: 11/11/2012 e pode ser acessado em: <https://consciencia.net/educacao-popular-como-processo-humanizador-quais-protagonistas/>

características de uma sociabilidade alternativa ao sistema dominante, protagonizada por sujeitos coletivos e individuais, visando ao desenvolvimento das mais distintas potencialidades do ser humano, ser consciente de seu inacabamento e de seu caráter relacional, historicamente condicionado, mas não determinado, por isso mesmo vocacionado à Liberdade.

Um tal processo demanda, entre outros componentes, uma permanente formação omnilateral, da qual a Educação Popular, tal como defendemos, pode ser um espaço decisivo, nessa direção. É essa a aposta central que submetemos a um debate, que queremos realimentar. Exercitar tal discussão no âmbito da Academia – e para bem além da mesma – pode inspirar-nos confiança, até porque uma das boas características do espaço acadêmico tem sido, a despeito de tantas contradições, o esforço de se preservar a pluralidade epistemológica. Disso resulta, por exemplo, a necessária liberdade de adesão a, ou de defesa de distintas correntes político-filosóficas, inclusive de caráter antagônico.

Condição necessária, sem a qual não se conseguiriam avanços nas reflexões críticas de correntes e paradigmas tão diversos. Na Academia e para além de seus muros, esse debate alcança as distintas áreas de saberes. As ciências sociais – e entre elas a Educação – têm-se constituído relevante mostroário de acalorados debates. O mesmo se dá em relação à Educação Popular. Tendo em vista o espectro de sociedade em que vivemos, resulta inconcebível – além de inútil – a pretensão a um consenso quanto à sua concepção. Característica importante, até pelo fato de não permitir a ninguém o direito de propriedade a uma suposta definição “universal” seja lá do que for, inclusive, claro, de Educação Popular.

No que diz respeito especificamente ao caso da Educação Popular, não é por acaso que ela tem se prestado a uma variada

gama de finalidades – legítimas ou de caráter duvidoso. Para se ter uma ideia de sua polivalência, basta que se examinem, mais do que a diversidade de concepções e de conceitos que ela comporta, os sentidos ambíguos de suas práticas. De Educação Popular tem-se, com efeito, usado e abusado, conforme os interesses em voga. Embora não se trate de uma característica exclusiva do campo da Educação Popular (nem da Educação, nem das Ciências Sociais), tem-se por vezes a impressão de que tal marca se complica ainda mais que de costume, quando referida à área da Educação Popular. Também aqui, a criatividade dos Humanos parece não ter limites. Impulsionados pelas potencialidades artístico-culturais, os Humanos fazem milagres.

Inclusive pela magia da Palavra, haja vista a quase inesgotável polissemia dos conceitos teóricos. E o que dizer da ambiguidade que impregna suas práticas? Educação Popular (EP) serve, por conseguinte, aos mais variados gostos. Dir-se-ia que há EP feita para o Povo, há EP feita com o Povo, há EP feita apesar do Povo, e há até EP feita contra o Povo... Nesse sentido, em busca de uma formulação reconhecidamente abrangente e com alguma chance de relativo consenso hegemônico, pode-se entender Educação Popular como o processo formativo concernente às camadas populares, envolvendo diferentes protagonistas, parceiros e aliados e supostos aliados, animados por diferentes – e às vezes antagônicas – motivações, perspectivas, procedimentos e posturas ético- políticos e pedagógicos, ainda que comportando elementos de sintonia no plano estritamente epistemológico.

Tão abrangente conceito de EP parece aproximar-se de uma panacéia: nele cabe (quase) tudo, desde que se trate de algo ligado a algum tipo de formação das camadas populares. Tal conceito alcança, por exemplo, experiências de ensino, pesquisa e extensão. No caso de situações de ensino, pode

permitir a elaboração de políticas públicas ou de programas por uma pequena equipe de especialistas, com o objetivo de que venham a ser “aplicadas” a um determinado segmento popular, tendo este como mero “público-alvo”, destinatário passivo, pronto a “receber” o “pacote” (“Educação bancária”, na acepção freireana).

Com variações de grau, parece ser esse o caráter da grande maioria das experiências vivenciadas em EP, seja no terreno das relações do Estado, seja também no âmbito de outras organizações da sociedade civil. Aqui predomina largamente – ainda que frequentemente de modo sutil, inclusive sob uma roupagem verbal sedutora – o sentido assistencialista das experiências de EP, nas quais prevalece o sentido da preposição “para”. Quando muito, ornadas por ações que parecem, até certo ponto, dotadas da preposição “com”. Em outras palavras: para essa concepção de EP, o fundamental da experiência é que ela se destine a favorecer as camadas populares.

Trata-se de implementar projetos e programas educativos – escolares ou não-formais – destinados às “classes menos favorecidas” ou às “camadas carentes da sociedade”, ainda que não contem com sua participação decisiva nos distintos momentos do processo. Não se trata de duvidar das intenções. O que está em questão é o próprio caráter político-pedagógico do processo, desde sua concepção, passando pelo planejamento, pela implementação, execução, acompanhamento, avaliação, etc. Conscientes dessa pluralidade de concepções, inclusive em torno de Educação Popular, pretendemos, nas linhas que seguem, ajudar a realimentar o debate acerca dessa questão, começando 1) por tentar situar a concepção dominante de EP; em seguida, 2) cuidamos de explicitar nossa aposta em torno do que entendemos por Educação Popular, sublinhando suas

principais características, e, por último, 3) tratamos de traçar o perfil dos protagonistas dessa proposta alternativa de EP.

1 – Ensaiando um conceito aparentemente dominante de Educação Popular

Pelo que foi acima assinalado, parece bastante razoável o entendimento de que não se deve esperar consenso no esforço de definição de conceitos, nas diversas áreas de saberes, em especial no campo das ciências sociais. É sabida a teia de interesses conflitantes (de opções político-filosóficas, de classe, etc.), a atravessar e a condicionar fortemente o olhar de quem se decide por essa ou por aquela concepção. Também, em Educação Popular não se dá de modo diferente. Sem negar uma diversidade mais ampla, aqui nos limitamos a focar pelo menos dois olhares acerca do que é entendido por Educação Popular: um que parece mostrar-se amplamente dominante e um outro que se reclama alternativo ao conceito hegemônico.

Com o risco de simplificação, mas desde já advertindo da diversidade de nuances existentes no interior desta mesma corrente (que entendemos amplamente dominante), Educação Popular é, sob essa perspectiva, trabalhada enquanto processo formativo concernente às camadas populares, envolvendo diferentes protagonistas, parceiros e aliados e supostos aliados, animados por diferentes – e às vezes antagônicas – motivações, perspectivas, procedimentos e posturas ético- políticos e pedagógicos. Vamos tentar explicitar os termos componentes dessa concepção dominante:

- Processo formativo – assumindo, mais frequentemente, um caráter de educação geralmente não-formal, mas que também pode dar-se nos espaços escolares.

- Concernente às camadas populares – Trata-se de uma proposta especificamente voltada para os segmentos

populares, sem que estes venham necessariamente a tomar parte decisiva nos diversos momentos de seu processo (da concepção da proposta à sua avaliação, passando pela implementação, metodologia, dinâmicas e outros passos constitutivos). Os segmentos populares são tratados sobretudo como alvo, como destinatários da proposta. A responsabilidade da elaboração desta circunscreve-se à alçada de outros sujeitos e instâncias, contando-se com o concurso dos destinatários na execução das tarefas.

A isso dificilmente se pode chamar de uma ação de protagonista, de forma efetiva, apesar da insistência em tratar-se tal experiência, não raro, como “freireana”, até como recurso de legitimação.

– envolvendo diferentes protagonistas, parceiros e aliados e supostos aliados, animados por diferentes – e às vezes antagônicas – motivações, perspectivas, procedimentos e posturas ético- políticos e pedagógicos. – Como se trata de uma proposta educativa fundamentalmente elaborada para os segmentos populares – ainda que eventualmente também com os mesmos -, observa-se uma miscelânea de participantes e aliados. Aqui se envolvem sujeitos variados, públicos e privados, instâncias governamentais como instâncias particulares (ONGs, filantrópicas, confessionais, entre outras), além dos próprios destinatários. Da mesma proposta participam aliados com as mais distintas motivações, interesses, perspectivas, procedimentos e posturas. Até supostos aliados: eventuais sujeitos que, não tendo compromisso efetivo com os setores populares, alimentam interesse de recolher da experiência algum tipo de proveito (eleitoral, isenção ou redução de impostos)...

2. Educação Popular, uma aposta em debate

O que trazemos, a seguir, com o propósito de contribuir com a realimentação do debate, resulta do nosso aprendizado contínuo junto às classes populares, especialmente por meio do acompanhamento das lutas dos movimentos sociais populares e seus aliados, bem como da contribuição teórica especificamente voltada à Educação Popular de figuras tais como: representantes da Pedagogia Socialista, Antonio Gramsci, Paulo Freire, Florestan Fernandes, Carlos Rodrigues Brandão, Miguel Arroyo, Oscar Jara, João Francisco de Souza, Mario Acevedo Aguirre, João Viegas Fernandes, Reinaldo Fleuri, Eymard Vasconcelos, Carlos Nuñez Hurtado, Paulo Rosas, Balduino Andriola, Ivandro da Costa Sales, José Comblin, Roseli Caldart, Maria Eliéte Santiago, Maria Valéria Rezende, Ivone Gebara, entre outros e outras.

Entendemos Educação Popular como o processo formativo permanente, protagonizado pela Classe Trabalhadora e seus aliados, continuamente alimentado pela Utopia em permanente construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa, dentro de um processo coerentemente marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas e posturas correspondentes ao mesmo horizonte.

Explicitando os termos de tal enunciado, temos:

- Educação Popular como processo formativo permanente
- Tendo em vista o caráter sabidamente inconcluso dos Humanos (Freire), seu processo de humanização estende-se ao longo de sua vida, de modo ininterrupto. Todo o seu (con)viver se acha atravessado de práticas formativas, nos mais variados espaços e ambientes comunitários e sociais: tribal, familiar, lúdico,

produtivo, nas relações de espacialidade, de gênero, de etnia, de geração, nas relações com a Natureza, com o Sagrado... Ao que se deve acrescentar que não se trata de mera aquisição de conhecimentos, mas antes de um processo praxístico (Marx) que comporta rumo, caminhos e posturas.

Eis por que não se trata apenas de se fazer coisas consideradas significativas, mas sobretudo de que estas apontem para um horizonte de contínua humanização e respeito pelo Planeta, afinal, como afirmava a personagem José Dolores, do filme “Queimada” (“Burns”), “É melhor saber para onde ir, sem saber como, do que saber como e não saber para onde ir.” Não se conclua daí que só nos interesse perseguir o rumo. Este não se alcança, a não ser por trilhas que apontem em sua direção. De pouco adianta proclamar-se, alto e bom som, que se abraça tal horizonte, quando os pés sistematicamente pisam trilhas que acenam para um rumo inverso ao declarado. E comporta, ainda, postura adequada por parte dos caminheiros, de modo a respeitar os distintos modos e ritmos de caminhar, desde que apontando, na prática, para a mesma direção.

– Protagonizado pela Classe Trabalhadora e seus aliados
– Importa, desde já, dissipar a idéia de “Classe Trabalhadora” como sinônimo do conceito trabalhado nos mesmíssimos termos de outros contextos históricos. Vivendo tempos diferenciados (com as recentes conquistas científico-tecnológicas, com a reestruturação produtiva, com a nova organização dos processos de trabalho, com o desemprego estrutural, etc.), convém atualizar o conceito de Classe Trabalhadora, numa linha como a adotada por autores como Mészáros e Ricardo Antunes, por exemplo. Ou seja, aqui entendemos Classe Trabalhadora como todos aqueles e aquelas que, ao viverem do seu trabalho, vão tomando consciência das condições concretas do processo produtivo, das razões de sua exploração, do tipo de relação que

garante a apropriação e fruição por tão poucos do conjunto das riquezas produzidas pelos Trabalhadores e Trabalhadoras do mundo inteiro.

E, à medida que vão tomando consciência desse estado de coisas, vão passando a empenhar-se nas lutas pela construção de uma nova sociedade. Nova sociedade em que, não se trate de inverter a posição dos dominados que, conquistando o poder, passam a reproduzir as ações dos seus ex-senhores, mas em que se trate de subverter ou mudar radicalmente o caráter das relações, passando de relações piramidais a relações horizontais.

– continuamente alimentado pela Utopia em permanente construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa –
Dentre os equívocos mortais cometidos pelos protagonistas do socialismo real podemos destacar dois: o de confundirem Revolução com o “assalto ao quartel”, que consumia grande parte de suas energias devotadas a forjar estratégias e táticas da luta armada; e contentar-se com, uma vez no poder, inverter a posição entre opressores e oprimidos, sem cuidar de abolir o caráter da relação! Resulta, pois, indispensável o incessante cultivo das condições necessárias à vitalidade da causa, do projeto de se construir uma nova sociabilidade, que se mostre alternativa à ordem dominante, seja no plano das macro-relações, seja no terreno das micro-relações.

O que implica o contínuo esforço de superação da ordem capitalista (quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista cultural, esferas dinamicamente interrelacionadas), com vista à instauração de um novo modelo de produção e de consumo, de uma sociabilidade alternativa.

– dentro de um processo coerentemente marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas e posturas correspondentes

ao mesmo horizonte. – Como acima já foi assinalado, não se trata apenas de perseguir o horizonte desejado, mas igualmente de escolher os caminhos que apontem na mesma direção. Mais uma vez, isto não é algo que se possa comprovar com discurso. Há de se recorrer ao caráter das práticas do dia-a-dia. Inútil pretender-se alcançar um horizonte desses, largando mão das vias que lhe são próprias. Educar para a Liberdade implica seguir caminhos de Liberdade (José Comblin), de tal modo que uma coisa não se faz sem a outra, mediadas, ambas, pela postura, pelo jeito próprio dos protagonistas – mulheres e homens – de caminhar nessa direção.

Nesse sentido, o estilo ainda amplamente dominante de Educação Popular centra nos dirigentes a prerrogativa quase exclusiva da tomada de decisões, contrariando frontalmente a afirmação de Rosa Luxemburgo, para quem “A tendência dominante que caracteriza a marcha do movimento socialista na atualidade e no futuro é a abolição dos dirigentes e da massa dirigida.” (LUXEMBURGO, ap. TRAGTENBERG, 1986, p. 73). Feita a explicitação do que aqui entendemos por Educação Popular, convém ainda assinalar suas principais características. Com efeito, essa nossa aposta caracteriza-se por múltiplas marcas, dinamicamente interrelacionadas, das quais sublinhamos as seguintes:

– que seja capaz de despertar em seus protagonistas (individuais e coletivos) o sentido de sua incompletude, da sua condição inconclusa, o que, em vez de induzi-los a se renderem a um cômodo rótulo ontológico, propicia uma permanente disposição de irem se tornando...

– que tome seriamente em conta a condição humana de seres relacionais, que se educam em comunhão, no mutirão do dia-a-dia;

– que propicie aos seus participantes o permanente aprimoramento de sua capacidade perceptiva, ajudando-os a ver, a ouvir, a sentir, a intuir mais e melhor o que, ou antes não conseguiam, ou só conseguiam de forma muito fragmentária e descontínua;

– que os estimule a recuperarem a memória histórica das experiências humanas, nos mais diferentes tempos e espaços;

– que seja capaz de trazer para dentro de seus espaços os desafios do dia-a-dia enfrentados pelos seus protagonistas, dispondo-se estes a ensinar e a aprender, a partir de e com as pessoas comuns do campo e da cidade;

– que estimule seus protagonistas à permanente curiosidade epistemológica, mantendo-os em incessante estado de busca;

– que assegure o protagonismo do conjunto de seus participantes, em todos os passos e “fases” do processo educativo;

– que lhes propicie o empenho em criar e assegurar condições favoráveis de uma sociabilidade alternativa, articulando-se adequadamente macro e micro-relações, por meio do incessante esforço (individual e coletivo) de apostar mais em atitudes do que em atos libertários isolados, ainda que estes também sejam bem-vindos;

– que permita aos seus protagonistas a descoberta e o exercício de suas potencialidades e talentos artístico-culturais, sem abdicar de ajudá-los também a identificar e a superar os próprios limites, pelo exercício contínuo da (auto-)crítica;

– que promova o recurso a múltiplas linguagens, de modo a não tornar seus participantes reféns da do uso exclusivo da oralidade ou da escrita...

– que crie condições para os seus protagonistas de exercitarem, todos, a adequada articulação de suas dimensões discente e docente;

- que favoreça permanentemente o exercício do rodízio ou da alternância de funções e cargos entre os seus protagonistas;
- que aposte no incessante aprendizado, por parte dos seus protagonistas, da coerência entre sentir-pensar-querer-agir;

- que lhes assegure condições de permanente superação da dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual;

- uma Educação Popular cujos protagonistas, longe de se acomodarem e sucumbirem à tendência burocratizante e imobilizadora tão característica dos espaços institucionais, se vejam mais empenhados em ousar ações instituintes, inspirados nas atitudes desinstaladas e desinstaladoras do espírito peregrino, à luz de uma Utopia libertadora.

- uma Educação Popular que, a partir do local, se abra para o mundo, propiciando aos seus protagonistas sentirem-se e agirem como cidad@os do mundo e parceiros do mesmo Planeta;

- que se mostre ciosa de apostar num processo educativo permanentemente temperado pelo exercício da contemplação estética, alimentado pelo ininterrupto recurso às diferentes artes e à multimilenar sabedoria acumulada pela Humanidade, longe de se restringir à Ocidentalidade...

- Uma Educação Popular que estimule a capacidade de sonhar (o sonho desperto, de que fala Ernst Bloch), numa perspectiva de Utopia libertadora;

- que aposte numa formação omnilateral que favoreça o desenvolvimento de todas as potencialidades e dimensões de Ser Humano (subjetivas, biopsico-sociais, de Trabalhador/Trabalhadora, etária ou geracional, ecológica, de gênero, de etnia, ética, de espacialidade, de sua relação com o Sagrado...

3. Que perfil de protagonistas é capaz de alimentar esse processo?

Quais as condições requeridas e quem vai tocar um projeto de Educação Popular, cuja marca principal seja o compromisso de assegurar as condições mais favoráveis ao processo de Humanização? É o de que passamos a tratar, a seguir. Iniciando pelas condições desse processo, vejamos algumas:

- recuperar e fortalecer, nas macro e micro-relações do dia-a-dia, o horizonte classista – Isto deve se dar por meio de atitudes tais como: ampliação da agenda para além de demandas apenas de um só Movimento, em favor de uma prática que, sem abandonar suas reivindicações específicas, tenha seu principal foco nas lutas do conjunto da classe trabalhadora do campo e da cidade;

- investir maciçamente, e de forma crescente e qualitativa, no processo de formação contínua do conjunto de seus membros – Não se trata de investir na formação apenas de uma parte, mas do conjunto dos protagonistas. Mais: formação para além da educação escolar (o que não implica desprezo pela educação escolar: depende de que Escola), de modo a implicar uma formação integral, omnilateral, que seja capaz de desenvolver as mais distintas potencialidades dos seus membros, numa perspectiva humanizadora;

- revisitar densos relatos históricos do processo educativo entre os povos indígenas, bem como os bons clássicos da Pedagogia Socialista (os “utopistas”, os marxistas, Pistrak, Makarenko, Gramsci...), além dos teóricos atuais da Educação Popular (Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, Rui de Celso Beisiegel, Moacir Gadotti, Balduino Andriola, Mario Acevedo Aguirre, Oscar Jara, Balduino Andriola, Carlos Nuñez Hurtado,

Miguel Arroyo, Moacir Gadotti, João Francisco de Souza, João Bosco Pinto, Carlos Alberto Torres, Marco Raul Mejía, Rosa Maria Torres, Bernard Charlot, Victor Valla, Jacques Gauthier, Paul Taylor, Paulo Rosas, Ivandro da Costa Sales, Eymard Vasconcelos, Reinaldo Fleuri, Ana Maria Araújo Freire Timothy Ireland, José Francisco de Melo Neto, Woicieh Kulesza, Luiz Gonzaga Gonçalves, Maria de Lourdes Barreto de Oliveira, Maria Valéria Rezende, Roseli Caldart, Maria Eliéte Santiago, Cornelis e Maria Salete Van der Poel, Tânia Maria M. Moura, entre outros e outras, inclusive tantos protagonistas coletivos espalhados pela América Latina, pelo Brasil, pelo mundo...), não com o objetivo de reproduzi-los, mas de neles e nelas colher inspiração, na perspectiva de reinventar práticas e caminhos alternativos aos desafios de hoje, à grade de valores hoje dominante;

– exercitar a memória histórica – Inclusive por meio da Mística, de modo a reavivar a memória de lutas de movimentos passados e contemporâneos, bem como de figuras do Povo, nas diversas partes do mundo, que atestaram e atestam fidelidade à causa dos-que-vivem-do-trabalho;

– superar a armadilha dos instrumentos da Democracia burguesa, a exemplo do envolvimento desproporcional em campanhas eleitorais, cujos resultados fundamentais amargamos, desde nossos bisavós, e podemos conhecer por antecipação...

– pôr em prática, como ponto de honra, o mecanismo da alternância ou rodízio de cargos e funções, permitindo a quem é de base ter acesso a funções e cargos de coordenação, e a quem já cumpriu funções administrativas ou de coordenação voltar a atuar na e como base;

– articulado ao mecanismo da alternância de cargos e funções, cumpre sublinhar o processo de radicalização democrática, ao interno dos Movimentos, de modo a implicar,

por exemplo, a descentralização das decisões, por meio da atuação orgânica e decisiva dos organismos de base, qualquer que seja o nome que se lhes dê (conselhos, células, brigadas...);

- promover o exercício das artes, em suas mais distintas expressões, favorecendo a descoberta e o desenvolvimento dos talentos a serviço do coletivo;

- intimamente ligado ao exercício das artes, tão ao gosto da Educação Popular, importa, de um lado, fazer um bom uso de múltiplas linguagens (música, poesia, teatro, desenho, fotos, vídeo...), superando a tendência tão generalizada do monopólio da oralidade ou da escrita, perpetuando uma das menos felizes heranças ocidentais; e, por outro lado, fazer uso de uma linguagem compreensível pelos educandos interlocutores (José Comblin refere-se, com frequência, a esse cacoete academicista tão excludente);

- aprimorar o exercício das relações de espacialidade, tanto as que se referem ao cuidado do Planeta, quanto às que dizem respeito às características culturais, ligadas às procedências regionais (quem é da capital em relação a quem é do interior; quem é da cidade em relação a quem da roça; quem mora no centro da cidade em relação a quem mora na periferia; quem é do Norte/Nordeste em relação a quem é da região Centro-Sul; quem é do Brasil em relação a quem é da Bolívia; e assim por diante. Nesse terreno, ainda há muito chão a andar, tendo em vista os preconceitos praticados e nem sequer percebidos...

Combinadas com tais requerimentos, importa trabalhar igualmente o plano estritamente individual dessa formação, de modo a que esses protagonistas individuais compreendam e assumam suas responsabilidades, nesse processo. Quais seriam, então, as características correspondentes a esses sujeitos, historicamente chamados a protagonizar, por meio da Educação

Popular (na perspectiva da aposta acima explicitada), os passos desse processo de humanização? É preciso que

- sejam pessoas profundamente amorosas, apaixonadas pelo Povo, não importando que país ou região habite, e pela nossa Casa Comum, a Mãe-Natureza;

- sejam capazes de recuperar a primazia da perspectiva classista sobre quaisquer interesses de segmentos particulares, do âmbito local ao internacional, ou melhor dito, capazes de experienciar nos embates locais sua dimensão internacional, ao tempo em que, ao participarem de lutas internacionais, são capazes de perceber as implicações locais;

- se refontizem incessantemente da força revolucionária da memória histórica, recuperando lutas, façanhas e conquistas do passado e respectivos protagonistas;

- não abram mão do persistente exercício de crítica e auto-crítica;

- sua permanente disposição à autocrítica, alimentada pelo contínuo exercício da mística revolucionária, os ajuda sobremaneira a tornar viva e eficaz, enquanto intervenção presentificada, a memória histórica, de modo a não engessarem num passado longínquo e estéril suas referências de luta e de militância;

- ao apreciarem com carinho a memória e o testemunho exemplar de revolucionários e revolucionárias de ontem e de hoje, cuidam de evitar transformá-los em “gurus”, preferindo apostar mais na causa, no projeto, do que em seus protagonistas, e se a estes também prestam reverência, o fazem na medida em que encarnam o projeto;

- constante acompanhamento crítico da realidade social, mediante o recurso a fontes fidedignas, em função do que tratam de aprimorar suas estratégias de intervenção;

– efetiva vigilância no sentido de assegurar condições irrenunciáveis do protagonismo dos distintos segmentos da sociedade civil, em sua luta de libertação;

– no relacionamento com as pessoas e grupos de base, saibam pôr em prática uma pedagogia da escuta, aprendendo com os outros e buscando também exercer sua dimensão docente;

– tenham consciência de que a qualidade de sua aposta na Utopia é constantemente testada na oficina de tecelagem do Cotidiano, a partir dos gestos minúsculos e aparentemente invisíveis;

– sejam pessoas fortemente desinstaladas e desinstaladoras, ao mesmo tempo inquietas na tomada de iniciativas, e profundamente serenas, nos momentos de crise e de impasse;

– estejam conscientes de que navegam sobre águas revoltas, e quase sempre navegam à contra-corrente, o que implica uma postura ao mesmo tempo firme e serena de lutadores sociais;

– mostrem-se efetivamente empenhados no seu processo de formação continuada, nas distintas dimensões do cotidiano e da vida pessoal e grupal;

– exercitem, a cada dia, a mística revolucionária, em virtude da qual asseguram a renovação de seu compromisso ético-político, no horizonte de uma Utopia libertadora.

Considerações mnemônicas

Como em tantos outros campos de saberes, também no terreno das ciências sociais, e mais particularmente no âmbito da Educação Popular, os conceitos resultam sempre polissêmicos. Não é por acaso que uma das características básicas do espaço

acadêmico é o exercício da pluralidade epistemológica. Isso não impede, antes nos estimula a buscarmos o mínimo de entendimento possível, inclusive no plano teórico-conceitual, de modo a que, concordando ou discordando, compreendamos melhor os olhares a partir dos quais e com os quais se pode trabalhar Educação Popular.

Nesse sentido, ao tempo em que reconhecemos a diversidade conceitual existente, cuidamos de explicitar um conceito de Educação Popular que corresponde à nossa aposta, ancorado num amplo legado de teóricos de ontem e de hoje, do qual Paulo Freire pode ser tomado como a principal referência. Do amplo leque de características enunciadas acerca dessa nossa aposta de Educação Popular, que submetemos ao debate, podemos aqui sublinhar que se trata, fundamentalmente, de uma experiência de formação humana e de convivência com o Planeta necessariamente vinculada ao processo de Humanização, que se contrapõe radicalmente ao modelo capitalista dominante, seja na esfera econômica (organização da produção e do consumo), seja na esfera política (organização das macro e micro-relações de poder), seja na esfera cultural (sobretudo na grade de valores).

Trata-se de um processo de humanização que pressupõe uma longa, complexa e ininterrupta experiência de formação, contemplando o desenvolvimento das mais distintas dimensões e potencialidades do ser humano, protagonizada por sujeitos individuais e coletivos, cuja prática educativa aponte necessariamente, desde as relações do dia-a-dia, para o alvo desejado, ou seja, a construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária e culturalmente plural.

Texts

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Movimentos Sociais Populares rumo a uma nova Sociedade: do consenso ideológico ao dissenso alternativo. In: Revista eletrônica. In: Gonçalves, Moisés A.; CONCEIÇÃO, Geraldo Magela (org.). Outros Olhares – Debates contemporâneos. Belo Horizonte: Leeditathi, 2008, pp. 13-60.

CHAUVEAU, Gerard. *L'École du travail dans la pensée ouvrière*. In: Ville École Intégration, n. 113, Paris, juin 1998.

COMBLIN, José. *Vocação para a Liberdade*. São Paulo: Paulus, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogía del Oprimido*. 2. ed. México: Siglo Veintiuno, 1971.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*, 3a. ed., Rio de Janeiro, 1978.

Capítulo 2

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 3a. ed., Rio de Janeiro: 1997.

FROM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*, 2a. ed., Rio de Janeiro: 1962.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. In: FROM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*, 2a. ed. Rio de Janeiro: 1962.

SERMAN, William. *La Commune. Paris*: Presses Universitaires de France, 1971.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões sobre o Socialismo*. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

*Método pedagógico, Educação Popular, e trabalho de base, no período atual*⁶

O título deste texto corresponde ao tema proposto pelo MPA (e acolhido de bom grado), na esteira de outras inquietações pertinentes, como objeto de reflexão e ação pelos protagonistas do Movimento. Acolho a proposta como um mote do Repente, e, a partir dele, cuido de propor um roteiro de problematização e de provocação ao tema, com o propósito de suscitar pontos que me parecem relevantes e oportunos, no atual cenário da sociedade brasileira, em especial, de suas forças transformadoras das quais o MPA segue buscando fazer parte, de modo crítico-propositivo.

Para qualquer movimento popular que se preze, resulta vital a questão do método de organização, de formação e de intervenção na realidade social, bem como na trajetória de seus membros. Por isso mesmo, seu método não deve ser entendido como algo à parte de sua visão de mundo, de suas referências teóricas. A isto buscarei estar atento, nas linhas que seguem. Vou distribuir esta reflexão em três tópicos necessariamente interconectados: rápidas considerações sobre alguns desafios da atualidade para as forças de transformação social; que tipo de formação melhor corresponde ao perfil das forças sociais, a exemplo do MPA, em sua luta por uma sociabilidade alternativa à que aí está; e que tipo de método melhor se adequa ao trabalho de base, nessa perspectiva.

6 Esse texto foi originalmente publicado em: 11/07/2014 e pode ser acessado em: <https://consciencia.net/metodopedagogico-educacao-popular-etralho-de-base-periodo-atual/>

Alguns desafios que rondam nossa atualidade

Não é segredo que, mais do que uma época de mudança, estamos vivendo uma “mudança de época”, com profundas repercussões, não apenas nas mais variadas esferas da realidade, como também comportando distintos sentidos que a expressão pode implicar ou que podemos atribuir-lhe. Tal fenômeno impacta, por certo, todo um modo de produção, de circulação, de consumo, de gestão de sociedade e de convivência com a Mãe-Natureza. Suscita profundos impactos decorrentes da reestruturação produtiva como da reorganização dos processos de trabalho. Aqui recomendo vivamente o vídeo/documentário “da servidão moderna”, acessível por Youtube).

Tal “mudança de época” compromete mortalmente, pelo menos a médio prazo, o lugar atribuído aos Estados nacionais, durante séculos, como se fosse a única forma possível de se organizar uma sociedade que se queira alternativa à ordem vigente. Por tabela, afeta mortalmente a lógica da democracia representativa ou a objetiva abdicação de protagonismo cidadão, com consequência direta na organização partidária convencional, etc. Mas, sobretudo, aponta para a inarredável necessidade de se reinventar o fazer-Política, inclusive por meio de uma dinâmica alternativa de organização societária, alternativa à lógica do Mercado capitalista e do Estado. E não apenas do Estado capitalista: os Estados socialistas, com raríssimas exceções, têm dado sobejas provas de sua incapacidade de fazer a transição para uma sociedade sem classes.

Como dizia a famosa personagem do filme “Queimada”, José Dolores, “É melhor saber para onde ir, sem saber como, do que saber como e não saber para onde ir.” Não se diga que isto seja devaneio. Lembremo-nos do velho alerta, de que, fazendo jus e uso de sua condição de inventividade, os seres

humanos estão à altura dos desafios que lhes são historicamente colocados. Basta que observemos as lições da História, em distintas épocas. Por que abdicar de nossa vocação histórica à Liberdade, ainda que tal projeto nunca se complete de todo satisfatoriamente? Aqui me vem o belo poema de Eduardo Galeano sobre a linha do horizonte, que nos anima a seguir caminhando.

Ousar o novo (no sentido do alternativo), e já ensaiando passos concretos nessa direção, desde que impregnados de sementes de alternatividade, constitui tarefa irrenunciável do processo de humanização, sobretudo quando se tem certeza da caducidade dos caminhos que vimos trilhando, há tanto tempo. Até podemos não saber bem como chegar à sociedade que almejamos, mas não nos resignamos a tentar, a ensaiar passos, nessa direção, inclusive cometendo erros. Só acerta quem está disposto a buscar, buscar e buscar, sempre, recolhendo lições dos próprios equívocos aos quais não escapa quem ousa caminhar por caminhos ainda não trilhados...

Aqui me restrinjo especificamente ao desafio do esforço de construção de uma nova sociabilidade, alternativa ao Capitalismo, e que faça jus aos sonhos mais generosos da humanidade, em relação amorosa com a Mãe-Natureza. Trato de sublinhar algumas tendências equivocadas, mas que seguem amplamente hegemônicas, inclusive entre forças e organizações de base de nossa sociedade, buscando aqui fazer com elas um contraponto, do ponto de vista de quem aposta numa sociabilidade alternativa ao Capitalismo, mas, por isso mesmo, a ser construída alternativamente, não apenas no que concerne ao seu horizonte, mas também na práxis cotidiana dos seus protagonistas, convencidos de que horizonte de Liberdade se alcança apenas por caminhos também de Liberdade. Vejamos,

então, algumas dessas teses equivocadas ainda amplamente hegemônicas.

– **Só alcançamos uma nova sociedade, após a derrocada da sociedade presente** – Em situação ordinária, tal afirmativa não mereceria grande estranhamento. Com efeito, o advento de uma nova sociabilidade é incompatível com o presente modelo de sociedade. Estamos de acordo quanto à necessidade de superação do atual modelo de sociedade. Um modelo alternativo comporta, portanto, o enfrentamento do tipo atual de sociedade e a sua derrocada. Onde, então, aparece nossa crítica? No fato de que, à falta de se trabalhar criativamente no desenho da nova sociedade, como condição indispensável para a verdadeira superação da velha sociedade, acaba-se, não raro, adiando o necessário esforço de visibilizar, já de agora, a expressão de sinais concretos de alternatividade no estilo de vida dos protagonistas. Ou seja: não vale tudo deixar para depois da derrocada do velho regime, para, só a partir de então, cuidar-se de construir os novos valores, as novas atitudes, compatíveis com a nova sociedade.

Seria demasiado tarde! Esse filme já vimos... Ou a busca de nos tornarmos – incessantemente e desde já – novas mulheres e novos homens começa a ser visibilizada, a cada momento, por atitudes compatíveis com a nova sociedade, ou em vão lutamos por uma nova sociabilidade. São fartos os exemplos que bem ilustram, ao longo de décadas de experiências de sociedades socialistas, que não conseguiram fazer a transição para uma sociedade sem classes (e, portanto, sem Estado). E já não convence o argumento de que isto não se deu, graças apenas a fatores externos, por mais que reconheçamos o peso efetivo destes. Em outras palavras: em vão nos entregamos à tarefa de derrubar a atual sociedade, sem que, ao mesmo tempo, nos

empenhemos, dia após dia, no esforço ininterrupto de nossa própria transformação em novos homens, em novas mulheres.

– **O exercício crítico é a condição suficiente de formação da boa militância** – Eis outra importante afirmação que segue sendo requisito essencial: é inconcebível pretender-se uma sociabilidade alternativa, preterindo-se a formação crítica dos protagonistas. Por outro lado, tomada isoladamente, tal afirmação implica reducionismo, sob vários aspectos. Os exemplos nos falam de modo mais convincente. Quem de nós não conhece militantes intelectualmente bem dotados, com admirável capacidade de desmontar as armadilhas do sistema capitalista. Mas, quando se trata de investir em atitudes propositivas ou mesmo em saídas, mostram suas fragilidades: são críticos mas não propositivos. Mais. Exercitar com competência a crítica, sem o simultâneo e contínuo exercício da autocritica resulta comprometer – ou até negar – a qualidade da crítica. Exercitar a crítica, com postura ética, implica, antes mesmo de lançar a crítica “ad extra”, colocar-nos, primeiro, como alvo da referida crítica.

– **Contra não importa o quê, temos que defender os nossos incondicionalmente** – Aqui reside uma fonte relevante de reiterados e graves equívocos. Sucumbir a uma postura de defesa incondicional, sob a alegação de que cumpre ser fiel aos “nossos”, seja qual for a situação, implica um grave equívoco ético, que tem provocado constantes estragos ético-políticos, em não poucos episódios protagonizados por figuras do campo de esquerda. Para se defender “os nossos”, em qualquer situação, vale tudo, tudo é permitido. Neste caso, a própria causa revolucionária resulta preterida por tal postura. Acaba-se assegurando fidelidade aos amigos, mesmo estes encontrando-se em situação eticamente indefensável, e, por via de consequência, abandonando-se a própria causa

revolucionária, que tem na verdade sua cláusula pétrea: “Só a verdade é revolucionária”.

– **“Uma vez dirigente, sempre dirigente”** – Por razões óbvias, isto é posto em prática, mas pouco ou simplesmente não verbalizado. Pelo contrário, até se ensaia “falar-se” em rodízio, mas de boca para fora. Na prática, coordenadores/dirigentes de há dez, vinte anos ou mais seguem compondo a direção, ainda que em cargos variados. Cria-se, com isto, objetivamente, uma casta privilegiada, em nome do bom andamento do movimento... Um dirigente, se já foi base algum dia, isto ficou para trás definitivamente, sob as mais distintas alegações.

– **A sobrevivência do nosso movimento passa pelo recebimento de recursos de outras fontes** – Na trajetória de um movimento, pode haver situações excepcionais que o levem a apelar, sem jamais comprometer sua autonomia, a fontes legitimamente aliadas, sempre com o compromisso de, tão logo vencido esse período de exceção, retomar seu caminho de autofinanciamento. É praticamente impossível a um movimento popular com projeto alternativo de sociedade que seja capaz de assegurar sua autonomia, se depende de outras fontes de financiamento. Pior ainda, quando essas fontes têm a ver com o Mercado ou com o Estado. Sábio é o adágio popular: “Quem come do meu pirão, prova do meu cinturão.” Na história de lutas dos movimentos sociais com esse perfil, são incontáveis as experiências de aposta e zelo pela sua autonomia, recorrendo a vários meios de caixa comum, com esse propósito.

– **Só se enfrenta a classe dominante com êxito pela via militar** – Ontem mais do que hoje, mesmo assim segue forte a aposta no argumento militarista, mesmo já não enfrentando as condições, por exemplo, da ditadura empresarial-militar. E por essa via, em vez de se priorizar todo um processo de formação humanizadora, não raro, sucumbe-se ao apelo privilegiado às

armas, à luta armada, com a agravante da tendência frequente de confundir-se revolução com luta armada, esvaziando-se o essencial do significado de Revolução. Resultado: de posse das armas, os dirigentes, uma vez instalados em postos de relevância, fazem prevalecer suas decisões, nem sempre pela força de seus argumentos...

– Só com formação política dos dirigentes, podemos assegurar um movimento capaz de enfrentar os desafios do Capitalismo – Com frequência, escutam algo parecido. É claro que a afirmação comporta boa dose de razão. É, com efeito, irrenunciável a formação política, não apenas de dirigentes, mas do conjunto dos protagonistas, a começar de sua base, de onde devem vir, em regime de alternância, seus coordenadores e dirigentes. O problema não reside aqui. Sucede que, diferentemente de outras conjunturas históricas, em que a formação estritamente política dos protagonistas deu conta, hoje enfrentamos uma realidade nova, bem mais complexa e desafiante, a não demandar mais a mera formação estritamente política, mas, antes, uma formação integral de sua base e de seus dirigentes. A isto voltarei no tópico, a seguir.

Que tipo de formação se faz necessário aos protagonistas de hoje, na perspectiva acima assumida?

Não se tem conhecimento de movimento social algum (com perfil de lidar com projeto de sociabilidade alternativa, que tenha prosperado, sem apostar a fundo no processo formativo de seus membros. Sem qualquer demérito para a educação formal, importa ter presente que dela aqui não se trata. Sendo o Estado o órgão responsável pela organização, pelo controle, pela avaliação do sistema de educação escolar (da educação infantil à pós-graduação), seria ingênuo, da parte dos movimentos

sociais com perfil acima mencionado esperar que o Estado dê conta da formação de seus membros. Sendo o Estado um componente essencial (ao lado do Mercado) para a realização dos interesses da classe dominante, não constitui tarefa sua favorecer a formação das forças que buscam sua superação. Daí não haver escapatória para os movimentos sociais populares, senão a de assumirem seu próprio processo formativo, desde a concepção, passando pelo planejamento, a implementação, a metodologia, a avaliação...

Importa ao processo formativo protagonizado pelos movimentos sociais, antes de tudo, formar Gente, diferentemente do sistema oficial, que se empenha em formar para o Mercado. Formar Gente é bem mais complexo! Que requerimentos, então, supõe um projeto de formação protagonizado pelos movimentos sociais populares? Vejamos alguns deles. Diferentemente da educação escolar, que se dá num período determinado (5, 10, 15 anos...), uma formação alternativa a esse sistema há que ser assumida permanentemente e de forma incessante. Educação continuada! Formar Gente supõe assegurar condições favoráveis aos formandos de aprimorarem sua capacidade perceptiva: ver mais e melhor o que antes enxergavam mal ou não enxergavam; ouvir coisas novas; sentir, intuir situações ainda não vivenciadas; exercitar um outro olhar sobre a realidade, sobre o mundo, sobre si mesmo, sobre si mesma.

Trata-se de uma experiência formativa que parte do reconhecimento ou da tomada de consciência dos próprios limites e potencialidades. Parte da consciência do próprio inacabamento, da própria finitude. Limite que vai sendo superado à medida que se vai apostando na relacionalidade, na força comunitária. Só através da vida grupal é que se vai tendo condição de reconhecer melhor os próprios limites, e, ao mesmo tempo, dar passos rumo à superação de tais insuficiências.

Aqui, também, importa ter presente o caráter processual da formação. Ela vai-se dando numa caminhada, num processo, dentro de conjunturas e, portanto, assumindo um caráter de relatividade. Disposição sempre deve haver de chegar cada dia mais perto do horizonte almejado, sabendo-se, porém, que não se alcança tal horizonte, de forma completa, mas aproximativa.

No curso desse mesmo processo formativo, aprende-se melhor a lidar com a memória histórica. Tomar consciência de que, sendo seres históricos, portamos raízes de nossos ancestrais, razão por que buscamos recuperar e celebrar a memória de nossa Gente, suas lutas, suas conquistas, suas derrotas, seus saberes secularmente acumulados, nos distintos continentes e no Brasil. Uma memória subversiva, que nos ajuda sobremaneira a manter acesa nossa chama revolucionária, nossos compromissos de classe, nosso empenho em ajudar a transformar o mundo, a sociedade, a partir de nossa própria transformação, dia após dia.

Trata-se de um processo formativo que nos dispõe a ir-nos processualmente tornado Gente, e, por isso, comprometidos com a busca de formação omnilateral, isto é, sempre em busca de trabalhar, em nós e nas demais pessoas e grupos, as distintas dimensões em que somos chamados a crescer, a processar nosso desenvolvimento. Dimensões que incluem as relações sociais de gênero, de etnia, de geração, de espacialidade. Um processo formativo que nos dê condições de ir além da mera cognição, do mero desenvolvimento de nossa capacidade intelectual, à medida que nos dispõe a articular adequadamente nosso sentir, nosso pensar, nosso querer, nosso agir, nossa postura comunicativa, nossas relações com a Mãe-Natureza, nossas relações com o Sagrado.

Como articular esses desafios e esse tipo de formação com o Trabalho de Base, no presente contexto da sociedade brasileira?

É supérfluo dizer que não se trata aqui de pretender-se oferecer qualquer receita. Isto é incompatível com o que entendemos por Educação Popular. Juntos, a partir das experiências concretas vividas junto a movimentos sociais populares e outras organizações de base de nossa sociedade, buscamos pistas que nos sejam úteis ao nosso propósito. Para tanto, cuido, primeiro, de reavivar o que estou aqui a entendendo por “trabalho de base”, e, em seguida, à luz do que antes vem sendo refletivo, ousar sugerir algumas pistas, nesse sentido.

Por Trabalho de Base podemos, também, entender uma dimensão inicial do processo formativo das classes populares, focada no despertar da consciência crítico-transformadora dos protagonistas recém-chegados e inseridos nos mais variados campos das lutas populares, no âmbito dos movimentos sociais e sindicais ou de outras organizações de base de nossa sociedade. Trata-se aí de assegurar condições e passos favoráveis ao desabrochar da consciência crítica e do compromisso com a causa de emancipação da Classe Trabalhadora, em vista do fortalecimento de sua condição de sujeito de transformação social, na perspectiva da construção de uma sociabilidade alternativa ao Capitalismo, em suas mais diversas esferas (social, econômica, política, cultural...).

Obra coletiva, mas também pessoal, o Trabalho de Base é expressão de muitos e múltiplos protagonistas, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, cidadãos e cidadãs procedentes de espaços diversos, com sua diversidade de gênero, de etnia, de situação geracional (jovens, adultos...), de variada situação de escolaridade, com suas diversas escolhas ético-

religiosas, etc., todas características relevantes a serem tomadas em conta no processo formativo. Processo no qual trabalham, ao mesmo tempo, formandos e formadores, trabalhando os mais diversos temas e questões da realidade concreta, cada qual com seu aporte específico, em que todos se fazem aprendizes uns dos outros, umas com as outras. Para tanto, o método, o jeito de trabalhar é decisivo. Não basta que tenham em comum o mesmo horizonte a ir-se alcançando. Importa, também, que os caminhos e a postura dos protagonistas se façam compatíveis com o respectivo horizonte. Horizonte de Liberdade só se alcança também por caminhos de Liberdade!

Com relação às pistas e passos a propor, trato de distribuí-los em três sub-tópicos: os que dizem respeito aos desafios organizativos; os que se acham mais ligados ao processo formativo mais diretamente; e os que dizem mais diretamente respeito à intervenção massiva (mobilização). Convém lembrar o que já foi antes assinalado, quanto às conexões orgânicas entre os três tópicos e os três sub-tópicos destas linhas.

Quanto às pistas e passos de caráter organizativo –

Desde os primeiros contatos, da parte de quem tome a iniciativa, é fundamental que cada passo, cada gesto (desde a preparação dos primeiros contatos, coletivos ou pessoais, ao primeiro encontro, etc.), se tenha o cuidado de impregná-los com as características gerais da proposta de trabalho. Isto é, os membros encarregados, formadores ou não, de realizar Trabalho de Base, devem expressar em cada gesto seu sinais da totalidade da Proposta formativa. Não basta contentar-se com sublinhar o horizonte, aonde se deseja chegar, mas também dar testemunho dos caminhos, por minúsculos ou moleculares que sejam, compatíveis com esse horizonte. Encarnar o Projeto Popular alternativo em cada gesto é que vai convencer, com eficácia, os que estão chegando...

Partir da história de vida e da experiência concreta dos recém-chegados – Passo que nos remete, por exemplo, à fecundidade dos freireanos Círculos de Cultura. Criar condições favoráveis para que esses novos protagonistas digam sua palavra, contem sua história, relatem e compartilhem suas experiências, seus saberes prévios. Aqui o papel do Formador/da Formadora é menos de falar (até pode falar o necessário), e bem mais o de observar, ouvir, escutar, anotar elementos-chave do percurso e do perfil dos participantes dessa plenária ou reunião ou encontro inicial. Passo importante para se colher as informações básicas sobre o perfil dos novos protagonistas. A partir dos elementos recolhidos/anotados em uma ou tantas outras reuniões, tem-se mais condição de se levantar o perfil individual e coletivo da turma contatada. Perfil que vai ajudar profundamente nos desdobramentos ulteriores do Trabalho de Base.

No caso de vir a ser adotada o formato de um Círculo de Cultura, nos encontros seguintes, convém, antes mesmo, de situar os desafios mais diretos do Movimento, trabalhar temas, questões, palavras geradoras colhidas anteriormente. Provocar debate, rodas de intervenção por parte dos participantes. Só que aqui não basta apelar para a fala oral. Há que se buscar outros recursos artísticos: desenhos, contação de estória, encenação, música, poesia, cordel, repente, cartazes, trabalhos manuais reveladores dos talentos dos participantes que, na maioria, nunca antes haviam tido sequer a consciência de seus respectivos talentos e saberes...

Criar condições de desenvolvimento progressivo da capacidade perceptiva dos participantes, no que diz respeito mais diretamente à realidade social – Só a título de ilustração (sem pretender reeditar a experiência), nos anos 80, no contexto da Teologia da Libertação, da chamada “Igreja na Base” (CIMI<

CPT< CPO, etc.), um material que marcou muito foi o recurso às charges, às histórias em desenho, como os utilizados numa cartilha intitulada “Zé Brasil descobre a sociedade”. Quem sabe, não seria o caso de recoorer, não à mesma cartilha, mas de elaborar uma outra, com charges, a partir das histórias de vida, das experiências concretas parilhadas, nos iniciais, nos círculos bíblicos... Em breve, propõe-se fazer aqui um esforço inicial de análise de conjuntura em mutirão, com a efetiva participação dos presentes.

Envolvimento progressivo dos participantes em atividades ao seu alcance - Já iniciado o processo organizativo, por meio inclusive da experiência de Círculos de Cultura ou outras iniciativas semelhantes, os protagonistas aqui envolvidos já começam a sentir-se chamados a fazer intervenções concretas, de acordo com suas atuais possibilidades. Já não basta o debate, sem ser seguido por ações concretas. É hora de ir progressivamente fazendo propostas para os participantes. Tarefas que possam ser realizadas em equipe (da qual participem pessoas mais experientes junto com pessoas iniciantes), bem como de acordo com as características pessoais dos participantes. Apenas o começo. Isto não significa que, em algumas ocasiões, para determinadas tarefas, não devam ser convidadas também pessoas com talento aparentemente pouco compatível.

É a prática que vai mostrar isto mais claramente. Desde que se faça o trabalho em equipe, o desempenho concreto de cada participante é que vai dizer se valeu ou não valeu a pena sua participação. Resulta sempre algum aprendizado. * De animador de experiências locais a animador/animadora de experiências organizativas em outros âmbitos - Em distintas situações de avaliação, não é raro perceber-se o enorme bem que resulta a um(a) militante inicial circular como animador(a) de distintas experiências locais e em outras regiões. Por razões

óbvias, isto lhes confere um aprendizado mais denso, porque a partir de uma diversidade de situações trabalhadas.

Uma tarefa pode, inclusive, a de animar a formação de conselhos populares, núcleos ativos do Movimento. Núcleos que funcionam com sua autonomia, mas, ao mesmo tempo, sentindo-se interconectados, não apenas com outros núcleos similares, mas também vivamente interagindo com outras instâncias organizativas do Movimento. Uma rede viva e vivificante de conselhos ou núcleos a interagirem e a tomarem parte efetiva nas decisões do Movimento. * Zelar, desde cada núcleo ou conselho, pela sua autonomia relativa e, ao mesmo tempo, pela sua interconexão ativa com outras instâncias do Movimento – O exercício da autonomia relativa de um movimento não começa nas instâncias de coordenação/direção. Surgem desde as bases do movimento, desde os núcleos.

Em verdade, são estas instâncias de base que vão assegurar a observância da autonomia nas instâncias de coordenação/direção. O mesmo vale para a necessária interconexão das diferentes instâncias. E esses procedimentos se materializam igualmente por iniciativas bem concretas. Por exemplo, no caso do exercício de autonomia – que garante a todo o Movimento não se transformar em correia de transmissão ante forças do Mercado ou do Estado -, isto se viabiliza graças a tantas iniciativas forjadas desde baixo, principalmente quando se trata do autofinanciamento. Cuida-se, aqui, de empreender com criatividade e lucidez iniciativas voltadas a arrecadar recursos próprios para a realização de suas atividades. Exemplo que acaba repercutindo positivamente sobre outras instâncias, e, sobretudo, influenciando práticas nessa direção. Isto se faz com critérios objetivos.

Não se trata de isolar-se de ninguém. Pode-se, sim, conversar com quaisquer interlocutores – governos, partidos,

sindicatos, igrejas... -, mas sem nunca perder sua autonomia, sua capacidade crítica de expressar as linhas-mestras do seu Projeto. À medida que se vai cedendo, mesmo no pouco, vão-se abrindo brechas para aumentar o grau de concessão até perder, de vez, a autonomia, sua identidade. * Assegurar condições para que aí prospere a alternância de cargos e funções - Em vão se espera pela boa vontade de dirigentes ou coordenação para se realizar o rodízio ou alternância de cargos e funções. Ainda que houvesse boa vontade da parte deles, este não seria o caminho desejável.

Há de se criar condições coletivas de observância do rodízio, independentemente da boa ou má vontade dos dirigentes. Isto se faz à medida que, desde os núcleos, exige-se que quem for eleito para um período de coordenação/direção, tão logo se vença seu período de gestão, volte para a base. Quão revolucionário é este princípio, quando concretamente posto em prática. + Quanto às pistas/passos de caráter formativo - Em vez de pontuar uma ampla série de passos específicos (cf., por ex., <https://www.consciencia.net/educacao-popular-como-processo-humanizador-quais-protagonistas/>), cuido de sintetizar em três pontos axiais: = Buscar manter aceso o horizonte de nossa caminhada - Não conseguimos ir longe - pois logo nos perdemos pelo caminho -, se hesitarmos quanto ao rumo que somos historicamente chamados a perseguir.

A cada dia, temos que reacender esse compromisso inarredável, de seguirmos na construção de uma nova sociedade, de mulheres novas e de homens novos. Sociedade justa, solidária, fraterna, livre, plural, buscando a unidade na diversidade, desde os minúsculos gestos do dia-a-dia, sem esperar (em vão) que, primeiro, “derrubemos o sistema”, para só cuidar disto a partir daí. = Priorizar o exercício da memória histórica dos “de baixo”- Ao longo da História, há um extenso acervo de

experiências a recolher dos diferentes povos, das incessantes lutas de resistência e propositivas dos “de baixo”, a merecerem, não apenas registro, como também tornarem-se alvo de análises e avaliação para os movimentos de hoje. E aqui não se trata de pretender-se reeditar esses feitos, mas de recolher deles inspiração, intuição para o enfrentamento exitoso dos desafios de hoje.

Especialmente, os bons clássicos – mulheres e homens – constituem uma fonte na qual/da qual somos instigados a beber. Não é por acaso que o exercício da mística tem sido um momento tão precioso para os protagonistas dos movimentos sociais e das organizações de base de nossa sociedade. Do exercício dessa memória subversiva recolhemos força e entusiasmo para seguir lutando em busca da construção de uma nova sociabilidade, bem como para renovar nossos compromissos de classe. = Alimentar continuamente nossa práxis, indo além de uma proposta formativa estritamente política, assumindo-se uma proposta formativa omnilateral – Mantendo firme o compromisso de formar politicamente nossa moçada, cumpre ir além de uma formação estritamente política.

Com uma agravante: o próprio campo político tem, não raro, sofrido reducionismo, à medida que se tem restringido apenas às relações Sociedade – Estado, sem a devida atenção a outras relevantes formas de manifestação da Política: as relações sociais do cotidiano! Aqui ajudaria enormemente a priorização da recuperação do significado do Público (de “populus”, povo, popular), pelo qual tanto se empenharam sujeitos históricos de reconhecida referência da Classe Trabalhadora, como a Comuna de Paris. Ou seja, temos necessidade de aprofundar nosso olhar da Política, indo além das relações Sociedade-Estado. Mas, isto não é tudo. Se tudo passa, de algum modo, pela dimensão política, bem sabemos que a Política concerne à dimensão cidadã do ser humana.

E, além dela, há tantas outras dimensões a serem igualmente trabalhadas: espacialidade, ecologia, gênero, etnia, geração, subjetividade... E aqui não se trata de se empreender uma reflexão estritamente conceitual, mas de exercitar nas relações concretas do dia-a-dia cada uma delas e a relação delas, em seu conjunto. * - Quanto às iniciativas de mobilização – Uma marca indelével de todo movimento social digno deste nome é, por certo, sua capacidade de visibilizar, perante o conjunto da sociedade, sua capacidade de organização e traços de seu processo formativo. As mobilizações constituem, pois, um traço determinante da configuração de um movimento social popular, especialmente empenhado na construção, com as demais forças parceiras e aliadas, de um projeto alternativo de sociabilidade.

Por outro lado, já não surte efeito aventurar-se em qualquer tipo de mobilização: mobilizar-se por mobilizar-se, sem ter algo de impactante a apresentar ao conjunto da sociedade. Em outros termos, a mobilização só dá seus frutos quando se consegue ressoar o acúmulo organizativo e formativo do movimento. Daí a necessidade de trabalhar-se essa tríplice dimensão: a organizativa, a formativa e a de mobilização. Todo tempo é, em tese, tempo de mobilização, entendendo que é parte constitutiva de qualquer movimento mostrar suas bandeiras de luta, as bandeiras de lutas da Classe Trabalhadora.

Mas, não se faz mobilização exitosa, de qualquer modo. Requer-se, como se sabe, um acúmulo de lutas prévias, passando por debates e reflexões críticas e autocríticas, Requer-se a formação de aliança com protagonistas dos “de baixo”, de modo a romper a correlação de forças frequentemente desfavorável. Nesse sentido, me vem ao espírito a fecundidade da realização, em Brasília, em agosto de 2012, do Encontro Nacional dos Trabalhadores do Campo e dos Povos das Florestas e das Águas (cf. <http://terradedireitos.org.br/en/2012/08/24/>

declaracao-do-encontro-nacional-unitario-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-e-povos-do-campo-das-aguas-e-das-florestas/) como ilustração de uma mobilização bem sucedida e com intensa sensibilidade aos reais desafios da conjuntura, mantendo-se aberto ao espírito classista, em sua saudável diversidade.

Concluindo essas linhas Segue insubstituível o Trabalho de Base para todo e qualquer movimento social popular que se disponha a caminhar fiel aos interesses da Classe Trabalhadora, entendida esta na necessária atualização de seu sentido, conforme os desafios presentes e a nova configuração do perfil dos “de baixo”. Sem trabalho de base, em vão se procura mudar a sociedade, na perspectiva da construção de uma sociabilidade alternativa. Trabalho de base a ser realizado à luz dos instrumentais teórico-metodológicos disponíveis na atualidade, sem abrimos mão da genial intuição de bons clássicos e contemporâneos cujo legado deve fazer parte do processo formativo permanente dos protagonistas – mulheres e homens – dos movimentos sociais do campo e da cidade, que se mantêm atentos e empenhados na construção de uma sociabilidade alternativa ao Capitalismo e seus aliados.

Três elementos foram sublinhados, em nossa provocação acerca do trabalho de base: o desafio organizativo, o processo formativo e os espaços de intervenção e mobilização. Elementos cuja eficácia reside, sobretudo, na sua interrelação. Num momento crucial, qual o em que vivemos, resulta fundamental aos movimentos sociais – do campo e da cidade – voltarem a priorizar radicalmente no investimento na formação de seus militantes – de direção e de base. Sem tal priorização, resultará frustrada toda tentativa exitosa de luta pela mudança do atual modo de produção, de circulação, de consumo e de gestão, em sua relação amorosa com a Mãe-Natureza.

Capítulo 3

A pedagogia de Paulo Freire: contribuições e reinvenção.⁷

Escutamos, com atenção e deleite, duas palestras sobre o tema ora em discussão pelos nossos queridos Prof. Agostinho Rosas e Profa. Laura Brito, membros desta Roda de Diálogo. Como terceiro membro da mesma Roda de Diálogo, cuidarei de, à luz do tema que nos ocupa, e a partir das falas atentamente escutadas, desincumbir-me de minha tarefa, sublinhando três palavras-geradoras bastante presentes nas falas antecedentes, como idéias-força desta reflexão ora proposta: **memória histórica** como força motriz de nossas energias transformadoras; **diálogo** como práxis relacional e **utopia** como apelo histórico à reescrita do mundo.

Seja na edificante e criativa palestra do Prof. Agostinho Rosas, seja no tocante depoimento da Profa. Laura Brito sobre seu encontro com Paulo Freire, tantas foram as palavras geradoras por ambos utilizadas, direta ou indiretamente, que decidi escolher apenas três sobre as quais eu gostaria de assentar minha reflexão, por ocasião da abertura deste II Ciclo Dialógico Paulo Freire, que reúne grupos de pesquisa e estudo que lidam com sua proposta pedagógica.

7 Esse texto foi originalmente publicado em:01/12/2013 e pode ser acessado em: <https://consciencia.net/a-pedagogiade-paulo-freire-contribuicoes-ereinvencao/>

A memória (histórica) como força-motriz de nossas energias transformadoras

Numa (re)visitação das obras de Paulo Freire, desponta como uma constante (pelo menos nas obras de principal referência) sua inquietação com uma certa reconstituição histórica do processo analisado (cultura brasileira, educação, opressão, conscientização...), em que é sempre levado a sério um exercício de rememoração das raízes, das origens históricas do processo em exame. Procedimento que, em Freire (não apenas em Freire), sinaliza para sua postura de analista atento e perspicaz a costurar, com sua genial agulha de Pedagogo, retalhos de cada momento histórico numa perspectiva de unidade do tempo – passado-presente-futuro. Em vão se busca conhecer o momento presente (dimensão conjuntural) sem atentar para os fios do passado que o foram constituindo e dando-lhe sentido. Como costuma assinalar Eduardo Galeano, o passado tem coisas que interessam ao futuro.

Há, com efeito, um inegável impacto junto aos protagonistas aprendentes e ensinantes, seja nos espaços formativos formais (da Educação Infantil à Pós-Graduação), seja nos espaços formativos não-formais (movimentos sociais, organizações de base de nossa sociedade...). Aqui, o impacto soa bem mais efetivo, graças ao investimento numa formação contínua e à intencionalidade transformadora das relações sociais fundamentais. Em incontáveis situações de experiências formativas nos movimentos sociais populares, resultam quase sempre marcantes, pelo seu efeito vivificador, aqueles momentos de cultivo da memória, de recuperação das lutas históricas (coletivas e individuais) do passado, seja pelos feitos de nossos ascendentes indígenas, seja por conta da saga de resistência

afrodescendente, seja pelas lutas camponesas, e seus respectivos ícones.

Como nos falamos ao coração as diversas manifestações de resistência indígena contra o processo de colonização! Recomendo, de passagem, por ex., a experiência dos Guarani (ver, por ex. de Clovis LUGON. A República Comunista-Cristã dos Guarani (cf. comentário em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3281&secao=332). Assim sucede, por igual, em relação à saga do Quilombo dos Palmares e outros tantos quilombos (de ontem e de hoje), com figuras como Zumbi, Dandara e tantas outras). Assim encontramos na heróica trajetória de Canudos, de Caldeirão, das Ligas Camponesas (ver o “site” do Memorial das Ligas Camponesas), e seus protagonistas coletivos e individuais (Antônio Conselheiro, Beato José Lourenço, João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira...)

Ao cultivarmos essa memória perigosa, não nos anima qualquer idéia de reproduzi-las hoje, em condições tão diferentes, mas nos movem a inspiração, as intuições, a garra, a determinação daquelas gentes e daquelas figuras individuais, de quem recolhemos força e inspiração para o enfrentamento dos desafios presentes. Cultivamos sua memória subversiva com o propósito de reinventá-la, a partir da realidade de hoje, dos novos desafios.

O diálogo como práxis relacional

Diferentemente dos demais animais, o ser humano nasce – bem o sabemos -visivelmente mais frágil, mais incompleto, mais imaturo, mais dependente. Por outro lado, diferente dos demais animais. Nisto repousa, porém, grande vantagem: ele vai tomando consciência de seus limites, de sua inconclusão.

Mas, é somente graças ao efetivo exercício da consciência de seu inacabamento, que ele vai também descobrindo meios de superação (pelo menos parcial) de sua condição. E isto se dá pelo exercício da con-vivência, da relacionalidade. À medida que vai entrando em relação com os demais seres humanos e suas circunstâncias (naturais e culturais), é que ele vai aprendendo a lidar positivamente com seus limites, transformando-os, inclusive, em potencialidades. Aqui estamos no terreno da formação, da educação, a aprender e a compartilhar experiências de saberes, de práticas culturais características do processo de humanização.

Nesse sentido, o modo pelo qual se processa tal relacionalidade é por meio do exercício do diálogo. Diálogo com os parceiros de caminhada, diálogo com os aliados, diálogo até com os diferentes (desde que não antagônicos). Diálogo com os antepassados, seus desafios, suas lutas, suas conquistas, seus reveses. Esses antepassados tanto podem ser sujeitos coletivos quanto sujeitos individuais; podem ser figuras de clássicos; podem ser protagonistas de lutas de movimentos sociais, ajudando-nos, hoje, a neles inspirar-nos, não com pretensão de reeditá-los/las, mas de reinventá-los, deles/delas colhendo intuições e neles/nelas inspirar-nos em busca de acolher elementos que nos possam ser úteis nas lutas e enfrentamentos dos desafios de hoje.

Como se deu a experiência dos povos indígenas em conflito com o processo colonizador? De que modo resistiram? Quais suas formas de luta? Assim também procedendo em relação a movimentos indígenas, a movimentos negros, de Mulheres, de orientação sexual; de espacialidade (o que significa a ação político-pedagógica de quem respira os ares das lutas de distintos espaços: de quem vive na cidade ou de quem vive no campo; de quem vive no Nordeste e de quem vive no Sul, etc.?)

Dialogar com as experiências de buscas e lutas dos trabalhadores em face da ditadura empresarial-militar.

As diferentes formas de resistência de nossas gentes contra a tenebrosa herança do processo colonizador constituem um precioso legado a não perdermos de vista. Donde a necessidade de incessante reavivamento de nossa memória histórica, que aprendemos a reavivar em nós graças ao exercício de diálogo com nossos antepassados e com os nossos contemporâneos. Resistência de ontem e de hoje, face às novas expressões de exploração, de dominação e de marginalização. Mas, não bastam. Têm que vir acompanhadas de iniciativas de alternatividade.

Enquanto nos limitarmos apenas aos processos de resistência, estes indicam nossa oposição ao antigo regime (reciclado de “novo”, na atualidade), apontam nosso sonoro “NÃO” às velhas e novas formas de exploração, dominação e marginalização, sem ainda nos permitirem tomar iniciativa propriamente dita, ou seja: ousar o novo, o alternativo, já a partir de agora. Urge que sejamos capazes de ir além da mera resistência. Urge que ousemos ensaiar, já de agora, passos de alternatividade. Somos historicamente desafiados a exercitar bem essa saudável tensão entre o “já” e o “ainda não” (Ernst Bloch).

Nesse sentido, (também) em Paulo Freire, vamos encontrar um arsenal teórico-prático de instrumentos que bem nos ajudarão a ousarmos ir além de ações de estrita resistência. Um desses instrumentos teórico-conceituais podemos encontrar em sua constante referência à necessidade, por parte dos oprimidos, de exercitar a consciência de seu inacabamento, inclusive como condição de ousarem superar seus limites, na direção de um horizonte libertador.

Graças ao nosso esforço de exercitar ininterruptamente a consciência do nosso inacabamento, vamos descobrindo progressivamente as imensas possibilidades de superação de nossos limites por meio do exercício da relacionabilidade. Descobrimos que, sabedores de nossa inconclusão, somente pela convivência logramos enfrentar exitosamente nossos limites. Descobrimos que somos um nó de relações, vamos sentindo-nos atraídos a aprender dos e com os outros, e a partilhar nossos limites e potencialidades, nos diversos espaços sociais de que participamos. Também no processo de construção de saberes.

Tendo em vista que tal desiderato não se dá espontaneamente e sem qualquer mediação, eis que também descobrimos com e em Freire que a grande mediação que nos assegura uma relacionalidade fecunda é o diálogo. Não, porém, qualquer diálogo.

A esperança (como utopia ou “inédito viável”) em resposta ao apelo histórico ao ser mais” e à reescrita do mundo

A despeito de haver aqui figurado como o terceiro passo ou momento de nossa reflexão, em verdade eu deveria ter iniciado a refletir justamente a partir da esperança, aqui tratada como utopia ou como o “inédito viável”. Justifica-se tal posicionamento pelo fato de que são os nossos sonhos que nos movem à ação transformadora. Descontentes com um mundo de desigualdades e injustiças, encontramos na esperança força de mobilização que nos impulsiona à mudança. Mudança do mundo, a partir de nos, das relações moleculares do cotidiano. É no chão do dia-a-dia que cada pessoa, cada grupo social, movido pela utopia, pelo sonho, cuida de manifestar seu empenho em transformar tais relações, tanto no espaço macro quanto nas micro-relações.

Considerando que nós só lutamos por aquilo em que apostamos, do tamanho dessa gana vai depender a intensidade do nosso empenho de mudança. Se nosso desejo se limita, por exemplo, a assegurar a todos três refeições diárias, não há por que não nos contentarmos com eleger pessoas e partidos que, assumindo a gestão do Estado, tornem concreta tal meta. Não precisamos de mudanças estruturais. Os espaços hoje disponíveis na democracia representativa e nos aparelhos de Estado nos permitem alcançar essa meta. O mesmo se diga em relação a desideratos semelhantes (atendimento de políticas públicas pontuais, ainda que de maneira parcial).

Certamente BEM OUTRA será nossa posição, se nossa gana não se restringir ao cumprimento de políticas pontuais e parciais, mas alimentarmos o firme desejo de assegurar A TODOS (já não apenas a uma parcela da população), não apenas a satisfação de necessidades materiais fundamentais (terra, trabalho, moradia, saúde, transporte, segurança, etc.), mas igualmente a satisfação de suas necessidades imateriais, espirituais (protagonismo nas decisões de cogestão da organização da sociedade, exercício como sujeitos na produção de bens culturais, na definição, no planejamento, na implementação, na avaliação da política econômica e demais políticas sociais, etc.).

Neste caso, não há como seguirmos iludidos com o alcance da democracia representativa, expressão viva da lógica capitalista. Passamos, então, a mudar radicalmente nossas apostas, ainda que tendo claro que tais mudanças não virão da noite para o dia. Serão obra de décadas, graças ao paciente e persistente plantio de sementes de alternatividade à lógica do Capital seus componentes essenciais (o Mercado e o Estado). Uma busca INCESSANTE de exercitarmos,

nas micro e macro-relações, desde o chão do dia-a-dia, o **inédito viável**, a partir de nosso esforço pessoal e coletivo de buscarmos fazer valer nas ações minúsculas ou mais visíveis os princípios em que dizemos crer.

Capítulo 4

*A Covid19 expõe as vísceras da necropolítica capitalista*⁸

Dúvidas e incertezas fazem e sempre fizeram parte da condição humana, em todos os tempos e lugares, em uns mais do que em outros. Também hoje, sufocadas por uma complexa conjuntura e estrutura sócio econômica, política e cultural, também enfrentamos dúvidas e incertezas, até bem mais do que no passado recente. Sucede, contudo, que a COVID-19 nos surpreende, expondo-nos evidências antes negadas ou pouco visíveis pelos paladinos do capitalismo, que hoje atravessa sua fase/face mais perversa, controlada que vem sendo por seu segmento financista e seus paraísos fiscais.

Com efeito, ao acompanharmos atentamente a irrupção do novo Coronavírus, mundo afora, também no Brasil, podemos perceber terríveis traços da barbárie capitalista, especialmente em sua feição Ultraliberal. Seus defensores mais conhecidos como os “Chicago’s boys” devem estar atravessando momentos de extrema frustração, ao sentirem que estão vindo por terra seus mais eloquentes compromissos com a financeirização da economia, em escala mundial também no Brasil. A economia conduzida pelos economistas ultraliberais, a exemplo de Paulo Guedes, devem estar experimentando uma frustração sem tamanho e sem precedentes. Nas linhas que seguem, cuidamos

8 Esse texto foi originalmente publicado em:02/04/2020 e pode ser acessado em: <https://consciencia.net/a-covid19-expoe-as-visceras-da-necropoliticacapitalista/>

de trazer a lume alguns exemplos ilustrativos do completo desmonte dos argumentos e das teses que sustentam a economia ultraliberal no Brasil e no mundo.

Um primeiro aspecto a considerar prende-se às teses neoliberais e, sobretudo, aos argumentos ultraliberais. Corresponde à obsessiva defesa do famigerado “estado mínimo”. Não bastassem recentes irrupções de populações inteiras, no Chile, no Equador e em outros países latino-americanos, a se manifestarem vigorosamente nas praças e nas ruas contra os crimes cometidos pelos defensores da economia ultraliberal, eis que a irrupção do novo coronavírus acaba de colocar sobre aquelas teses uma pá de cal. Por conseguinte, como explicar a fúria com que Paulo Guedes e a elite do atraso do Brasil, com apoio do Executivo, do Legislativo e até do Judiciário, defendem a desnecessidade do Estado em face da gravíssima crise sanitária pela qual estamos passando?

O escopo principal deste texto é, portanto, buscar desmascarar várias teses equivocadas, profundamente nocivas à nossa sociedade e ao planeta, sustentadas pelos paladinos do ultraliberalismo, por meio de seus economistas ligados, em grande parte, à famigerada escola de Chicago, sem descartarmos exemplos alusivos a outros países – já que estamos tratando de um fenômeno globalizante -. Cuidamos de ilustrar, por meio de vários exemplos, os equívocos contidos nessas teses sustentadas pelo neoliberalismo no Brasil.

Uma delas baseia-se em uma axiologia profundamente centrada no indivíduo, em detrimento da coletividade. Parte-se da ideia de que só os indivíduos é que produzem riquezas, desfazendo-se da importância do “Ethos” comunitário ou coletivo, como sujeito de produção e de decisão da distribuição de suas riquezas. Na concepção neoliberal e ultraliberal, cabe a cada indivíduo a tarefa de produzir o necessário à sua

própria existência (lembrem-se da defesa por Paulo Guedes da capitalização, no plano da “reforma previdenciária”). Trata-se de uma tese profundamente falsa, pelo fato de que qualquer indivíduo que esteja a usufruir do mercado capitalista só pode fazê-lo, por meio do trabalho coletivo (da cooperação forçada ou voluntária) dos demais cidadãos. É a partir de teses como esta, que se entende o que se tem passado no Brasil e no mundo, especialmente nos últimos anos.

No caso do Brasil, esta tese vem apoiada no grupo capitaneado pelo PMDB, sob a presidência de Michel Temer, ainda vice-presidente do Brasil, quando propunha um plano econômico chamado “um salto para o futuro”, com propostas que rompiam com as características das políticas econômicas até então adotadas. Toda atenção, daí por diante, passou a ser centrada na necessidade de materializar aquele insano plano. Sua execução tinha que passar pela destituição do governo Dilma, ainda que isto tenha significado a traição do vice-presidente à então Presidente da República, em conluio com a elite do atraso e com a avidez do setor financeiro – a face mais perversa do capitalismo -.

Estes grupos passaram a viabilizar suas nefastas políticas, por meio de projetos de lei que foram capazes, uma vez aprovados pela Câmara e pelo Senado, de proceder a um verdadeiro desmonte das políticas sociais que contemplavam as camadas mais necessitadas da população, tendo alcançado êxito. Com o impacto do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o presidente Michel Temer passa a capitanear esta sucessão de políticas de desmonte das leis de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras. Primeiro, graças a votação e aprovação da famigerada PEC do teto dos gastos. Por longos 20 anos, qualquer soma destinada a políticas sociais de reconhecida urgência e prioridade fica sustada.

Não bastasse tamanha truculência e desrespeito com relação aos direitos dos mais pobres, eis que a mesma PEC em nada restringe a continuidade do pagamento religioso do serviço da dívida pública, em contraste espantoso com o que determina em relação às mais relevantes e urgentes políticas públicas. Mais do que antes, a irrupção da COVID19 põe às escâncaras as terríveis consequências desta medida. Basta um olhar sobre o desmonte da Saúde Pública, apanhada a rastejar, em razão do desinvestimento e do sucateamento de todo o sistema, agravando seriamente o risco da população brasileira de um índice altíssimo de casos fatais, insuficiente estrutura da saúde pública.

O desgoverno Michel Temer, porém, não se restringiu a esta medida nociva, aprovada por um Congresso subserviente ao Executivo ou, mais precisamente, aos grandes grupos econômicos, especialmente ao setor rentista, ao qual o Executivo e o Congresso, sem esquecer o Judiciário, se subordinam vergonhosamente. O próximo passo do desmonte geral da economia brasileira se deu com a infame campanha e aprovação de uma legislação trabalhista que segue tendo drásticas consequências sobre o conjunto da população trabalhadora do Brasil.

O pior estaria por acontecer. As eleições de 2018 acontecem em um clima dominado amplamente pelo disparo de “fake news”, sobre o controle especialmente dos apoiadores do candidato Jair Bolsonaro. No início da campanha presidencial, os números que correspondiam às intenções de voto, não assinavam para um crescimento gigantesco de sua campanha, ao mesmo tempo em que se observava o progressivo declínio dos candidatos de direita e mesmo de centro-esquerda. O estrago se confirma com o resultado final das eleições, nas quais relevante sinais de fraude foram constatadas, mas não reconhecidos pela

justiça eleitoral, de modo a garantir os resultados favoráveis a Jair Bolsonaro.

Os partidos de direita que apostavam, de início, em seus candidatos preferidos, foram, movidos pelo ódio ao petismo e ao lulismo, levados então a flertar com a candidatura Bolsonaro, em claro detrimento da campanha do candidato petista, Fernando Haddad. Curioso e mesmo revoltante é constatar-se que os votos que a direita transfere para o candidato Jair Bolsonaro foram fundamentais para assegurar a Vitória do candidato da ultradireita, com a qual a própria direita tem se entendido muito bem, já que o núcleo duro do programa de ambas é o mesmo: conceber e implementar “reformas” que aprofundem as desigualdades sociais, em favor dos setores dominantes, em especial do rentismo “do qual o Ministro da Economia Paulo Guedes é forte porta-voz”, sempre à custa da retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Dando prosseguimento à mesma lógica posta em prática, durante o governo Temer, desde o seu início, também o desgoverno Bolsonaro empenha-se, especialmente por intermédio do seu Ministro da Economia (Paulo Guedes) em implementar rotações sucessivas de desmonte de direitos, seja pela votação da “reforma” da Previdência Social, seja por várias iniciativas, por via de medidas provisórias, a aprofundar diversos aspectos do desmonte das leis de proteção dos trabalhadores e trabalhadoras, em claro atestado de atendimento à gula dos setores dominantes, capitaneados pelas transnacionais, atuando na área rentista, mas organicamente articuladas a outros setores de transnacionais atuando nos mais diversos campos e ramos da economia.

A incidência repentina da COVID19 veio dismantelar, de certo modo, todo esse plano sucessivos DE desmontes, a serviço do grande capital, nacional e transnacional. À medida

em que se espalha a COVID19 em outros países, para além da China, o desgoverno Bolsonaro cuida de minimizar ou mesmo desdenhar dos efeitos do novo coronavírus, de início, replicando palavras do presidente dos Estados Unidos, a quem Bolsonaro se alinha incondicionalmente.

À medida, porém, que Trump, pressionado pelas organizações mais influentes da sociedade civil estadunidense, recua do seu plano infame, não acontece coisa igual da parte do seu vassalo brasileiro que, qual asno chucro, desrespeita todas as normas de bom senso, inclusive as orientações do seu próprio Ministro da Saúde, além das orientações da Organização Mundial de Saúde, afrontando, de modo crescente, tais orientações, cometendo seguidos desvarios, em declarações e em atitudes de rompimento de quarentena, justamente quem deveria dar o bom exemplo, especialmente tomando-se em conta o fato de que, em sua recente viagem aos Estados Unidos, em companhia de ministros e outras figuras representativas do empresariado brasileiro, 20 pessoas desta comitiva retornaram acometidas da COVID19.

A Reforma da Previdência Social constituiu o primeiro grande ato do desgoverno Bolsonaro. Em sincrônica sequência com a mesma lógica adotada pelo desgoverno Michel Temer, inspirado no famigerado projeto “uma ponte para o futuro”, recebeu do ministro Paulo Guedes e de todo o governo desgoverno Bolsonaro o melhor de seus esforços, tudo fazendo para passar de goela abaixo da enorme maioria do povo trabalhador, mais este desmonte. Todo o processo desta “Reforma” da Previdência Social comportava uma sequência de passos profundamente caracterizados por ou pela ideologia financista com base, por conseguinte, em uma série de estratégias de alto poder de convencimento, junto a enormes parcelas da população brasileiro.

O desgoverno Bolsonaro seguiu à risca o plano de enriquecimento vergonhoso do setor rentista usando dinheiro público para uma larga campanha, pela mídia corporativa, pelas redes sociais, recorria a um bombardeio de informações contendo argumentos falaciosos, cálculos fantasiosos, promessas infundadas (das quais a mais perversa era vender aquele desmonte como um passo indispensável para o retorno do emprego e do crescimento do país), a pressão governamental sobre as lideranças partidárias que, também pressionados pela mídia corporativa, acabavam rendendo-se, votação após votação, na Câmara e no Senado, por aprovar esta “reforma”, que se constituiu dos mais perversos mecanismos concentração de renda, transferindo vergonhosamente os tostões de milhões de trabalhadores e trabalhadoras para o enriquecimento ainda maior dos setores dominantes, em especial do setor financeiro.

Ainda não satisfeitos com tamanho estrago, o desgoverno Bolsonaro, capitaneado pelo banqueiro Paulo Guedes, cuida de outras “reformas”, com a mesma finalidade de aumentar a concentração de renda, principalmente, nas mãos do setor financeiro, a exemplo de sua proposta de capitalização (recusada viva durante a “reforma da Previdência”, pelas casas legislativas). Além desta, outras “reformas” estão sendo cogitados para serem impostas ao povo brasileiro, tais como a reforma administrativa e a reforma tributária. É ainda durante as discussões sobre tais reformas em meio à sucessão de graves episódios protagonizados pelo presidente da república, que irrompe o novo coronavírus, a “atrapalhar” os planos em marcha do desgoverno Bolsonaro.

As notas precedentes, ainda que de modo sucinto, podem emprestar cheio a uma reflexão crítica a ser exercitado pelas forças sociais comprometidas com verdadeiras mudanças. Uma lição de todos esses episódios, inclusive da fúria assassina do desgoverno Bolsonaro contra a dignidade das populações

originárias, das Comunidades Quilombolas, da comunidade LGBTQI, das mulheres, dos pobres em geral (sobre os quais reina, no desgoverno Bolsonaro, uma estrondosa “e topofobia”), contra a dignidade da mãe natureza, crime cometido de uma série de episódios: incentivo a incêndios da floresta amazônica ponto e, incitação a invasão de terras indígenas e de Comunidades Quilombolas; a expansão e legal diárias de reservas Florestais, com a finalidade de estender a área de pecuária extensiva, do interesse do agronegócio; a incitação a prática ilegal de garimpos – eis algumas das formas de que se tem valido o desgoverno Bolsonaro.

Outra lição a ser extraída dos atos cometidos por este desgoverno tem a ver com os interesses da classe dominante, inclusive daquele setores que, fingindo estarem contra os desmandos do presidente Bolsonaro, sentem-se altamente beneficiados com a política econômica exercida por seu governo. Aí se juntam figuras exponenciais do congresso nacional, do próprio judiciário, além do setor financista e outros representativos dos interesses da classe dominante, para apresentar em palavras hipócritas, críticas aparentes aos desmandos de seu presidente, com os olhos voltados para os lucros exponenciais resultantes da política criminosa, conduzida pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes.

Isto significa, para quem quer ver, a necessidade e urgência de se entender o risco enorme de se fazer aliança com setores da direita, que fingem estar contra a ultra direita, mas se beneficiam de sua política, contra os interesses mais elementares da enorme maioria da população brasileira. A título de arremate das linhas acima, havemos por bem de destacar os seguintes pontos: a exemplo de crises passadas, umas mais profundas do que outras, também esta nos oportuniza auferir ensinamentos, dos quais ousamos sublinhar, com mais ênfase, a

natureza capitalista por excelência desta crise, que se manifesta, de modo organicamente articulado em várias frentes.

Estamos diante de uma profunda crise financeira, em primeiro lugar, crise que corresponde ao setor parasitário do capitalismo, sustentado fundamentalmente com base em fetiches, em falácias convertidas, por algum tempo, e aos olhos das parcelas mais vulneráveis da população, em verdade, com base, portanto, na larga utilização da crença no poder ilimitado do capital financeiro, diariamente propagado pela mídia corporativa, sustentada pelo próprio setor financeiro. Os controladores do capital financeiro, em escala internacional e nacional, cuidam de difundir uma acumulação fantasiosa de recursos financeiros, controlados por um número ínfimo de pessoas comprometidas com este setor, como em passado recente, por ocasião da crise de 2008.

Também neste momento, a bolha financeira acaba rompendo-se, e o véu de mentira que encobria este sistema, acaba caindo, de modo a tornar nu o rei... Além de seu caráter financeiro, a crise aguda que estamos a enfrentar também comporta outras características. Manifesta-se, ainda, por meio de uma acelerada agressão dos bens e recursos naturais, como meio extremo de acumulação para as transnacionais que operam em setores tais como as empresas de mineração, o agronegócio, a indústria armamentista, entre outros ramos. A combinação da avidez destes setores produz uma corrida doente em direção aos bens da humanidade, ocasionando uma ofensiva sem precedentes aos bens da natureza, bens da humanidade.

Os graves crimes de que o Brasil do desgoverno Bolsonaro passou a ser manchete, especialmente em 2019, mas também precedido pelo desgoverno Michel Temer, ainda que em menor proporção, eis outra marca da crise atual. Trata-se, ainda, de uma profunda crise capitalista, que se manifesta na esfera política,

com o conchavo estabelecido entre os setores da direita e da extrema-direita que produzem grandes estragos no campo da política. Nem sempre os efeitos perversos são reconhecidos como tendo origem também nos setores da direita, representativas da mesma elite do atraso. É mais frequente o reconhecimento dos malfeitos da ultra direita, por se apresentarem mais evidentes.

Por outro lado, os setores da direita tradicional passam a comportar-se como críticos aos malfeitos mais extremados da ultra direita, encobrando, porém, sua satisfação de que, no fundamental, a direita tradicional é igualmente beneficiada, no que diz respeito aos frutos das “reformas” postas em prática, graças à sua sólida aliança com a extrema direita. Outra face com a qual também se apresenta a crise atual tem a ver com a irrupção da COVID19, cuja natureza e efeitos devastadores muito tem ajudado a desvelar as estratégias do capitalismo, sistema que é alcançado em suas entranhas, o que permite esboçar-se, a médio prazo, uma saída para além do capitalismo.

No entanto, não cairá pronta, é obra principalmente dos setores majoritários da sociedade, as organizações de base, especialmente os movimentos sociais populares, que, juntamente com outros parceiros e aliados, hão de buscar retomar, em novo estilo, suas atividades organizativas, formativas e de luta, como forma de enfrentar exitosamente o capitalismo, cujo deus (Mamon) exige de seus adoradores um culto incondicional e ininterrupto, como advertia Walter Benjamin ainda nas primeiras décadas do século XX.

Capítulo 5

*“Fake News”, a face informativa da barbárie: a educação popular como antídoto.*⁹

A reflexão ora proposta dá-se em cima de questões tais como: o que representam mesmo as “Fake News”, para além de sua literalidade? O que está por trás desta estratégia deletéria intimamente associada ao paradigma da “Pós-verdade”? Por que preferem as redes sociais como seu alvo-mor? Ao lado de seus efeitos mais nocivos de fácil percepção, o que elas podem estar também escondendo aos olhos menos avisados? De que modo entidades e forças vivas da sociedade civil vêm lidando com este fenômeno? Qual a eficácia desta estratégia de resistência de caráter fundamentalmente discursivo se e quando usada de maneira desconectada de outras dimensões do processo formativo? De que modo a Educação Popular de feição freireana, pode contribuir para uma melhor potencialização do combate às “Fake News” e ao paradigma da Pós-verdade?

No já alongado período de mudança de época, em que vivemos sobram dilemas de monta. Um deles se apresenta sob a regência do paradigma da “Pós-verdade”. Neste horizonte os fatos já não servem como referência probatória do real. Cedem lugar ao poder ditatorial aos critérios da ética de conveniência. Verdade é apenas o que corresponde aos interesses e conveniências circunstanciais dos grupos dominantes e seus

9 Esse texto foi originalmente publicado em:02/10/2019 e pode ser acessado em: <https://consciencia.net/fake-news-aface-informativa-da-barbarie-aeducacao-popular-como-antidoto/>

representantes. Como nunca antes, os setores hegemônicos do mundo atual se acham no direito de submeter, a seu serviço, os interesses da enorme maioria da população mundial em todas as esferas da realidade.

Nas linhas que seguem, tratamos de ressaltar o modo tirânico com que se empenham de ditar verdades, aos quatro cantos do mundo. Mais precisamente cingimo-nos às “Fake News”, de que se tem valido, cada vez mais os setores dominantes de nossa sociedade como expressão maior de sua estratégia de dominação, valendo-se especialmente das redes sociais como arma preferencial de sua guerra híbrida. Em seguida, vamos examinar de passagem, de que modo setores expressivos da sociedade civil vêm lidando com o combate às “Fake News”. Por último, trazemos algumas considerações acerca da contribuição que a Educação Popular pode oferecer a um combate mais eficaz à “Fake News”, bem como ao uso adequado das redes sociais sem abandonar nem secundarizar a prioridade do processo formativo nos espaços vitais abandonados ou subestimados pelas nossas organizações de base. **“Fake News” como a expressão mais deletéria do paradigma da pós-verdade em tempos de guerra híbrida.**

É sabido que toda época, inclusive a nossa, é sempre, de algum modo, época de mudança. Mudança de época, todavia, quer dizer outra coisa. Acontece raramente, na história. Comporta Profundas alterações, especialmente de paradigmas consolidados. Em períodos que tais, paradigmas consolidados não apenas entram em colapso, como também resultam superados ou substituídos por outros. Estes novos paradigmas nem sempre resultam melhores do que os precedentes, mas são assumidos como hegemônicos. Vivemos uma época assim. Em nosso caso, um paradigma que vem mostrando-se hegemônico, é conhecido como o paradigma da pós-verdade neste caso,

fatos cientificamente comprovado, deixam de ser entendidos como referência científica. verdade acaba tendo pouco a ver com fatos históricos, a medida que critérios subjetivos passam a ter prevalência.

Verdade, neste caso, passa a ser definida como aquilo que tenha a ver com critérios subjetivos ou até obscurantistas, subordinados a interesses grupais ou de classe. verdade passa a ser aquilo que determinado grupo econômica e politicamente dominante definir, de acordo com seus interesses exclusivos. No atual cenário Mundial, prevalece amplamente o poder desses grupos, servindo a interesses econômicos e políticos nocivos à enorme maioria da sociedade. Com efeito, fatos, acontecimentos, situações tidos como amplamente reconhecidos, passam a ser sistematicamente negados, à revelia de critérios científicos.

A ciência mesma entra em colapso, conforme os critérios de verdade definidos por esses grupos hegemônicos. para tanto, estas forças hegemônicas não hesitam em recorrer a estratégias alimentadas por sua ética de conveniência, segundo a qual vale tudo, inclusive o recurso a sistemáticas mentiras. É, por exemplo, o que tem acontecido, principalmente em alguns países, tais como Estados Unidos, Inglaterra, Brasil e outros, em que figuras especiais ligadas ao atual governo dos Estados Unidos, vem sendo uma referência de peso na formulação e na implementação de políticas de desmonte aplicadas nesses países, inclusive acabando por determinar resultados eleitorais como sucedeu, por exemplo, nos Estados Unidos e no Brasil, por ocasião das respectivas eleições presidenciais.

Notícias falsas formuladas por tais figuras e lançadas, por meio de algoritmos e outros mecanismos do gênero, massivamente enviadas a cidadãos e cidadãs, cujo perfil foi tomado como referência para o envio de tais mensagens disparadas por meio eletrônico. No caso do Brasil, essas fake

News tiveram um papel, senão determinante, no mínimo, altamente condicionante, no resultado das eleições. também, mesmo após o período eleitoral, a mesma estratégia vem sendo frequentemente utilizada, tendo como destinatário preferencial o público eleitor do atual presidente.

Por outro lado, o alvo destas fake News não se restringe ao eleitorado potencial, mas ao conjunto da população, especialmente a população jovem, cada vez mais usuária das redes sociais, e, com frequência, desprovida de espaços formativos adequados que a ajudem a melhor formar sua consciência crítica de cidadãos e cidadãs. Paradigma da pós-verdade, fake News, redes sociais acriticamente exercitados – eis apenas três das componentes deste sistema de morte, marca principal do capitalismo em sua fase mais perversa, hegemônica pelo seu subsistema financista, em articulação com seus demais setores da economia. Diante deste quadro de obscurantismo e de constantes ataques ao planeta e a toda a comunidade dos vivos, resta às forças vivas de nossa sociedade examinarem criticamente De que modo vem reagindo a Tais ataques. é o de que trataremos, no tópico seguinte.

Como se vem dando a atuação das forças sociais no combate às “Fake News”?

Grupos, entidades e agentes qualificados de nossa sociedade tem manifestado crescente preocupação com a gigantesca onda de fake News, disparadas massivamente, a influir negativamente sobre parcelas consideráveis de nossa população, principalmente aqueles segmentos mais vulneráveis. Encontros congressos e outras iniciativas vêm buscando formas de resistirem a essa onda há, com efeito, significativa consciência dos estragos que essa estratégia de fake News, reflexo do

paradigma da pós verdade merece atenção. reconhecendo a relevância persuasiva dessas fake News, Tais entidades e grupos buscam responder a este desafio, por meio de iniciativas e experiências pela Via das redes sociais. partindo da constatação de quê os segmentos mais fragilizados de nossa sociedade são por demais suscetíveis aos efeitos das fake News a ideia predominante tem sido alcançar estes mesmos segmentos vulneráveis também por meio das redes sociais, mediante mensagens e até vídeos produzidos com o propósito de se contrapor a invasão de fake News nessas camadas populares.

Trata-se de uma iniciativa respeitável e necessária, a medida que vai sendo complementada com outras iniciativas capazes de tomar em conta outras dimensões do processo formativo, para além da Estratégia apenas discursiva. teme-se que há uma tendência a cingir-se a forma de resistência a mensagens e vídeos destinados ao público alvo das fake News. por outro lado, Vale perguntarmos: Será que a utilização exclusivamente de caráter discursivo está à altura de responder adequadamente ao desafio das fake News? até que ponto , ao lado de iniciativas de caráter estritamente discursivo, resultam suficientes para um convencimento mais sólido por parte do público-alvo? em que medida iniciativas desta ordem, uma vez não acompanhadas de outras que digam respeito também a dimensões tais como afetividade, volição, a práxis e dimensões outras componentes do processo formativo, são capazes de atender aos objetivos dessas entidades e grupos de resistência a estratégia das fake News?

Perguntas deste tipo merecem especial reflexão, principalmente do ponto de vista da educação popular, aqui considerada como uma estratégia eficaz contra os efeitos deletérios das fake News. Eis por quê no tópico seguinte, Voltaremos nossa atenção, em busca de examinar como a

educação popular pode oferecer significativa contribuição a resistência mais eficaz contra as estratégias do paradigma da pós verdade, expressas pelas fake News. **A contribuição da Educação Popular à eficácia do combate às “Fake News”, para além das redes sociais.**

À parte seu designativo literal às “Fake News” constitui mesmo um fenômeno novo? Em outras palavras, até que ponto as “Fake News” não constituem uma marca registrada do Capitalismo, em sua atual fase, estratégia utilizada com propósito deletério por um lado, mas também, por outro lado, com objetivo de lançar luz sobre a ponta do “iceberg”, para ocultar a parte essencial do que não se quer mostrar? Em busca de trazer a lume o potencial da Educação Popular, de referencial freireano, a um combate eficaz às “Fake News” e suas conexões com o paradigma da “Pós-verdade”, fazemos questão de partir de seus princípios mais relevantes, ou seja, de constatações e fecundas intuições recolhidas do processo histórico, em diferentes tempos e lugares, tais como:

– o do inacabamento ou incompleteza do ser humano: diferentemente dos demais animais, os humanos não nascem “acabados”, nas vão se completando processualmente, em seus contextos histórico-culturais, isto é, não nascem homens ou mulheres, mas vão se tornando assim no processo de humanização. Outro fundamento teórico-prático trabalhado pela Educação Popular, diz respeito ao nó de relações (relacionalidade) característico dos seres humanos como expressão e como agentes de seu devir histórico, isto é, para se completarem como seres humanos protagonistas do processo humanização, mulheres e homens têm necessidade de viverem em grupo, em comunidade ambiente no qual aprendem e compartilham experiências e saberes. Os humanos, somos

seres sociais, seres políticos, forjados em condições não de isolamento ou individualismo.

Neste processo relacional, é que vamos aprimorando nossas potencialidades, ao mesmo tempo em que aprendemos a lidar positivamente com nossos limites, em busca incessante de superação dos mesmos. É no seio da comunidade que também vamos aprendendo a ler melhor a realidade social em sua complexidade e extensão. Aqui se passa algo como em um filme: alguém que o vê sozinho, sem partilhar comentários de cenas, acabam dando-se conta de aspectos parciais do filme, enquanto em comunidade as percepções são compartilhadas de modo que cenas não percebidas por uns acabam sendo rememoradas pelas percepção de outros.

Um exemplo ilustrativo, pode dar-se no exercício de análise de conjuntura, quando feita coletivamente, resultando bem mais fecunda e menos incompleta do que quando feita por um ou um pequeno grupo restrito. Tem-se consciência da complexidade da realidade social, que não pode e não deve ser avaliada de improviso, sem se recorrer a instrumentos capazes de melhor percebê-la, em seu movimento, como um primeiro passo necessário e fundamental a quem pretenda transformá-la, em suas raízes.

Outro fundamento trabalhado pela educação popular, corresponde ao exercício contínuo de priorização da prática sobre a teoria, da interconexão dos fatos e dos acontecimentos, de sua historicidade, de sua interculturalidade, a relevância do exercício da memória histórica, a importância do horizonte perseguido e da mística cotidiana, a horizontalidade dos protagonistas da transformação social, a aposta na força transformadora das pequenas comunidades, dos núcleos, dos círculos de cultura, a alternância de cargos e funções, entre outros aspectos constantes deste mesmo processo formativo.

É com base nestes fundamentos oferecidos pela Educação Popular, que se dotam melhor os protagonistas da transformação social, inclusive no caso do desafio relativo às “Fake News”. Daí resultam pistas alternativas que devem ser tomadas em conta e incorporadas a outras práticas e iniciativas, já em desenvolvimento, tais como:

- Entender mais criticamente o que são as tais “Fake News”;
- Se se trata de fenômeno verdadeiramente novo, ou, antes, de nova faceta da mesma estratégia, posto que, falseamento da realidade é uma velha estratégia de todo modo de produção estruturado em classes sociais, especialmente do capitalismo;
- Pode acontecer que, por meio desta velha estratégia revestida de novo nome (“Fake News”) os setores dominantes estejam a espalhar cortina de fumaça, buscando desviar a atenção das forças transformadoras, quanto as manifestações mais profundas de exploração e dominação. Não se deve ignorar, por exemplo, que, num contexto dominado pelo discurso anti-corrupção, as redes sociais e a mídia comercial se limitam a focar mais os efeitos, as aparências e até alguns casos relevantes, com o propósito maior de desviarem a atenção da raiz mesma da corrupção, fincada no próprio modo de produção capitalista, especialmente em sua fase atual, dominada pelo rentismo, pelos grandes bancos e seus paraísos fiscais. Outro exemplo se tem nas discussões atuais sobre as famigeradas “reformas” em curso (o desmonte das leis trabalhistas, a terceirização, o desmonte da previdência social...), enquanto pouco ou nada se diz – menos ainda se luta – sobre o maior dos escândalos: a composição da dívida pública, poeticamente denunciada no mote: “paguei mais do que devia/ devo mais do que paguei”...

Com relação, portanto, ao que a educação popular pode contribuir especificamente para uma estratégia de resistência às fakes news, convém assinalar, de um lado, o reconhecimento do esforço das entidades e grupos que cuidam de recorrer às redes sociais, como espaço de contraponto e de esclarecimento, junto às parcelas mais vulneráveis da população que correm o risco de se tornarem reféns das mentiras propaladas. Por outro lado, há de se convir que tal esforço se dá exclusivamente no campo das redes sociais e por meio de um contraponto discursivo.

A educação popular, por sua vez, demanda um esforço maior, a medida que, sem deixar de usar as redes sociais, empenha-se principalmente na criação e manutenção de espaços vitais, nas comunidades, nos movimentos populares, nas pastorais sociais, onde tenha prioridade a discussão presencial, como parte de seu processo organizativo e formativo, até porque não é suficiente empreender um contradiscurso pelas redes sociais, sem o exercício de um protagonismo efetivo nas relações sociais do dia-a-dia.

Capítulo 6

*Qual Sociedade? Qual Universidade? Considerações acerca da contribuição da Educação Popular à produção de uma comunicação alternativa.*¹⁰

Início as breves notas que seguem por rápidas considerações conceituais acerca de comunicação social e de universidade, numa perspectiva de alternatividade. Em seguida, ensaiarei algumas pistas sobre a contribuição da Educação Popular, nessa direção. A partir da própria etimologia, comunicação é sempre expressão, produto e elemento interveniente na reconfiguração de uma relação social. A comunicação social retrata – não sem as habituais contradições – a dinâmica da convivência social, no tempo e no espaço. É também resultado desse processo. Como afirmava o velho filósofo alemão, numa sociedade de classes, “A ideologia dominante é a ideologia da classe dominante.” Sabe-se do papel central que os meios de comunicação social cumprem no processo de circulação de idéias, crenças, interesses.

É por essa via (também) que a mídia faz a cabeça de parcelas consideráveis da população: “a realidade é o que pinta na telinha”; “Deu no rádio!”, “Deus na TV”... Por outro lado, os meios de comunicação social, em determinadas circunstâncias,

10 Esse texto foi originalmente publicado em: 28/09/2010 e pode ser acessado em: <https://consciencia.net/qual-sociedade-qual-universidade-consideracoes-acerca-da-contribuicao-da-educacao-popular-a-producao-de-uma-comunicacao-alternativa/>

também podem assumir um papel transformador da ordem social existente. E é aqui que se acendem nossas esperanças, é aí que tem lugar nossa aposta. Nesse sentido, vale a pena partirmos de uma constatação banal: não há processo comunicativo que se faça descolado da realidade social. Os processos comunicativos são por ela profundamente condicionados, por vezes até determinados. Aqui me vem à lembrança uma afirmação bombástica, feita por um conferencista, por ocasião da realização de um Congresso de Comunicação, nos anos 80: “Dêem-me a rede Globo, e farei a revolução no Brasil...” À parte o viés hiperbólico da proposta, pode-se revelar útil como recurso didático.

Comunicar é um verbo transitivo direto. Quem comunica, comunica algo a alguém, estando um e outro pólos socialmente condicionados, situados e datados. E isto se dá tanto nas macro-relações quanto também nos micro-espacos, inclusive da mídia convencional. Aqui tomamos em conta especialmente os macro-espacos, e, em particular, o desempenho da mídia convencional. Ao focarmos a dimensão eventualmente transformadora dos processos comunicativos, a mídia convencional desponta como alvo a ser, antes, desmontado, desmascarado quanto aos fios de sua malha, do que um alvo a que se recorrer como opção transformadora.

Seria temerário, além de ingênuo, apostar-se na transformação da mídia convencional em um caminho de transformação social, de caráter democrático. Em vão pretender-se mudar o caráter da mídia brasileira (ou de qualquer outro país capitalista ou de classes), sem mudar o tipo de sociedade. Nenhuma ilusão a esse respeito! Algo semelhante também ocorre em relação ao conceito de universidade. Em vão, tenta-se compreender o sentido de uma universidade, dissociando-a do contexto societal em que se insere. Inútil, pretender-se trabalhar

a universidade, sem, antes ou ao mesmo tempo, situá-la no espectro de uma determinada sociedade. Universidade é, como se sabe, um espaço formativo relevante, pelo menos do ponto de vista da educação escolar.

Por seus espaços passam importantes protagonistas de processos organizativos, comprometidos tanto com o continuísmo quanto, em grau bem menor!, com as forças de mudança social. A depender, portanto, da posição social de tais protagonistas, podem estar comprometidos, ou com os interesses do mercado e das forças que lhe dão sustentação – e estes constituem a grande maioria, nos diversos segmentos (discente, docente e técnico-administrativo) – ou com os interesses das classes populares e das forças de mudança – e estes constituem uma pequena minoria, seja no âmbito das universidades privadas, seja no interior mesmo das universidades públicas (não esquecer o número considerável de agentes do Estado (juízes, inclusive) que saem das fileiras das universidades públicas, colocando-se quase sempre a serviço dos interesses dominantes, haja vista, por exemplo, o número de sentenças judiciais tomadas contra os trabalhadores rurais, comprometidos com a Reforma Agrária...

A desconsideração desses elementos resulta, não raro, numa avaliação equivocada, segundo a qual bastaria aos universitários o desenvolvimento de sua capacidade intelectual, que, por si só, asseguraria a formação humana dos jovens e dos adultos frequentadores de uma universidade. Trágico engano! Equívoco grave, este, que se manifesta sob várias formas. Uma primeira: a escola, a universidade, os cursos, enfim, acadêmicos ou não, corresponderiam a atividades neutras. Trata-se, na verdade, de ferramentas que se prestam a todo tipo de organização social. Tanto podem estar a serviço dos setores dominantes – os interesses do Mercado, os caprichos do Estado

ou dos governos de plantão! -, quanto a serviço das classes populares, no caso de uma sociedade que se contraponha ao Capitalismo ou a um sistema similar.

Em nosso caso, prevalecem larga e abertamente os interesses dos setores dominantes. Basta atentar-se para os critérios normalmente definidores de escolha profissional. Cada vez menos se trata de vocação, e cada vez mais de imposições que privilegiam os interesses do Mercado. Quantos profissionais universitários. Equívoco que também deita raízes na aposta unilateral na centralidade da dimensão cognitiva, descolada das demais dimensões formativas (a afetiva, a volitiva e prático). Quanta gente sai das universidades, a cada ano, sem quaisquer sinais convincentes da verdadeira vocação. Pessoas que decidiram seguir esse ou aquele curso, apenas interessadas em tirar vantagens? Por exemplo, quantos juizes formados em universidades públicas, a serviço da causa do latifúndio e do agronegócio?

Outra forma sob a qual se manifesta tal equívoco (o de superestimar-se a dimensão intelectual desconectada das demais dimensões afetiva, volitiva e prático, tese sobre a qual o Prof. Ivandro da Costa Sales não cessa de se bater) tem a ver com a necessidade de o processo formativo dos humanos dar-se, ao mesmo tempo, nessas quatro dimensões. A formação do ser humano como Gente tem que trabalhar organicamente tais dimensões, de modo que os educandos-educadores sejam capazes de sentir o que pensam; de sentir e pensar o que querem; e de fazerem o que sentem-pensam-e querem. Não é bem isto o que se costuma acentuar nas salas de aula. Aqui tem lugar privilegiado, quando não exclusivo, o pensar.

Tal é a centralidade da dimensão intelectual na esfera acadêmica, que os critérios de avaliação se restringem quase

exclusivamente a tal dimensão: ter domínio da matéria, ter uma boa quilometragem de leituras, repetir o pensamento dos clássicos ou de outros, ser detentor de aptidão de pesquisador, ter bom desempenho na exposição dos temas tratados, e coisas do gênero. A quase ninguém toca o fato de se flagrar graves contradições entre o falar do professor e sua conduta na vida cotidiana, mesmo que seja em sua relação com os estudantes. Pode até não se agradar desse comportamento, mas é tido como aceitável, não susceptível de crítica mais séria ou de cobrança institucional. Trata-se às vezes de alguém extremamente competente do ponto de vista intelectual, a conviver, sem maiores problemas, com atitudes ríspidas, desrespeitosas, preconceituosas, contraditórias...

Situação agravada na raiz, já na origem e pela natureza do processo de seleção e admissão, ou seja: pela estrutura mesma do concurso público. Os critérios definidores da classificação incidem exclusivamente no perfil intelectual do candidato, da candidata. É claro que tal critério continua, não apenas relevante, como também indispensável. O problema ocorre quando se trata de Elegê-lo como único critério único para definir-se o processo de admissão. Afinal, como ficam as outras dimensões igualmente relevantes e indispensáveis, como a dimensão afetiva, a dimensão volitiva (relativa à vontade), a dimensão prática (pôr as mãos na massa)? Como avaliar o compromisso político-institucional do candidato, da candidata?.

Quem garante que, uma vez bem avaliado seu desempenho intelectual, isto seja suficiente para se contar com alguém que, pelo fato mesmo de ingressar no serviço público, se mostre comprometido com o bem público, dos alunos, da instituição, da própria sociedade? Quem garante que, ao entrar para a universidade, ele/ela se envolva com

a atuação em atividades, não apenas de docência, como também de pesquisa (versando sobre temas socialmente relevantes) e de extensão, em parceria com protagonistas das classes populares, já que não falta gente das universidades públicas a prestar assessorias remuneradas a empresas e instituições particulares?

Com relação à Educação Popular, que contribuição dela se espera, na construção de uma nova sociedade, na qual tanto a universidade quanto os meios de comunicação se ponham a serviço das classes populares? Um primeiro desafio a enfrentar tem a ver com o sentido que se toma de Educação Popular. Tal como ocorre em outros campos conceituais, também o de Educação Popular tem comportado sentidos não apenas diversos, como também, por vezes, antagônicos. Costumo dizer que Educação Popular tem-se prestado a várias causas: até contra o Povo tem-se feito Educação Popular. Aqui tomamos Educação Popular como o processo formativo protagonizado pelas classes populares, em todos os momentos do processo, desde a concepção ao planejamento; da implementação à execução; do acompanhamento à avaliação, tendo como objetivo a construção de uma nova sociedade, alternativa ao Capitalismo, e que se mostre economicamente justa, socialmente igualitária, politicamente participativa, culturalmente diversa.

A construção de uma sociedade desse tipo só pode comportar como protagonistas as forças sociais comprometidas efetivamente com o combate incessante ao Capitalismo ou a qualquer sociedade de privilégios classistas e de agressão à Natureza. O perfil mais próximo de tal protagonista são os movimentos sociais populares que trabalham com um projeto alternativo de sociedade. Nem todo movimento social é popular. E nem todo movimento

popular é necessariamente comprometido com as lutas de construção de uma nova sociedade alternativa ao Capitalismo. Há movimentos sociais (inclusive no campo sindical) de tal modo colados à pauta governamental e ao Estado, que se mostram completamente estranhos a e distantes das lutas de transformação social. Para estes, a mera satisfação de demandas pontuais – as suas! – é suficiente para corresponder às suas aspirações e expectativas. Já não lhes faz sentido trabalhar com Educação Popular, pelo menos no sentido aqui assumido.

Por que e de que modos, afinal, a Educação Popular se faz terreno fértil nesse grande plantio em mutirão, por uma nova sociedade, por uma universidade verdadeiramente pública e por uma proposta de comunicação à altura dos atuais desafios? Em primeiro lugar, porque essa Educação Popular constitui um espaço alternativo de formação, na medida em que se apóia em princípios humanizadores, tais como a consciência de que somos seres inacabados (Paulo Freire), razão porque nos fazemos homens/mulheres sempre em relação com os humanos, com a Mãe-Natureza e com o Sagrado; somos seres vocacionados à Liberdade e, por isso mesmo, combatemos todas as formas de escravidão; somos protagonistas de nossa história, o que significa, por exemplo, não abdicar de nossa condição de protagonistas de nossa história, atribuindo a outros tarefas que são nossas, como ocorre na democracia falsamente representativa; somos chamados a desenvolver mais e melhor, a cada dia, nossa capacidade perceptiva, de ver, de ouvir, de sentir, de intuir coisas novas, alternativas à ordem vigente; nos empenhamos em despertar em nós e nos outros a consciência de nossas potencialidades e de nossos limites; rompemos, na prática, com a dicotomia entre trabalho intelectual x trabalho

braçal; despertamos a consciência de nossa condição, ao mesmo tempo, docente e discente (somos todos aprendentes e socializamos nossos achados, por meio do mutirão da construção de saberes, em suas interfaces); apostamos na formação humanizadora ininterrupta; nos processos formativos, lidamos com múltiplas linguagens (palavra, escrita, imagens, artes, teatro, poesia, música, dança...); defendemos a alternância de cargos e funções, não permitindo que alguém fique, por longo tempo, a exercer as mesmas funções, mas propiciando que todos alternem funções administrativas e funções de base; exercitamos continuamente a leitura de mundo (análise de conjuntura) e, sobretudo, ensaiamos, dia após dia, reescrever o mundo; defendemos a Mãe=Natureza das mais diversas formas de agressão; ensaiamos, a cada dia, passar da condição de consumidores (inclusive dos meios de comunicação) à condição de produtores de saberes e de cultura.; valorizamos o exercício ininterrupto da mística revolucionária, por força da qual renovamos, dia após dia, nossos compromissos com a causa libertadora dos oprimidos, a partir da libertação de nossas próprias misérias humanas, buscando ser melhores hoje do que éramos ontem, e amanhã, do que somos hoje.

Esses e outros princípios da Educação Popular, desde que efetivamente interiorizados e assumidos, nos fortalecem a convicção e a disposição de contribuir cada vez mais e melhor com os movimentos sociais comprometidos com as lutas por uma nova sociedade; nos fortalecem a convicção e a disposição de trazer tais movimentos para mais perto do espaço acadêmico, especialmente das universidades públicas, justamente para reabilitar sua dimensão PÚBLICA. Isto é de compromisso efetivo com os interesses das classes populares.

A presença mais efetiva desses movimentos nos espaços das universidades públicas – estando ou não nelas matriculados seus membros – propicia o fortalecimento dos embates pela reabilitação da dimensão PÚBLICA desses espaços que têm sido constante alvo de privatização (desde fora e desde dentro). A ocupação de tais espaços pelos movimentos sociais com projeto alternativo de sociedade fortalece a luta pelo restabelecimento ou pela construção do PÚBLICO nos espaços governamentais como as universidades, à medida que se organizam debates públicos e processos de intervenção democrática nas mais diversas instâncias acadêmica (dos Departamentos aos Centros; dos colegiados de base aos colegiados superiores até à Reitoria). Instâncias frequentemente submetidas a processos de privatização, ainda que encobertos por sedutoras alegações. Seus frutos falam mais alto...

Com relação especificamente ao campo dos meios de comunicação social, a Educação Popular também tem relevantes ensinamentos. Não dá para nutrir-se ilusão em relação à grande mídia. De repente, encontramos um estudante entusiasmado em ousar fazer um trabalho alternativo na mídia convencional. A Educação Popular alerta-nos para um duplo risco: ou nos decepcionamos logo, ao sentir na pele que a mídia convencional, sendo paga pelo Mercado ou pelo Estado, só pode ser caixa de ressonância dessas forças, e, portanto, não vai tolerar o atrevimento de um(a) jornalista pretendendo “reinventar a roda”. Resultado: ou fica calado e obediente ou cai fora.

Uma outra possibilidade é a de sujeitar-se objetivamente aos desígnios do Mercado, patrão da grande mídia, e, por outro lado, manter seu discurso de protagonista ou aliado das classes populares... Como exceções, há ainda os que, tendo

consciência dos limites da grande mídia, e não tendo opção de trabalho alternativo ao sistema, buscam favorecer, por meio das brechas e nas entrelinhas, os interesses populares. Seja no caso das universidades, seja no caso dos meios de comunicação de massa, a Educação Popular adverte que, por si mesmos, tais espaços não se transformam, sem que haja muita pressão dos protagonistas que lutam pela construção de uma sociedade alternativa ao sistema vigente.

Capítulo 7

*Concepções de Educação Popular e suas interconexões com a Educação de Jovens e Adultos.*¹¹

Uma brevíssima nota sobre o tema proposto talvez nos ajude, a nós, protagonistas de Educação Popular e de EJA, a melhor nos situarmos neste debate recorrente e que se mantém sempre em aberto: eis o intento destas linhas. Em vão procuraríamos um conceito ou uma concepção pretensamente única de “Educação Popular” (ou de conceitos ou concepções de qualquer outro campo de saber), simplesmente porque se apresentam necessariamente polissêmicos, comportando mais de uma interpretação, de acordo com nossa visão de mundo, com nossa grade de valores, com nossa posição de classe.

Assim, é toda realidade social. Situação bem captada, por exemplo, por Antoine de Saint-Exupéry, a quem alude a afirmação cunhada por Leonardo Boff, segundo a qual “Todo ponto de vista é a vista de um ponto.” Com efeito, “Eu sou eu e minhas circunstâncias”, como lembrava Ortega y Gasset. Também sobre “Educação Popular”, encontram-se concepções diversas, algumas até apresentando-se, sob certos aspectos, antagônicas. Vivendo em situações por vezes tão díspares, os grupos sociais e as pessoas acabam introjetando e

11 Esse texto foi originalmente publicado em: 19/09/2014 e pode ser acessado em: <https://consciencia.net/concepcoes-de-educacao-popular-e-suas-interconexoes-com-educacao-de-jovens-e-adultos/>

reproduzindo compreensões distintas de “Educação Popular” e de EJA.

A compreensão de “Educação Popular” de uma empresa da construção civil dificilmente coincidiria com a de um sindicato de trabalhadores da construção civil. Enquanto a primeira tem pressa em preparar mão de obra qualificada para suas obras, os trabalhadores, sem se negarem a obter a necessária qualificação, acentuam, antes de tudo, seu empenho em se tornarem Gente, dia após dia, em se tornarem Cidadãos, sujeitos, protagonistas de sua história. E essas perspectivas caminham juntas até certo ponto, daqui para a frente, começam as desavenças. Um lado acentua seu esforço de otimizar lucro, enquanto o outro lado luta por manter e conquistar direitos trabalhistas e outros.

Esta e outras situações concorrem para o aparecimento de distintas concepções e práticas de “Educação Popular”, ao ponto de se dizer que há “Educação Popular” (EP) para todos os gostos: EP para o povo, em gabinetes, como um pacote a ser servido, como um prato feito, a segmentos das camadas populares, atendendo, sobretudo, aos interesses dos setores privilegiados (Mercado e Estado). Há EP feita para e, até certo ponto, com o povo, isto é: mesclando-se procedimentos e decisões tomados de cima para baixo e outros com participação popular simbólica e superficial; e há, em menor escala, EP protagonizada por membros das classes populares e seus aliados.

Esta última é a que melhor corresponde ao legado da Pedagogia de Paulo Freire (e outros clássicos), que nos parece a que somos historicamente chamados a exercitar, à medida que: parte da consciência do nosso inacabamento; impulsiona-nos a superar nossas limitações pelas vias das relações sociais (da força do mutirão); faz-nos despertar

para reconhecer e exercitar nossos talentos; convoca-nos ao exercício do protagonismo cidadão; estimula o desejo de construir uma nova sociedade, alternativa à barbárie do Capitalismo; ajuda-nos a exercitar constantemente a crítica e a autocrítica; incentiva-nos à prática das artes, como excelente espaço de humanização; contribui decisivamente para o contínuo aprimoramento de nossa capacidade de perceber (ver, ouvir, sentir, intuir) coisas novas e grávidas de alternatividade, que antes não percebíamos ou mal enxergávamos; instiga-nos a trabalhar sempre melhor nosso sentir, nosso pensar, nosso querer, nosso agir, na perspectiva de criar novas relações (anti-classistas, de gênero, de etnia, de geração, de espacialidade, de convivência amorosa (e não de dominação) com a Mãe-Natureza, com o Sagrado, etc.

Sendo também a EJA um relevante espaço de EP, com esta são construídas múltiplas e fecundas interconexões, das quais sublinhamos algumas, de passagem: interconexões de caráter epistemológico, de natureza política e de feição pedagógica. No plano epistemológico, ressaltamos o lugar de sujeitos, de produtores de saberes de todos os envolvidos no processo de letramento, desde a alfabetização aos momentos seguintes e ininterruptos. Aqui, formandos e formadores se fazem, ao mesmo tempo, discentes e docentes: todos aprendem uns com as outras, e compartilham seus saberes (para além da educação escolar).

Não tanto a partir de temas e conteúdos externos (livros didáticos, em geral), mas a partir da produção, sistematização e discussão de suas próprias experiências (isto é, como sugere a etimologia de “experiência”: saberes construídos coletiva e pessoalmente desde o chão do (con)vivido, da convivência). Prática, aliás, comum aos protagonistas da Proposta pedagógica conhecida por “RELEJA” (inspirada

nas pesquisas de Conelis e Salette Van der Poel), em que os textos trabalhados são produzidos pelos próprios formandos, enquanto protagonistas de seu processo formativo.

Na esfera política, essas interconexões EP-EJA emergem e se desenvolvem numa perspectiva de inventividade e de alternatividade às distintas instâncias e dinâmicas do sistema imperante, ou seja: o Capitalismo, a) seja em sua vertente mercantilista (o Mercado capitalista, com toda a sua rede de conglomerados transnacionais, grandes empresas, empreiteiras, atuando na produção de armamentos bélicos, no agronegócio, na mineração, na mercantilização da saúde, da educação, no tenebroso mundo dos paraísos fiscais e grandes bancos, até no universo religioso; b) seja nas distintas instâncias do Estado, sem as quais o Mercado capitalista não conseguiria impor e implementar suas respectivas políticas económicas, goela abaixo da sociedade.

A dimensão inventiva que deve permear essas interconexões inspira o permanente esforço, nos espaços de EP-EJA, de irem-se forjando relações alternativas à lógica do sistema hegemônico, ainda que em doses moleculares. Aqui, a palavra de ordem é, como costuma insistir o Prof. Ivandro da Costa Sales: “pular fora da lógica capitalista”, desde os espaços minúsculos, no caso, no cotidiano de EJA. Ousar ensaiar passos preñhes de alternatividade, tanto na esfera da produção, quanto no âmbito político, ou ainda na grade de valores e nas relações com a Mãe-Natureza, etc.

No terreno mais diretamente pedagógico, essas mesmas interconexões se dão ou, antes, se constroem em virtude de uma convicção comum: a de que essas relações de alternatividade só se forjam no chão do cotidiano, na rotina do dia-a-dia, inclusive nos espaços de EJA. Aqui se entrelaçam as dimensões “conteudísticas” (os distintos

temas e matérias trabalhados) e o jeito de trabalhá-los, o que implica um conjunto de procedimentos que, mais do que “ensinados”, devem ser testemunhados pelos distintos protagonistas envolvidos no mesmo processo formativo. Procedimentos que implicam, por exemplo: – descobrir e trabalhar adequadamente as potencialidades dos sujeitos envolvidos no processo formativo, bem como seus limites, partindo, por exemplo, de sua história de vida e da memória histórica da humanidade.

Nesse sentido, pode ser bastante fecunda a aproximação dos formandos com aspectos biobibliográficos de bons clássicos e contemporâneos; – instigar a prática de distintas linguagens artísticas (poesia, teatro, música, pintura, escultura, desenho, fotografia, dança, etc., etc., por meio das quais os formandos vão se autodescobrindo em suas potencialidades e limites, em seu processo de humanização; – a partir da oferta de condições favoráveis (papel do Educador, da Educadora), no incessante aprimoramento de sua capacidade perceptiva (ver melhor, agudização do ouvir, do sentir, do intuir coisas novas, alternativas), ensaiar, não apenas uma leitura alternativa de mundo, mas o exercício de ousar reescrevê-lo, a partir do chão do seu cotidiano.

Trata-se, em breve, como se percebe, de uma proposta de educação omnilateral, na acepção marxiana, à medida que persegue uma formação integral e contínua dos sujeitos implicados no mesmo processo, de modo a contemplar as diferentes dimensões em que os Humanos somos chamados a nos desenvolver. Eis por que tal processo deve implicar múltiplas interconexões, inclusive nos espaços de EJA.

Capítulo 8

*A força criativa da organização comunitária:
compartilhando relatos de duas experiências
memoráveis.¹²*

Felizmente que, para bem além dos noticiários e programas da mídia comercial que vem hipertrofiando seus espaços com notícias e cenas de violência, conseguimos dar-nos conta de tanta de tanta coisa bonita que se passa nas “correntezas subterrâneas”, das quais não esperemos que a mídia convencional se ocupe... Aqui nos reportamos a apenas dois acontecimentos que conseguiram mexer profundamente com os respectivos participantes – mulheres e homens, jovens em grande parte: um em Barra de Antas, município de Sapé, e outro em Antas do Sono, município de Sobrado, ambos os municípios no Estado da Paraíba. Tratamos, a seguir, de relatar brevemente o que se deu, em cada um deles, e buscar deles recolher alguns ensinamentos.

Reunião ampliada da Diretoria do Memorial das Ligas Camponesas

Fundado em 2006, o Memorial das Ligas Camponesas (cf. site: <http://www.ligascamponesas.org.br/>) é tocado por, além de membros da Diretoria, à frente Luizinho (Luiz Damásio de

12 Esse texto foi originalmente publicado em: 05/06/2013 e pode ser acessado em: <https://consciencia.net/a-forca-criativa-da-organizacao-comunitaria-compartilhando-relatos-de-duas-experiencias-memoraveis/>

Lima), uma equipe ampliada formada por pessoas de distintos segmentos sociais da região, razão pela qual, além de reuniões específicas da Diretoria formal, tem sido comum o trabalho ampliado, que mensalmente (a cada primeiro sábado do mês) se realiza na sede do Memorial das Ligas Camponesas, em Barra de Antas – Sapé – PB.

Tendo em vista os objetivos e plano de ação do Memorial, a referida Equipe ampliada tem sido instado a enfrentar diferentes trincheiras: cultivo da memória histórica das Ligas e das lutas camponesas (de ontem e de hoje!); pendências jurídicas (regularização definitiva da área de 7 ha, onde se situa o Memorial, assistência jurídica às famílias do Acampamento de Antas, etc.); construção de um centro de formação camponesa, em especial de uma Escola Família Agrícola; trabalhos de animação da comunidade de Barra de Antas, ao lado da qual fica a sede do Memorial (o que é feito todos os sábados, tanto na sede do Memorial, com aulas de iniciação à informática para jovens de Barra de Antas; como na própria comunidade; planejamento e implementação de cuidados agroecológicos na área do Memorial (plantio de árvores; pequeno roçado; etc.); trabalho de sensibilização das comunidades rurais e de uma dezena de assentamentos nas imediações do Memorial, entre outras atividades e desafios.

No sábado passado (1 de junho), realizou-se mais uma reunião ampliada, com a participação de cerca de 20 pessoas. Dela constou uma pauta com pontos de informes (uma grande variedade de informes, alguns deles a requerer encaminhamentos imediatos); diante da necessidade de encaminhamentos de projetos para a criação de uma Escola Família Agrícola, pensar que instalações e equipamentos necessários a contar desse plano. Dentre os participantes da referida reunião ampliada compareceram, além de membros da Diretoria, trabalhadores

e trabalhadoras rurais, jovens e adultos da Comunidade de Barra de Antas, membros da CPT/PB, representantes de órgãos governamentais, colaboradores e colaboradoras do Memorial, representante do MCP.

Jornada teológica em Antas do Sono (área também chamada “Café do Vento”)

Em consequência da implementação das atividades planejadas por membros de vários grupos da Igreja na Base (Kairós/Nós Também Somos Igreja, Grupo Igreja dos Pobres, Movimento dos Trabalhadores Cristãos, Associação Nacional de Presbíteros do Brasil, Pastoral Carcerária, CEDHOC, CEBI, JOC...), todos parceiros ou aliados na organização das Semanas Teológicas Pe. José Comblin, e em função da organização da III Semana Teológica José Comblin, a realizar-se de 22 a 24 de outubro de 2013, na UFPB (auditório do Centro de Educação), foram assumidas as Jornadas Teológicas, a serem realizadas com comunidades do campo e da cidade, tendo sido a primeira Jornada Teológica realizada em “Café do Vento”, ou mais precisamente, em Antas do Sono, no Centro de Formação São José, nesse domingo, 2 de junho de 2013.

A próxima Jornada Teológica está prevista a realizar-se numa comunidade urbana, em Santa Rita, no Alto das Populares, mais precisamente na sede do MCP, no primeiro domingo de junho próximo. Como foi, então, a experiência da Jornada Teológica, em Café do Vento? Aqui registro pontos gerais do Encontro, sem ter feito anotações dos detalhes (a vista já não me ajuda...). Outras pessoas dos nossos grupos o fizeram muito bem, e também oportunamente hão de socializar. De João Pessoa saímos, numa Van guiada por Rodrigo, um grupo de seis pessoas (João Fragoso, Brendan, Cida, Ronaldo, Élisson e eu),

por volta das 7h30, e mais adiante, em Santa Rita, apanhamos Chico Malta e Zeza, ambos membros do MCP (Movimento das Comunidades Populares), seguindo caminho pela BR sentido Campina Grande, até que na altura de Café do Vento, entramos em direção a Sapé.

Antes de seguirmos para o local do Encontro, passamos alguns quilômetros adiante até à capelinha à beira da estrada, onde se acha a cruz em memória de João Pedro Teixeira, que aí tombou, em 2 de abril de 1962, vítima da emboscada armada por soldados a mando do famigerado “Grupo da Várzea”... Feita a breve memória em reverência aos lutadores e lutadoras das Ligas e dos embates de hoje, tomamos o rumo do Centro Comunitário São José, onde já nos aguardavam algumas pessoas recém-chegadas de Sobrado e imediações, entre as quais o Pe. Ermínio Canova, Socorro Rodrigues Batista (da Associação local e também Tesoureira do Memorial das Ligas), Jardene, Valdilene, Alexandre (animadores de comunidades da região e estudantes da Escola de Formação Missionária em Mogeiro), Robério e outras pessoas. Outras mias iam chegando: de Areia Vermelha, de Riachão do Poço, de São Miguel do Taipu e de outras comunidades da região. A(o)s que iam chegando, era oferecido um saboroso café (com suco e outros componentes), preparado pelo pessoal da casa.

Pe. Hermínio tomou a iniciativa de começar o Encontro com a Oração, bem participada por todos, por todas. Depois, disse dos objetivos do Encontro, dentre os quais: um intercâmbio de relatos de experiências desde o vivido pelos participantes; avaliação dos cursos frequentados pela maioria dos presentes (Curso Básico da Árvore, Cristologia, História da Igreja, Celebração litúrgica com o Ofício das Comunidades); refletir sobre as experiências e desafios das comunidades da região; propor encaminhamentos e desdobramentos das experiências

relatadas. A seguir, propôs uma apresentação de cada grupo ali presente.

As pessoas de cada comunidade ou de cada grupo eram convidadas a levantar-se e a fazer sua apresentação pessoal. Assim se fez, em relação às várias comunidades da região: de Sobrado, de Riachão do Poço, de Antas do Sono, de Imaculada, de Areia Vermelha, do Assentamento Nova Vivência, do município de São Miguel de Taipu, do Grupo Kairós/Nós Também Somos Igreja, do MCP... Em seguida, foi proposto aos participantes assistirem ao DVD com o relato da fecunda experiência da Escola Família Agrícola Dom Frágoso, em Independência – CE (na Diocese de Crateús). Trata-se de um precioso relato feito por estudantes daquela Escola, ao modo de um programa radiofônico.

Aí se explicitam o sentido e os objetivos da EFA Dom Frágoso, acentuando a importância de uma educação contextualizada, tocada comunitariamente por estudantes, monitores, pais de alunos e comunidade local. Relata como foi iniciada a experiência, seus protagonistas. Descreve-se o processo de organização, destacando-se as tarefas assumidas pelos estudantes, o que eles estudam, a dinâmica da pedagogia da alternância, as unidades de produção tocadas pelos estudantes, além de outros elementos. Após esses momentos iniciais (apresentação, introdução aos trabalhos do dia, apresentação do vídeo), tratou-se de se distribuir o plenário em três grupos, com o objetivo de debater em torno de duas questões-chave: 1) O que de comum pode-se encontrar nas experiências relatadas (inclusive a relatada no vídeo)? 2) O quê dessas experiências comuns priorizar daqui para frente?

A turma foi distribuída em três grupos, de modo a misturar as pessoas participantes, que tiveram cerca de uma hora para discutir, ou seja, até à hora do almoço. O almoço,

preparado e servido com muito gosto constituiu um momento especial de conagração e animação. Após o almoço, os trabalhos foram retomados, às 13h30, iniciando-se pelo relato do que se havia discutido por cada grupo, seguindo as questões propostas. Primeira pergunta – Com relação à primeira questão, foram contemplados muitos aspectos comuns identificados pelos três grupos. Em verdade, um extenso leque de pontos comuns. Uma forma possível de resumir esses pontos é agrupá-los em três palavras-chave:

1) uma paixão comum pelo Reino de Deus como horizonte da caminhada – O Reino de Deus e sua justiça – mais do que a Igreja – eis a inspiração decisiva, a grande motivação das iniciativas comunitárias relatadas, ao longo da manhã, seja pelas falas das apresentações, seja pelo conteúdo do vídeo sobre a Escola Família Agrícola Dom Fragoso. É a força do Reino de Deus que nos motiva para os trabalhos comunitários, a luta pela justiça e pelos direitos humanos. É o Reino de Deus que constitui o grande horizonte que buscamos fazer acontecer, já aqui, entre nós, na permanente construção de novas relações de justiça, de solidariedade, de partilha, de compromisso com a causa libertadora dos pobres.

2) Perseguir o Reino de Deus por caminhos que efetivamente correspondam a esse horizonte – Isto requer atenção e cuidado em relação aos métodos seguidos. Um exemplo capaz de bem ilustrar essa inquietação foi experimentado por ocasião do Curso da Árvore (curso básico), do qual boa parte das pessoas presentes haviam participado. Trata-se de um curso que cuida de articular adequadamente CONTEÚDO (aqui se trabalham, durante sete encontros, sete temas: Igreja como comunidade; o mundo dos pobres; a missão; a vocação; a oração;

os ministérios; o Povo de Deus) e MÉTODO (vivenciado através de oito passos, durante cada encontro: oração, motivação, troca de experiências, caixa de retratos, a vida de um santo, um documento da Igreja, nossa ação, celebração de encerramento).

3) Compromisso pessoal de começar em cada um/cada uma as mudanças que deseja ver realizadas no mundo, na sociedade – Não bastam os cursos presenciais e coletivos. É preciso que eles vão se refletindo efetivamente na vida de cada um/cada uma, no seu (con)viver de cada dia, onde quer que esteja a atuar. Segunda pergunta – O quê priorizar desses pontos comuns identificados? A exemplo do que se deu para a primeira pergunta, aqui também foram mencionados diferentes pontos, que, de modo bastante limitado, eu resumiria também em três aspectos a merecerem mais atenção:

1) Priorizar o processo formativo – Alguns grupos apontavam, com entusiasmo, a postura de algumas figuras simples de leigas e leigos bastante admiradas pela sua capacidade de liderança e de animação, seja nos trabalhos de mutirão, seja nas celebrações, seja nos momentos das lutas comunitárias. Uma pergunta se fazia, então: como é que essas pessoas chegaram a reunir tantas qualidades? É que todas passaram por um sólido período de formação (Curso da Árvore, Escola de Formação Missionária, CFM, etc.). Não qualquer processo de formação. Mas, uma formação enraizada no chão da realidade de sua/nossa gente, a partir dos problemas concretas da vida, do compromisso com a causa dos pobres.

Uma educação contextualizada (como bem mostra a experiência da Escola Família Agrícola Dom Fratoso). Uma formação continuada. Não se trata de assistir a um curso de um mês, mas de seguir vários momentos (presenciais e de volta

às comunidades, como ocorre na pedagogia da alternância), em que cada formando assume e dá conta de várias atividades planejadas. Uma formação integral, em que as pessoas formandas se preparam nas mais distintas dimensões (cidadania, gênero, etnia, situação geracional, econômica, política, cultural, artística, ecológica, espiritual...).

2) Aprimorar os laços orgânicos/organizativos – Trata-se de fortalecer os laços comunitários, organizar a comunidade, animá-la, articular as atividades, cuidando por um bom planejamento, pela avaliação e pela celebração. Superar a tendência tão frequente de cada comunidade fechar-se em si mesma, sem se comunicar com as demais, sem mútua ajuda, sem participar de encontros comuns.

3) Realizar ações concretas – Não dá para ficar só fazendo reuniões e mais reuniões, sem tomar iniciativas concretas, conjuntas, atividades de mutirão (limpar uma roça de uma pessoa necessitada da comunidade; reparar um telhado; fazer uma cisterna, fazer um abaixo-assinado, fazer uma manifestação, etc., etc.). O Encontro encerrou-se com alguns avisos compartilhados pelo Pe. Ermínio Canova, que nos convidou a todos para a oração e bênção final. Eis um resumo limitado e parcial da experiência, a ser completado e enriquecido por outros relatos, inclusive por pessoas que tomaram notas dos detalhes, durante o encontro. Estas linhas têm o propósito apenas de fornecer uma vaga idéia do Encontro a outras pessoas e comunidades de outros lugares.

Capítulo 9

*Movimentos sociais e organizações de base na sociedade brasileira debatem desafios e esboçam resistência: notas com propósito de problematização.*¹³

De um ano para cá – para tomar como referência apenas esse breve período -, assistimos a um esforço concentrado por parte de movimentos sociais populares, do campo e da cidade, e de outras organizações de base da sociedade brasileira, no sentido de debater, avaliar e esboçar encaminhamentos concretos em relação aos principais desafios com que se deparam, no plano nacional.

O propósito dessas notas é o de, sem desconsiderar o que se tem passado também no âmbito internacional (por ex., o que ecoa desde o mais recente Fórum Social Mundial, recém-realizado em Túnis, do qual deu conta a Declaração de conclusão do mesmo: cf. <http://www.fsm2013.org/en/node/12972>) e no plano latino-americano (com especial atenção aos avanços e desafios vindos da experiência venezuelana e países andinos) é de destacar apenas três casos de assembleias congêneres mais recentes: 1) o Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, realizado em Brasília, de 21 a 24 de agosto de 2012, reunindo milhares de participantes (<http://encontrounitario.wordpress.com/2012/08/22/declaracao-do-encontro-nacional-unitario->

13 Esse texto foi originalmente publicado em: 11/05/2013 e pode ser acessado em: <https://consciencia.net/movimentosociais-e-organizacoes-de-base-nasociedade-brasileira-debatemdesafios-e-esbocam-resistencia-notas-com-proposito-deproblematizacao/>

dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-e-povos-do-campo-das-aguas-e-das florestas/ cf. Anexo I); 2) Encaminhamentos retirados da Plenária Nacional dos Movimentos Sociais Brasileiros, da qual participaram 33 dirigentes sociais, realizada em São Paulo, cujos encaminhamentos são datados de 6 de maio de 2013 (ver Anexo II); e 3) o Encontro da 5^a.

Semana Social do Regional Nordeste III (Bahia e Sergipe), realizado em Feira de Santana- BA, de 3 a 5 de maio de 2013 (ver Carta, em Anexo III). A partir de traços reconstituidos de cada uma dessas iniciativas, com observações de caráter analítico, trato, em seguida, de compartilhar algumas notas avaliativas, com propósito de problematizar essa retomada de iniciativas organizativas e de mobilização. Começamos, pois, por uma breve rememoração de cada uma dessas experiências, ensaiando, depois, algumas linhas, a título de problematização.

Breve rememoração de três encontros recentes de Movimentos Sociais:

1) Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas – Um dos acontecimentos mais impactantes de 2012, esse Encontro Unitário, realizado em Brasília, de 19 a 22 de agosto, do qual foram protagonistas milhares de participantes, representantes dos seguintes 39 movimentos e entidades do campo: Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), Associação das Mulheres do Brasil (AMB), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI); CARITAS Brasileira, Coordenação Nacional dos Quilombolas (CONAQ); Confederação

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Comissão Pastoral da Pesca (CPP), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), FASE, Greenpeace, INESC, Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), do Nordeste (MMTR-NE), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Oxfam Brasil, Pastoral da Juventude Rural (PJR), Plataforma Dhesca, Rede Cefas, Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF), SINPRO DF, Terra de Direitos; Unicafes, VIA CAMPESINA BRASIL.

Em sua Declaração, encabeçada por uma chamada emblemática – “Por terra, território e dignidade!” – os/as participantes, ao sinalizarem para a retomada e ampliação das mobilizações e lutas camponesas, em novo estilo – “fazendo emergir uma diversidade de sujeitos e pautas”-, tratam de ir à raiz do problema, em sua análise percuciente, além de identificarem pelo nome as forças em jogo, e de proporem ações concretas no enfrentamento dos desafios apontados. Sua Declaração se distribui em três tópicos: exposição analítica dos desafios, indicação/resumo de suas bandeiras de luta ou metas-chave; e formas de organização para o enfrentamento dessas questões.

Já na primeira parte, tratam de fazer seu percuciente diagnóstico:

“Este projeto, na sua essência, produz desigualdades nas relações fundiárias e sociais no meio rural, aprofunda a dependência externa e realiza uma exploração ultrapredatória da natureza. Seus protagonistas são o capital financeiro, as grandes cadeias de produção e comercialização de commodities de escala mundial, o latifúndio e o Estado brasileiro nas suas funções financiadora – inclusive destinando recursos públicos para grandes projetos e obras de infraestrutura – e (des) reguladora da terra.”

E, certos, completam:

“Este projeto provoca o esmagamento e a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras dos povos do campo, das águas e das florestas. Suas consequências sociais e ambientais são a não realização da reforma agrária, a não demarcação e reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, o aumento da violência, a violação dos territórios dos pescadores e povos da floresta, a fragilização da agricultura familiar e camponesa, a sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos contaminados e ao convívio com a degradação ambiental. Há ainda consequências socioculturais como a masculinização e o envelhecimento do campo pela ausência de oportunidades para a juventude e as mulheres, resultando na não reprodução social do campesinato.”

Diante desse quadro, resumem em dez pontos quais as suas bandeiras e metas pelas quais lutar: a realização de uma autêntica Reforma Agrária; assegurar aos diferentes sujeitos do campo soberania territorial; soberania alimentar, implicando

o direito de decidir o quê produzir e estratégias sustentáveis de produção; organização social e produtiva baseada na agroecologia; centralidade da agricultura familiar e camponesa e na forma de produção dos povos tradicionais; superação da divisão sexual do trabalho sob a égide do patriarcado; soberania energética (com controle social das fontes e da produção e circulação); educação do campo como estratégia de emancipação desses sujeitos; democratização da mídia; responsabilização do Estado pelos danos causados aos povos tradicionais, vítimas frequentes dos megaprojetos, feitos não apenas à sua revelia, mas também contra seus interesses.

Como formas e pistas concretas de enfrentamento desses impasses e conquista dessas bandeiras, foram elaborados 11 pontos, dos quais merecem especial destaque: compromisso de fortalecer e ampliar a unidade, por meio de assunção de pautas comuns; construir e fortalecer alianças entre campo e cidade; investir cada vez mais no fortalecimento das experiências agroecológicas e no combate aos agrotóxicos; acordar uma agenda de lutas em defesa das políticas sociais específicas a esses sujeitos (PRONAF, PNAE, PAA, PRONERA, PRONACAMPO, pesquisa e extensão, dentre outras, voltadas para os povos do campo, das águas e das florestas.); ampliação das lutas pelos direitos das mulheres e dos jovens; combate ao atual modelo de produção fundado nos petro-dependentes e no alto consumo energético; combate à criminalização dos movimentos sociais, à violência e à impunidade seletiva, cometidas por agente públicos e privados; criação da comissão camponesa de anistia, memória, verdade e justiça.

2) Encaminhamentos – Plenária Nacional de Movimentos Sociais Brasileiros – Em consequência dessa Plenária realizada em São Paulo, e concluída no dia 6 de maio deste ano, foram acordados encaminhamentos por parte de 33 dirigentes

sociais, representantes dos seguintes movimentos e entidades: Movimentos da Via Campesina, MCP, Fetraf, CUT, movimentos da CMS, UNE, UBES, MMM, Assembleia Popular, FUP, CIMI, UBM, SENGE/PR, UJS, Levante Popular da Juventude, CONEN, Barão de Itararé, Intervezes, CMP- MMC/SP, Consulta Popular, FNDC, ADERE-MG, Sindipetro/SP.

Como objetivos centrais da referida Plenária, constavam: promover campanhas de mobilização de massa, visando a superar o modelo neodesenvolvimentista, resistir ao avanço da direita, fortalecer a mídia alternativa, acumular força para ulteriores enfrentamentos pelo Projeto Popular. Objetivos a serem alcançados por meio de várias campanhas de massa, conforme os interesses de cada movimento específico, das quais se deve priorizar, em comum, a campanha contra leilões do petróleo e energia, tomando como mote principal o combate às privatizações. De cada campanha (dessas e das seguintes), foram escolhidos representantes específicos, com encargos mais diretos de organização.

As outras campanhas são: a campanha pela democratização da mídia (em mutirão com o FNDM (Fórum Nacional de Democratização da Mídia), para o que cumpre preparar, inclusive, abaixo-assinado e passos para essa campanha; a campanha pela Reforma Política (em parceria com o PT); campanha pela Reforma do Judiciário; campanha pela jornada de 40 horas; campanha pelos 10% para a Educação Pública; campanha contra a PEC 215 (Projeto de Emenda à Constituição, por meio da qual os setores ruralistas e seus aliados pretendem privatizar ainda mais as áreas indígenas e de outros povos tradicionais; elaboração de um manifesto contra a redução da maioria penal; campanha visando à realização de um Plebiscito (previsto para 2014) contra redução da maioria penal.

3) 5ª Semana Social do Regional Nordeste 3 – As chamadas semanas sociais já constituem uma praxe no calendário social da Igreja Católica, no Brasil, desde os anos 90. Realizam-se também por regiões, como é o caso da realização, entre 3 e 5 de maio de 2013, da 5ª. Semana Social da Região Nordeste 3 (Bahia e Sergipe), da qual dá notícia “Carta”, que se acha em anexo. São significativos o número de participantes e a diversidade de sujeitos e de regiões aí presentes: “282 representantes de 56 entidades, organizações e movimentos sociais e pastorais das regiões das quatro arquidioceses e 17 dioceses dos dois Estados”. Chama igualmente a atenção a forma escolhida para se trabalhar o tema “Do Estado que temos ao Estado que queremos”: em seis oficinas temáticas, incidindo sobre relevantes desafios: 1) Questão agrária e violência no campo e na cidade; 2) Questão urbana e a cidade de exceção; 3) Soberania alimentar e hídrica; 4) Acesso aos direitos sociais e política pública; 5) Tráfico de pessoas; e 6) Controle do Judiciário.

Dos debates acerca desses desafios, diz a Carta, “ficou evidente que em cada tema, os mais candentes na atualidade da Bahia e do Sergipe, há conquistas maiores ou menores, mas há, sobretudo, grandes desafios para a defesa do conquistado e avanço dos direitos da cidadania e na democracia real e substantiva. A conquista, em tempos recentes, de governos por representantes de setores populares e da sociedade organizada, tem significado a dura experiência de que Governo não é o Estado e que ter o Governo não é exercer o Poder.

As classes dirigentes, venham de onde vierem, acabam expressando a vontade do Capital, hoje articulado e em processos de acumulação em escala global e sem freios. Conquistas legais de interesse público, em especial de setores populares mais fragilizados, são derrubadas com a conveniência e omissão dos Poderes da República, da União e dos Estados,

à base de conchavos e deslavada corrupção.” A Carta trata de exemplificar a realidade daquele Regional 3, que, em grande medida, pode estender-se para o conjunto do País, e cita descaminhos e retrocessos, tais como: o Código Florestal, a Lei da Copa, a Transposição, os grandes projetos... Em muitos casos, verdadeiros acintes contra a dignidade dos pobres, em especial dos povos indígenas e quilombolas e povos tradicionais.

Com relação a encaminhamentos, podem ser destacados os seguintes pontos: a definição de Panos Diretores por bairros, rede popular urbana; luta contra a redução da maioria penal e priorização do investimento público para a garantia de direitos das crianças e adolescentes; formação e articulação do combate ao tráfico de pessoas; retomada da pressão social e das lutas pela Reforma Agrária e regularização dos territórios dos povos e comunidades tradicionais; promover iniciativas que visem a soberania alimentar e hídrica: produção, comercialização e consumo alimentares agroecológicos, solidários, em associações e redes, também de controle comunitário de serviços de água; no Semiárido, para uma autêntica convivência com o clima e proveito de suas potencialidades; Educação Popular, contextualizada, comunicação e informação críticas, que incentivem a partilha e a vida comunitária, no embate cultural e ideológico com o individualismo e consumismo.

II – Alguns questionamentos em busca de problematização

Do âmbito internacional ao local, segue impraticável a construção de uma nova sociedade, alternativa a tantas manifestações de barbárie presentes nas sociedades de classes, inclusive no Capitalismo, sem o imprescindível concurso das forças vivas de uma sociedade, em especial dos movimentos sociais atuando com projeto alternativo de sociedade. É, pois,

com satisfação que se constata essa nova tendência de retomada e de ampliação das mobilizações e lutas sociais, com foco na construção da unidade desses movimentos sociais.

É aqui já se registra um sério desafio: um trabalho hercúleo conseguir-se a necessária unidade dessas forças, num complexo espectro de diversidade. Diversidade, sob tantos aspectos: – de espacialidade: movimentos sociais do campo e da cidade; – de relação com o processo produtivo: sindicalistas, movimentos populares; – de gênero e de orientação sexual: movimentos feministas e dos segmentos homoafetivos; – de etnia: a diversidade de povos indígenas, de comunidades quilombolas... – de geração: distintos segmentos de movimentos jovens (urbanos, rurais, estudantis, de orientação étnica, etc., etc.); – de tendências confessionais; – de maior ou menor acúmulo de lutas, sob a influência político-ideológica de suas respectivas formações...

Construir a unidade, a partir de tal diversidade de perfis de protagonistas não é certamente das tarefas mais fáceis. Menos ainda, quando se tem presente o não menos complexo espectro das forças antagônicas... Isto vai se dando em processo, e de modo incessante. Seja como for, resulta, sim, animador tomar-se conhecimento desse novo despontar das forças sociais protagonizadas pelos movimentos sociais e organizações de base de nossa sociedade. Num primeiro esforço avaliativo dessas iniciativas mais recentes, acima ligeiramente caracterizadas, em busca de problematização dessas experiências, cuido, a seguir, de levantar alguns questionamentos, precedidos de considerações introdutórias.

Pondo-se num painel os pontos registrados como de prognóstico da realidade social em curso, observam-se diversos pontos em comum: o modelo dito neodesenvolvimentista (outros já chamam mesmo de Capitalismo), a expansão das transnacionais

em distintas áreas, os estragos do agronegócio contra o Planeta e contra os Humanos, a não-realização da Reforma Agrária e das medidas corretivas do processo de desterritorialização em curso; as investidas das forças reacionárias, a omissão (ou comissão?) do Estado em função dos interesses das forças dominantes. A par de traços comuns no esforço de diagnóstico, também se constata diferenças notáveis. E não se trata de diferenças resultantes das especificidades dentro do espectro de movimentos sociais, organizações de base e outras instâncias.

Há diferenças de avaliação ético-política, também. Isto me leva a suscitar os seguintes questionamentos:

* A despeito de vários registros da efetiva participação do Estado na viabilização de políticas claramente a favor do grande capital, o quê leva uma parte desses movimentos sociais a continuar objetiva, expressa ou tacitamente como seus aliados orgânicos?

* O problema deve-se ao fato do reconhecimento de que Governo não é Estado (insinuando-se que, se fosse, os problemas seriam resolvidos) ou, antes, ao fato de que, sendo parceiro necessário e inelutável do Capital, não há como esperar-se numa “democratização” do Estado? * Por que se abandonou o foco da luta por uma nova sociedade – como se fazia, por exemplo, nos anos 80 (cf. lemas dos Intereclesiais das CEBs), substituindo-se pela ilusória “democratização do Estado” (“Do Estado que temos ao Estado que queremos”) (“A árvore se conhece pelos frutos.”).

* Nesse sentido, parece haver mais clareza entre os/as protagonistas do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, quanto ao diagnóstico da realidade, enquanto as outras duas experiências, ainda que distintas entre si, parecem apostar mais

na capacidade do Estado, de dar respostas às suas demandas. O quê terá levado a forças de grande acúmulo de lutas e formação política, nos anos 80 e 90, quando se mostravam mais zelosas de sua autonomia frente, ao mesmo tempo, ao Mercado e ao Estado, preferirem, a partir dos anos 2000, celebrar parceria com o Estado? Não poderiam continuar a fazer negociações concretas, sem um alinhamento orgânico? Em que tem resultado tal alinhamento orgânico?

* Até que ponto essa mudança de posição tem sido capaz de explicar certo desinteresse e falta de compromisso mais efetivo com o processo formativo contínuo de suas bases e de seus dirigentes, de modo a perder força seu empenho na busca de formas alternativas de organização social? Parece pacífica a avaliação de que as mudanças desejadas implicam décadas seguidas de trabalho, desde que esse trabalho pela transformação se faça desde já. Fazer-se desde já não significa – nem deve significar – pretender-se chegar JÁ E COMPLETAMENTE a uma sociedade alternativa. Esta constitui um longo e incessante processo. Ocorre que, para isso, passos concretos têm que ser sinalizados, desde já. Para tanto, urge ir construindo já passos de alternatividade.

Isto parecia bem mais claro em movimentos sociais, nos anos 80, alguns dos quais tratavam de organizar-se, ao mesmo tempo, como movimento, como sindicato e como partido (caso do MST da época), mas MANTENDO-SE COMO MOVIMENTO AUTÔNOMO. Outro exemplo, este no plano de setores de igrejas cristãs, em especial de setores da Igreja Católica, a chamada “Igreja na Base” (CEBs, CIMI, CPT, ACR, CPO, PCIs, Teologia da Libertação, Teologia da Enxada, CEBI, PJMP, CDDHs, etc., etc.): a aposta era na busca da construção de uma nova sociedade (não de um Estado “democrático”), e a partir desse Projeto (em contínua construção!), também seus protagonistas passavam a

se organizar e a viver, em tudo o que estivesse ao seu alcance, na luta contra todos os protagonistas do Capital, e fazendo acontecerem novas relações de vida e de trabalho, lá onde podiam, em suas relações do cotidiano.

Claro que aí também havia contradições, mas a tentativa maior seguia essa linha. Além disso, também cuidavam de combinar seu horizonte almejado (nova sociedade) com os métodos respectivos. Não se tratava de almejar um horizonte por meio de práticas antagônicas a esse mesmo horizonte. Importava – e ainda importa, para os e as que teimam nessa busca – alcançar Liberdade, pelas vias do exercício da Liberdade. Até que ponto, em vez de atraírem pelas suas práticas consequentes, segmentos consideráveis de movimentos sociais é que acabaram sendo também fascinados pelos sedutores atalhos das práticas partidárias e sindicais de resultado, pela via da ética de circunstância ou do pragmatismo? Consolamos, por outro lado, saber que parte dessas forças sociais hoje acenam para correção de rumos e de trilhas, olhos fitos no andar da história...

Capítulo 10

*Paulo Freire em diálogo com a Teologia da Libertação:
anotações sobre um ensaio cinquentenário da lavra
freireana.*¹⁴

A saga do Bolsonarismo não desponta repentinamente, nem precisamos recorrer aos seus quase trinta anos de vida parlamentar estéreo, à parte seu famigerado currículo profissional e político de posições extremadas de incondicional adesismo a posições de extrema-direita, inclusive as de apologia a tortura e a ditadura militar. Restrinjamo-nos à sua desventurada iniciativa de carreirismo político, em direção à presidência da República. Sabe-se que, desde 2015 tratou de semear e de cultivar tal ambição que, não tivesse acolhida pela cegueira anti-petista, não teria obtido qualquer êxito eleitoral.

Mas, o que tem a ver a figura do atual Presidente da República com a veneranda figura de Paulo Freire e seu legado? Desde principalmente as manifestações de rua de 2013, nas quais as forças de ultra-direita também acabaram pegando carona, trataram de tirar partido, pode-se observar um crescente movimento contra o legado de Paulo Freire, do qual fazem parte diversos recursos, como as Fake News, a produção de vídeos difamadores sobre Paulo Freire, e até de faixas e cartazes reivindicando a destituição de seu nome como patrono da educação brasileira.

14 Esse texto foi originalmente publicado em 20/03/2019 e pode ser acessado em: <https://consciencia.net/paulo-feireem-dialogo-com-a-teologia-dalibertacao-anotacoes-sobre-umensaio-cinquentenario-da-lavrafreireana/>

Em nítido contraste com os (mal)feitos em profusão, de autoria de figuras necrófilas, emergem produções luminosas de figuras amantes da vida, a exemplo de Paulo Freire, a quem muito bem se pode aplicar um dito da cultura judeu-cristã, sobre os seres humanos justos: “Tudo o que fazem prospera” (sl. 1, 3), ao contrário do destino da estupidez dos necrófilos: o desprezo e o esquecimento. Enquanto a estupidez e o obscurantismo não cessam de atormentar o povo dos pobres, no Brasil e no mundo, consola-nos saborear preciosidades produzidas por figuras como Paulo Freire e outras, cujos escritos seguem alimentando, como fagulhas de esperança, as pessoas e comunidades e movimentos que ousam ensaiar passos de resistência propositiva a esses descaminhos de barbárie.

Nas linhas que seguem, alegra-nos revisitar um ensaio escrito por Paulo Freire, intitulado: “O papel educativo das Igrejas na América Latina”, texto que integra seu conhecido livro *Ação Cultural para a Liberdade*. O referido ensaio, alvo de nossas considerações, foi escrito em 1971, em Genebra, publicado em inglês sob o título “Education, Liberation and the Church”. Nele, Freire dialoga criativamente com a então nascente Teologia da Libertação, com tal competência que um dos autores de referência da TdL, Clodovis Boff, em seu livro “Comunidade Eclesial – Comunidade Política” (Vozes, 1978), não hesita em incluí-lo no rol dos teólogos da libertação.

No referido ensaio, Paulo Freire começa por desmascarar uma suposta neutralidade, tanto no que fazer educativo, quanto no posicionamento da Igrejas cristãs. Qualquer tentativa de neutralidade é vã, além de acabar por revelar-se a favor da dominação. Em seguida, valendo-se da figura emblemática da páscoa, entendida como travessia na Práxis trata de percorrer criticamente os caminhos da Tradição de Jesus, que conduzem da morte à vida, da escravidão à libertação. E o faz centrado

atenção em seus protagonistas, caracterizando suas ações no mundo, bem como no processo educativo vivenciado pelas Igrejas cristãs, tendo como pano de fundo o contexto latino-americano.

Cuida de analisar criticamente o papel educativo, desenvolvido pelas Igrejas cristãs, em seu cotidiano conflitivo. Estas, por sua vez, se vêem desafiadas por um contexto de exploração, de dominação e de marginalização, ao qual está sujeita a enorme maioria da população latino-americana, sobretudo o povo dos pobres. Diante de tal desafio, as cidadãs e cidadãos cristãos se acham interpelados a definirem sua posição – ou de subserviência e cumplicidade com as classes dominantes, ou de compromisso libertador com a causa dos oprimidos, não havendo lugar para meio termo, nem neutralidade, o que objetivamente representaria favorecimento aos “de cima”. A esta altura, empreende uma crítica pertinente aos que teimam aderir a uma postura neutra, impossível. Analisa o comportamento contrastante, de um lado dos “inocentes ou ingênuos”, e, de outro lado, dos espertos.

Em relação aos primeiros, trata de problematizar sua postura, buscando desmontar pretextos baseados em sua suposta “pureza”, superioridade, santidade, enfim, imunidade em relação às coisas do mundo, com a vã pretensão de apego exclusivo às coisas celestes, enquanto se atrevem a pensar o povo como inferior, impuro... Dada a força dos argumentos contrapostos aos “ingênuos”, estes se sentem forçados a escolherem – agora, conscientemente – sua verdadeira posição: ou de teimarem enganar a si próprios, e assim passando a defender a causa dos opressores, traindo assim a causa evangélica, ou a de aceitarem correr o risco de aderirem à causa dos “debaixo”. Pedindo escusas pela extensão da citação, mas ousando fazê-lo

pela força dos argumentos utilizados por Freire, permitimo-nos reproduzir suas próprias palavras:

Os “inocentes”, por sua vez, através de sua própria prática histórica, ao desvelar a realidade e sendo nela desvelados, tanto podem assumir a ideologia da dominação, transformando, assim, sua “inocência” em “esperteza”, quanto podem renunciar a suas ilusões idealistas. Neste caso, então, retiram sua adesão acrítica às classes dominantes e, comprometendo-se com as classes oprimidas, iniciam uma nova aprendizagem com elas. Isto implica na renúncia de seus mitos, tão caros a eles. O mito de sua “superioridade”, o mito de sua pureza de alma, o mito de suas virtudes, o mito de seu saber, o mito de que sua tarefa é salvar os pobres. O mito da inferioridade do povo, o mito de sua impureza, não só espiritual, mas física, o mito de sua ignorância absoluta.

Cedo percebem que a indispensável Páscoa, de que resulta a mudança de sua consciência, tem realmente de ser existenciada. A Páscoa verdadeira não é verbalização comemorativa, mas práxis, compromisso histórico. A Páscoa na verbalização é “morte” sem ressurreição. Só na autenticidade da práxis histórica, a Páscoa é morrer para viver. Mas uma tal forma de experimentar-se na Páscoa, eminentemente biofílica, não pode ser aceita pela visão burguesa do mundo, essencialmente necrofílica, por isso mesmo estática. A mentalidade burguesa tenta matar o dinamismo histórico e profundo que tem a Passagem. Faz dela uma simples data na folhinha. A ânsia da posse, que é uma das conotações da forma necrofílica de ligação com o mundo, recusa a significação mais profunda da Travessia.

Na verdade, porém, não posso fazer a Travessia se carrego em minhas mãos, como objetos de minha posse, o corpo e alma destroçados dos oprimidos. Só posso empreender a Travessia com eles, para que possamos juntos renascer como homens e

mulheres libertando-nos. Não posso fazer da Travessia um meio de possuir o mundo, porque ela é, irredutivelmente, um meio de transformá-lo. Da mesma maneira, aprendem que a consciência não se transforma através de cursos e discursos ou de pregações eloquentes, mas na prática sobre a realidade. (https://www.academia.edu/38319336/Paulo_FreireA%C3%A7%C3%A3o_cultural_Para_a_liberdade_e_outros_escritos.pdf)

Trata-se, como se percebe, de um exercício de diálogo freireano com a abordagem característica da então nascente Teologia da Libertação, a esta altura protagonizada por figuras tais como Gustavo Gutierrez, Hugo Assmann, James Cone, entre outros. Uma abordagem que se tem revelado inovadora, diante de séculos de subserviência das principais forças eclesásticas à ideologia do sistema dominante. Uma abordagem que, fundada no conhecido método ver-julgar-agir, e inspirada no Movimento de Jesus, se empenha, em recuperar a memória histórica das práticas e dos ensinamentos do Evangelho, do Reino de Deus, que Jesus veio anunciar e inaugurar, de modo profundamente enraizado na vocação libertária dos oprimidos. Tentando atualizar tal abordagem, diante da realidade presente, cuidamos de observar que saltam aos olhos pontos de coincidência do que hoje experimentamos com o ensaio Freireano. Durante a última campanha eleitoral, no Brasil, tal situação volta à cena, sob vários aspectos. Dentre os “inocentes”, se acham vários extratos da população, inclusive parcelas expressivas de cristãos e cristãs – católicos e evangélicos.

Também estes, ao descobrirem a vã tentativa de neutralidade diante do espectro político-eleitoral, e fortemente atraídos pelas redes sociais comandadas pelos massivos disparos de “Fake News” (fenômeno idêntico ao que se produziu durante a campanha que resultou na eleição de Trump), por parte do pior dos candidatos – o mais despreparado, o que já havia dado

provas evidentes de adesismo à Ditadura Militar, após ter feito clara apologia à tortura, ao idolatrar a figura do Coronel Ustra, ao divulgar vídeos de racismo expresso contra Negros, contra povos originários, após dar provas de posturas claramente homofóbicas, misóginas, de idolatria à figura de Trump, ainda assim passam a uma adesão cega e incondicional, mesmo tendo certeza das estúpidas distâncias entre o comportamento do candidato e a fonte principal de sua fé, os evangelhos...

Retomando nosso emblemático ensaio freireano, damos conta de que tal é a força transformadora da memória histórica, que, seja de modo expresso, seja de modo implícito, situações, fatos e acontecimentos do dia-a-dia resultam prenes de sua presença vivificante. Isto também se dá com escritos emblemáticos, de autoria de figuras de referência, como a de Paulo Freire. Um deles, trazemos ao debate, num contexto sombrio, no qual o texto da lavra de Paulo Freire se revela emblemático e oportuno. Oportuno, também, do ponto de vista de consideráveis parcelas de nossa população, as que se confessam cristãs. Referimo-nos ao atual tempo litúrgico celebrado pelo mundo cristão – o tempo da Quaresma, antecâmara da Páscoa, sobre o qual o referido texto finca algumas de suas bases de argumentação, fazendo aí transparecer um de seus traços existenciais: o de sua inserção existencial também como um cristão, aí exercitando argumentos teológicos notáveis, como o da categoria “Páscoa”, “Travessia”.

Em uma tentativa sinótica, que aspectos mais fortes ousaríamos salientar do cinquentenário ensaio da lavra de Paulo Freire, meio século depois de ser escrito? Resumidamente, destaquemos os seguintes:

– a memória histórica, desde que exercitada, não como uma incitativa de saudosismo – de quem interpreta o

passado como coisa morta -, segue sendo uma fonte poderosa de reabastecimento e reenergização de nossas forças transformadoras da realidade hegemônica, em busca de permanente alternatividade, isto é, de superação da ordem vigente, em busca de um novo modo de produção, de um novo modo de consumo, de um novo modo de gestão societal, que se vá processando, ainda que molecularmente, a partir de nossas organizações de base, especialmente dos movimentos populares;

– o ensaio freireano se nos revela de rara oportunidade, nesses tempos de obscurantismo, marcados por uma gestão governamental fundada na mentira, na traição mais perversa dos interesses nacionais, colocados a serviço da barbárie representada pelas sucessivas trapalhadas de uma figura tenebrosa, como a de Trump, feito presidente pela força de “fake News”, de modo muito similar ao que se passou no Brasil;

– o ensaio freireano nos interpela, pessoal e coletivamente – em especial, a nossas organizações de base -, no sentido de que em vão esperamos que a libertação dos “de baixo” venha como presente ou dádiva dos “grandes deste mundo”, mas como protagonismo, como práxis cotidiano de reinvenção da Política, cujos sujeitos, rememorando tempos frutuosos de suas ações, se empenhem incansavelmente em ensaiar passos alternativos à barbárie, seja na esfera organizativa, seja no campo formativo, seja no plano da mobilização, a partir da retomada, em novo estilo, de nosso enraizamento no povo do campo e das periferias urbanas, sem cujo protagonismo falecem nossos ideais de uma nova sociedade.

João Pessoa, 20 de março de 2019

P.S. Hoje, comemoramos 39 anos do assassinato, em El Salvador de Dom Oscar Romero, cuja trajetória de pastor

profeta foi também marcada por esta Travessia de que fala Freire, isto é, de uma posição antes ingênua, passa à condição de verdadeiro discípulo de Jesus de Nazaré, alimentado por um profundo aprendizado de compromisso com a causa libertadora de seu povo. Tornou-se uma grande referência para as cristãs e cristãos de hoje.

Capítulo 11

*Igreja católica: muito a mudar! Que tal começar pelas relações de gênero?*¹⁵

“Reformatata, Ecclesia semper reformanda est”

Mantidos distantes e de consciência anestesiada, em face dos problemas centrais de sua(s) Igreja(s), Católicos e reformados em sua imensa maioria, continuam a seguir acriticamente as orientações de suas lideranças, quase todas masculinas, fazendo ouvidos moucos à sua vocação de copartícipes e corresponsáveis nos processos de decisão de suas respectivas Igrejas, deixando assim de escutar o que o Espírito Santo lhes tem a dizer. Em uma de suas tantas entrevistas concedidas, o teólogo José Comblin, desta vez ao jornalista da Rádio chilena Bio Bio, perguntado sobre o que achava que devia mudar na Igreja, não hesitou em responder, em seu tom irônico e hiperbólico: “todo”... Nas linhas que seguem, é justamente este ponto que ousamos destacar.

As considerações que seguem, embora se destinem mais diretamente à Igreja Católica Romana, podem estender-se, em alguns pontos, a outras Igrejas Cristãs. Um rápido olhar ao que se passa cotidianamente em nossas Igrejas é suficiente para nos darmos conta das manifestas disparidades presentes na Igreja Católica no que concerne, inclusive às relações de gênero. A esse respeito diversas vozes profetas se têm pronunciado, não faltando a de alguns cardeais. Um deles, Carlo Maria Martini,

15 Esse texto foi publicado originalmente em: 05/01/2020 e pode ser acessado em: <https://consciencia.net/igrejacatolica-muito-a-mudar-que-talcomecar-pelas-relacoes-de-genero/>

em sua última entrevista, não hesitou em afirmar que a Igreja Católica se encontra atrasada em 200 anos (Cf.https://www.corriere.it/cronache/12_settembre_02/le-parole-ultima-intervista_cdb2993e-f50b-11e1-9f30-3ee01883d8dd.shtml).

Há 50 anos atrás, mais precisamente durante a penúltima e a última sessões do Concílio Vaticano II (1962-1965), ao presidir a uma daquelas sessões, o cardeal belga Leo-Jozef Suenens ousou pedir aos padres conciliares que olhassem para seu lado (de um lado e de outro) e perguntou-lhe onde estavam as mulheres que correspondem à metade da Igreja... (Cf: <https://www.toscanaoggi.it/Vita-Chiesa/L-altra-meta-del-Concilio>) Como em todo legado humano – de avanços e de retrocessos, de conquistas e de reveses -, também do acervo judeu-cristão podemos recolher frutos de vida ou de morte, Vem-nos à memória, no momento, um trecho do Livro do Profeta Jeremias, mais precisamente a narrativa de sua vocação: “, Olha, ponho-te neste dia sobre as nações, e sobre os reinos, para arrancares, e para derrubares, e para destruíres, e para arruinares; e também para edificares e para plantares.” (Jr 1,10).

Algo semelhante também podemos dizer em relação ao Povo de Deus da Antiga e da Nova Aliança, bem como à Igreja em sua caminhada. Com efeito, ao revisitarmos sua trajetória podemos extrair de seu baú coisas admiráveis e outras nem tanto. Do mesmo baú, nós podemos retirar a bela experiência de vida das primeiras comunidades cristãs: de solidariedade, partilha fraterna, recolhendo de cada um o que cada um pode oferecer, e, ao mesmo tempo, distribuindo a cada qual, conforme suas necessidades. Da mesma tradição, podemos, com alegria destacar o testemunho de figuras expressivas – a beleza de um Francisco de Assis e de uma Clara de Assis. O compromisso com o Evangelho testemunhado pelos Valdenses e pelas Beguinhas. Ao mesmo tempo, desta tradição, podemos retirar coisas

desagradáveis, correspondentes a muitos contratestemunhos apresentados pela mesma Mãe Igreja. Buscando resumir a extremo, podemos dizer que um dos maiores contratestemunhos tem a ver com sua instituição em forma de Estado.

Eis uma longa e desafortunada história de contratestemunhos observáveis ao longo de sua história, durante séculos, e perdurando até ao presente. Durante a realização do Concílio Vaticano II, graças à amizade de Dom Helder com o Papa Paulo VI, que se conheceram antes de ele se tornar papa, Dom Helder teve a bendita iniciativa de sugerir ao Papa iniciativas tais como: deixar sua residência no Vaticano e ir morar numa residência mais simples; ousar afastar vários elementos pomposos da Igreja-Estado, entre outras. Certa vez, o Papa Paulo VI dirigiu-se a Dom Helder, solicitando que lhe entregasse por escrito essas e outras sugestões. Tempos depois, Dom Helder recebeu como resposta que suas sugestões eram preciosas, mas estavam fora do alcance do Papa, dado o peso extraordinário de sua estrutura.

Outro Episódio, do qual é protagonista O próprio Dom Hélder Câmara, remete-nos a um filme documentário, intitulado “o santo Rebelde”, acerca do próprio Dom Hélder. Já no fim do referido documentário, aparece, legendada na tela, a narrativa de um de seus sonhos. Nele, Dom Hélder dizia ter sonhado que o Papa enlouquecera, e começava a atear fogo no Vaticano, adentrando o banco do Vaticano, saía com sacos de dinheiro e, do Alto da janela, distribuindo todo esse dinheiro na intenção dos pobres. Dirigindo-se aos diplomatas ali instalados, deles se despedia, pedindo que voltassem para seus respectivos países e assim por diante...

No finalzinho desta narrativa, é ainda do próprio Dom Hélder o seguinte comentário acerca do sonho: “que cristãos somos nós, que para dizer a verdade, recorreremos ao sonho...

Mais de 50 anos passados, é a mesma Igreja Católica abençoada com a chegada do Papa Francisco, cujo testemunho tem sido amplamente reconhecido como alguém que tem feito muita diferença, na sombria história da igreja católica, a medida que, quase sete anos após Assunção de suas funções, não se cansa de chamar a igreja a conversão, não se limitando a dizer isto com palavras, mas principalmente pelo seu exemplo, pelas suas atitudes, percorrendo como profeta Missionário todos os continentes, bem como também por meio de seus escritos, dos quais “a Alegria do Evangelho e a Laudato si” correspondem a sua mais densa mensagem Profética. Em que Pese este denso testemunho, muito pouca coisa tem mudado na velha estrutura eclesiástica.

Seu formato de Estado segue muito pouco tocado. Sua forma de organização continua apresentando-se por meio da cúria Romana, dos Dicastérios, das nunciaturas, das estruturas diocesanas e paroquiais, sem alterações significativas, à vista. Refletindo sobre esta estrutura que segue sendo quase imutável, não obstante a tentativa feita durante a realização do Concílio Vaticano segundo, realizado entre 1962 e 1965, e apesar da tentativa feita na votação e aprovação de alguns de seus 16 documentos finais, inclusive a Constituição “Lumen gentium” e a constituição “Gaudium et Spes”, para citar apenas estes dois exemplos, a centralidade na condução da igreja e de suas decisões segue sendo A Hierarquia, em especial a Cúria Romana e os bispos em vez do Povo de Deus, como consta da “Lumen gentium”.

De lá para cá, tantas outras importantes iniciativas foram realizadas, sempre em busca de pôr em prática as decisões conciliares referindo-se a colegialidade, a participação dos leigos e leigas, ao enxugamento de sua pesada estrutura, e mesmo assim, muito pouca mudança podemos observar. Não nos

esqueçamos, inclusive, de que durante estas décadas, tivemos momentos privilegiados, tais como o da realização da segunda conferência Episcopal latino-americana, realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968 e a terceira Conferência Episcopal latino-americana, realizada 11 anos após, isto é, em 1979, no México. Momentos extraordinários de esperança e de busca de mudança na igreja católica, em especial no intenso chamamento a sua conversão à causa Libertadora dos pobres.

Mesmo assim de lá para cá, mais de meio século se passou, e as estruturas eclesiais seguem rígidas com poucas alterações. Numa das raras iniciativas de caráter Pastoral- Profético foi o que passou a ser chamado de “Pacto das Catacumbas”, no qual cerca de 40 participantes, entre bispos, arcebispos e Cardeal e outros padres conciliares, num texto memorável, composto de treze pontos, comprometeram-se, de volta as suas respectivas dioceses, espalhadas por vários países dos cinco continentes, à abdicarem de serem reverenciados com o pomposo tratamento de Excelências, a deixarem seus Palácios episcopais, indo morar em casas simples, mais perto do Povo, bem como sobretudo a passarem a levar uma um estilo de vida modesto.

Com certeza, foi enorme o impacto desta iniciativa, realizada a menos de um mês do encerramento da última sessão do Concílio Vaticano Segundo tal foi o seu impacto que na realização tanto da conferência de Medellín, quanto na realização da conferência de Puebla, o pacto das catacumbas teve importante influência sobre o episcopado Latino Americano e sobre outros seguimentos da igreja católica. Por ocasião das comemorações dos 50 anos do mesmo pacto das catacumbas, foram produzidos livros e documentários sobre este acontecimento. Um deles teve a forma de um vídeo, no qual se ouviam algumas figuras originárias deste pacto das catacumbas.

Um deles, Dom Antônio Batista Fragoso, Bispo de Crateús, Ceará, expressava seu sentimento acerca do pacto das catacumbas, destacando tratar-se de uma tentativa, por parte de seus signatários, de sublinhar a vocação da igreja católica a acolher e a apoiar a causa Libertadora dos pobres. Já o Concílio Vaticano Segundo havia destinado um lugar aquém do desejável. Este mesmo Bispo reconhecia que o Concílio Vaticano segundo muito havia avançado no que diz respeito ao diálogo com a modernidade, tendo-lhe, porém, faltado tratamento semelhante em relação a causa dos pobres.

Subscrevendo as palavras de Dom Fragoso, mais de meio século depois, entendemos, por outro lado, oportuno registrar o quê, mesmo em relação a modernidade, muitas lacunas persistiram, nos próprios documentos conciliares. uma delas prende-se a questão da mulher na igreja. A este respeito, devemos lembrar que apenas 23 mulheres, das quais 10 religiosas e 13 leigas, foram convidadas, já nas últimas sessões de 1964 e 1965 a participarem como ouvintes das sessões conciliares. Há de se convir que 23 participantes ouvintes, no universo de mais de 2500 masculinos, não representam propriamente um fato extraordinário, para se dizer o mínimo. Ainda assim, vale destacar a coragem profética de alguns participantes do Concílio Vaticano segundo inclusive um que chegou a presidir algumas das aulas conciliares.

Tratava-se do cardeal belga Leo Josephe Suenens, do qual relatamos o episódio. Tomando em conta esses registros, com alguns avanços e diversas lacunas, é que cuidamos, nas linhas que seguem, reafirmar enfaticamente a necessidade e a urgência de Profundas mudanças na na organização estrutural da Igreja Católica Romana. Vários aspectos, inclusive o ligado a sua estrutura Imperial, herdada do Império Romano, com base estatal ainda hoje funcionando são, com efeito, muitas as

mudanças a serem empreendidas. Concentramo-nos, todavia, apenas em um aspecto: o lugar das mulheres na igreja, ou seja a necessidade e urgência de se repensar um sentido das relações de gênero, ao interno da Igreja Católica Romana.

Neste sentido, ao final da sessão de encerramento da nona semana teológica Padre José comblin, realizada em outubro do ano passado, por sugestão de algumas uma das palestrantes, e acolhimento caloroso da maioria daqueles participantes, decidiu-se trabalhar o tema das mulheres na igreja, na realização da décima semana Padre José comblin. Também por esta razão, buscamos focar mais detidamente aspectos desta questão desafiadora.

Por uma igreja renovada também nas relações de gênero

Tal como tudo o que é humano, também a igreja (Católica ou Reformada) é continuamente chamada a renovar-se, a reconhecer e buscar superar seus próprios limites. Neste sentido, a Igreja Católica (e as demais cristãs) tem um longo caminho a percorrer, se sente verdadeira discípula-missionária de Jesus de Nazaré, que veio “não para ser servido, mas para servir”. Instituída, como vem há séculos, desde o Imperador Constantino (século IV), assumindo a forma de um Estado, não sinaliza fidelidade ao Seu Mestre, mas, antes, se rende aos caprichos do poder de uns poucos sobre o conjunto dos membros da Igreja, assumindo, como acima mencionado, território próprio, chefes distantes do povo, estrutura financeira pomposa (Banco do Vaticano), sistema judiciário orientado pelo seu famigerado Direito Canônico, estrutura diplomática (Nunciatura) semelhante ao de outros Estados, além de outros elementos organizativos, tais como Dioceses e Paróquias (aludindo a uma estrutura do Império Romano).

Tendo em vista a complexidade e a extensão dos elementos a serem tomados em conta, neste processo de renovação, no presente item, cingimo-nos apenas aos aspectos concernentes às relações de gênero ao interno da Igreja Católica, mesmo sabendo de suas conexões orgânicas com tantos outros elementos a serem igualmente objeto de mudança. Tratamos, em seguida, de compartilhar alguns pontos e questionamentos, no sentido de buscar contribuir com o enfrentamento exitoso deste desafio. Partimos da própria condição humana na qual Jesus se incarnou, tornando-se partícipe das circunstâncias históricas, bem como de nossas angústias, alegrias, lutas e esperanças que todos experimentamos, ao longo do processo de humanização. Ao irmanizasse tão radicalmente, Jesus nos acena e nos convida a seguirmos seu exemplo, nas relações do dia-a-dia, envolvendo também as relações de gênero.

Neste sentido, compartilhamos algumas perguntas, do tipo:

– O que nos dizem os Evangelhos sobre o modo como Jesus atuava no meio de sua gente, ao percorrer os caminhos e as aldeias da Galileia?

– Em sua vasta itinerância pelas estradas da Galileia, de quem Ele se acompanhava? Somente de homens? Quantas mulheres sempre o acompanharam, bem além de sua mãe, de Maria Madalena, de Marta e Maria e de tantas outras?

– Que papel mulheres e homens seguidores de Jesus desempenhavam, na distribuição das tarefas e serviços, durante Sua missão itinerante?

– E nas primeiras comunidades cristãs, nas contínuas reuniões e encontros de comemoração da Ceia do senhor, como se dava a organização destes momentos, inclusive no que se refere à bênção dos alimentos e sua distribuição, sua partilha?

– Onde está escrito, nos textos neotestamentários, que cabia somente a homensabençoar a Ceia do senhor, ou mesmo presidir, com exclusividade?

– Onde encontrar fundamento sólido para a defesa de argumento, segundo o qual somente a varões coubesse a tomada de decisões relativas ao conjunto das comunidades?

– Terá sido esta uma iniciativa inspirada na Tradição de Jesus de Nazaré ou, antes, na tendência crescente, sobretudo desde o século IV, com a intervenção do Imperador Constantino, de se conferir privilégios a alguns homens (o clero), em detrimento do conjunto de membros das comunidades cristãs?

– Como comprovar a consistência deste modo secular de proceder, desde o espírito fraterno e de partilha legado por Jesus e pelas comunidades primitivas?

– E o que dizer com relação a tantos avanços que, pela animação do próprio Espírito do ressuscitado, se fizeram e vem se fazendo ao longo de nossa história?

– Como justificar, em pleno século XXI, à luz de tantas mudanças positivas observáveis em nosso mundo, no que diz respeito às relações de gêneros, de etnia, de geração, e tantas outras, que teimemos em seguir praticando o sexismo, o racismo, a gerontocracia e outros vícios evangelicamente insustentáveis?

– No que toca mais explicitamente às estruturas internas da Igreja Católica Romana, como justificar que suas decisões centrais, tomadas nos mais variados campos (administrativo, disciplinar, jurídico, litúrgico, pastoral, ministerial, etc., etc., etc.?) continuem sendo privilégio de um percentual mínimo da parcela do Povo de Deus componente da mesma Igreja Católica Romana?

Por outro lado, faz-se urgente compreender o longo tempo (talvez abusivo) que se vem tomando, sem que iniciativas a altura da necessária retificação de tal rumo e de tal modo

de organizar-se, venham sendo tomadas. Não esqueçamos as vozes proféticas que, há mais de cinquenta anos, vêm clamando nesta direção. Em especial, as mulheres, as mais diretamente afetadas por tal estrutura androcêntrica. Neste sentido, convém especial atenção a múltiplas iniciativas que as mulheres – leigas e religiosas – vêm apresentando há décadas, especialmente por meio de sua reconhecida contribuição às pesquisas teológicas, particularmente no campo da teologia feminista.

Esta contribuição merece ser tomada mais a sério, eis que, não raramente, figuras masculinas, representativas da estrutura eclesial, cometem deslizes, dando inclusive a entender que tenha havido um processo de inclusão crescente das mulheres na Igreja, quando sabemos que quase todas essas iniciativas (concessões) estão longe de alcançar seus justos reclamos. Elas não se contentam com uma participação figurativa, mas exigem respeito a sua condição de mulher, a sua condição de católicas, ao seu direito de decidirem, junto com os homens da mesma Igreja, sobre os rumos e a forma de organização do conjunto de Católicas e Católicos.

Capítulo 12

*O “Grito dos excluídos e excluídas na Paraíba”:
elementos retrospectivos com propósito prospectivo.*¹⁶

Surgimento e evolução da experiência do Grito dos Excluídos, no Brasil

Na primeira metade dos anos 1990, na esteira ou como desdobramento das Semanas Sociais promovidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tem início a iniciativa do GRTO DOS EXCLUÍDOS. Desde sua primeira edição, o GRITO tem buscado expressar em público os clamores e as aspirações dos segmentos mais injustiçados de nossa sociedade: as crianças em situação de abandono; as multidões de pessoas desempregadas; os clamores pela Reforma Agrária, contra a violência sobre os Trabalhadores e Trabalhadoras e os Povos do Campo, das Águas e das Florestas; denunciar a violência contra as mulheres, contra as pessoas do segmento LGBT, contra os jovens, contra a população Afro-brasileira, as injustiças contra as pessoas com deficiência, contra as pessoas idosas, contra a multidão dos “sem” (saúde, educação, terra, trabalho, casa, etc.).

A experiência do GRITO surge, pois, da convicção de que as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais de uma sociedade são obra de suas forças organizadas, as que experimentam na pele as agruras do dia-a-dia das estruturas

16 Esse texto foi originalmente publicado em: 02/08/2013 e pode ser acessado em: <https://consciencia.net/o-grito-dosexcluidos-e-excluidas-na-paraibaelementos-etrospectivos-compropósito-prospectivo/>

de desigualdade e de negação dos direitos humanos, sociais, civis, econômicos, políticos, culturais, ecológicos, Trata-se, pois, de se lançar um GRITO de denúncia e de reivindicação de Cidadania, nas mais diferentes áreas: do desrespeito aos direitos humanos mais fundamentais à ausência ou insuficiência das políticas públicas; das desigualdades sociais reinantes nas relações de gênero, nas condições de trabalho, no tratamento aos diferentes, nas relações geracionais, de etnia, nas condições reinantes no sistema prisional, etc., etc.

Tem-se entendido, desde o começo, que a ocasião mais propícia para se soltar esse GRITO é durante as comemorações da Semana da Pátria, especialmente no Dia 7 de Setembro, ou nos dias precedentes.

A experiência do Grito dos Excluídos e Excluídas na Paraíba

Na Paraíba, o Grito dos Excluídos e Excluídas vem sendo assumido como a culminância na primeira semana de setembro de cada ano, de uma sucessão de práticas organizativas, formativas e mobilizadoras, vivenciadas de forma articulada e com metodologia própria pelas forças protagonistas, antes, durante e depois da realização do Ato propriamente dito. Momentos-fortes da construção do GRITO DOS EXCLUÍDOS na Paraíba (antes, durante e depois da realização do GRITO). Nas atividades do Pré-Grito: reuniões regulares iniciadas uns três meses antes da realização do ATO PÚBLICO DO GRITO, com objetivos ao mesmo tempo organizativos, formativos e de mobilização:

- * identificar e chamar as diferentes forças sociais a construir juntas o Grito;
- * estudar os materiais do GRITO, relativos ao tema de cada edição;
- * construir um calendário comum de atividades até o dia do GRITO;
- * definir, com base no tema e nos materiais do GRITO, quais serão os eixos de lutas a serem priorizados, naquele ano, dependendo da conjuntura estadual e local específica;
- * criar comissões de articulação, de divulgação/comunicação, de infraestrutura e finanças, de metodologia de organização das atividades a serem realizadas antes, durante e depois do GRITO;
- * realização, em distintos municípios e bairros, de atividades mobilizadoras ligadas à temática do GRITO (seminários, debates, feiras agroecológicas, etc.
- * além das reuniões regulares (semanais, no caso de João Pessoa) ampliadas, há também de reuniões específicas de cada comissão, para se ter controle sobre os desafios e as tarefas necessárias a cada comissão.

Na preparação imediata para o Dia do GRITO

É assim que se tem conseguido viabilizar a realização do GRITO em vários municípios da Paraíba, na primeira semana de setembro. Para a realização do GRITO, também se conta com a realização de oficinas para a construção de faixas, cartazes e outros materiais, inclusive a elaboração coletiva, com base nos eixos priorizados, do texto/carta do Grito, bem como a definição de blocos (por eixo de luta), o roteiro da passeata, os pontos de parada para intervenções dos representantes de cada eixo, os cantos, a animação...

Para além do GRITO

Reduzir-se tudo a um único dia seria não entender bem o significado do DIA DOS EXCLUÍDOS, do alcance de suas lutas e da necessidade de sua persistência. Por isso, depois do dia propriamente dito, há necessidade de se seguir encontrando, com vários objetivos:

= avaliar como foi o GRITO, se alcançou ou não os objetivos, o que deu certo, o que não foi bem, as responsabilidades, o que fazer para corrigir as falhas;

= realizar seminários e encontros de formação nos bairros, nos municípios, buscando aprofundar os temas do GRITO, mas sobretudo para cobrar das instâncias responsáveis o cumprimento das reivindicações;

= assumir conjuntamente com outros protagonistas pautas de lutas comuns, durante o segundo semestre (por ex.: Semana da Consciência Negra, lutas indígenas e camponesas e outras).

Capítulo 13

*Mercantilização da vida, suprassumo da religião capitalista.*¹⁷

Em tempos de COVID-19, aparecem mais evidenciados os sinais da barbárie do capitalismo, em sua fase/face atual, hegemônica pelo capital fetichista, pelo espírito financista. Nestes primeiros meses de 2020, temos acompanhado o espalhamento progressivo do novo Coronavírus, pelo mundo, pelo Brasil... enfrentamos, com efeito, uma verdadeira guerra, em escala internacional, a afetar as mais diversas esferas da realidade. Também a esfera religiosa assume relevante posição, nesta guerra.

O propósito destas linhas prioriza o exercício de uma reflexão crítica em torno da esfera religiosa, em especial das manifestações declaradamente cristãs, examinando seu comportamento diante da profunda crise que a humanidade vem atravessando. Instigado também por reflexões emblemáticas desenvolvidas por alguns pesquisadores e pesquisadoras de grande respeitabilidade, dentro e fora da Academia, dentre os quais a figura do Sociólogo Michael Löwy, sentimo-nos fortemente motivados a compartilhar algumas intuições acerca do papel de igrejas cristãs, conhecidas mais frequentemente como igrejas neopentecostais, diante dos desdobramentos e da crise sanitária.

17 Esse texto foi publicado originalmente em: 24/04/2020 e pode ser acessado em: <https://consciencia.net/mercantilizacao-da-vida-suprassumo-da-religiao-capitalista/>

Enquanto avança a onda ameaçadora e letal da COVID-19 pelo Brasil e pelo mundo, importa conhecer como os diversos sujeitos sociais (econômicos, políticos, culturais e também religiosos) se colocam diante desta adversidade. No caso dos grandes agentes econômicos, capitaneados pelos financistas e seus aliados, podemos acompanhar sua voracidade incessante, buscando auferir vantagens e lucros também no transcurso desta crise, como, aliás, este setor tem feito em todas as crises precedentes. No caso específico do Brasil, podemos observar a voracidade com que os bancos e os grandes fundos de investimento se assanham, a procura do governo brasileiro, especialmente dos dirigentes da Economia, à cata de maquinarem seus ganhos astronômicos, ainda que à custa da enorme crise que se abate sobre o Brasil e o mundo. A este respeito, resulta escandalosa a notícia dando conta de uma “entrevista” concedida, pelo presidente do Banco Central do Brasil, a agentes financeiros da corretora XP Investimentos. Em tempos menos despudorados, esse tipo de entrevista se concedia a jornalistas, não a diretamente a agentes do Mercado... Mais uma vez, os grandes agentes financistas dão prova de extrema insensibilidade e despudor em relação ao sofrimento indescritível de centenas de milhares de pessoas atingidas pela atual crise. Neste sentido, cuidamos de entender o caráter fetichista, religioso, como se comportam os grandes sujeitos econômico -financeiros, pelo mundo afora, inclusive no Brasil.

No âmbito das forças políticas, também observamos o comportamento necrófilo com que atuam estas forças, que aparentemente se apresentam dissociadas da corrente política mais extremada, a do bolsonarismo, que congrega em torno de si da terça parte da sociedade brasileira – com maior ênfase no segmento dito evangélico nas Milícias e em setores expressivos das próprias Forças Armadas -. A corrente da direita tradicional

desponta, especialmente no que diz respeito ao programa político do desgoverno Bolsonaro, bem representado na figura do Ministro da Economia, Paulo Guedes, como forte aliada e defensora de seu programa. A direita tradicional, aí tem um relevante papel de sustentação, não obstante seu queixume contra os “excessos” do desvairado presidente Bolsonaro. Este segmento da direita tradicional, composto pelos principais dirigentes e líderes das forças da câmara e do senado, tem contado com o apoio, por vezes entusiástico, da mídia corporativa. Com efeito, foram estes mesmos segmentos da direita tradicional que, movidos pelo ódio contra o lulopetismo, acabaram votando na figura repulsiva de Jair Bolsonaro, cujo tenebroso histórico era evidenciado, inclusive durante a campanha presidencial. Este nunca escondeu seu verdadeiro projeto autoritário ditatorial de simpatia com figuras tenebrosas defensoras da tortura e do retorno da ditadura militar, sem esquecermos sua absoluta falta de conhecimento de economia e de gestão pública. Pois bem, foi esta figura, a que mereceu apoio e votos vergonhosos dos setores tradicionais da direita, no Brasil.

Quanto aos agentes culturais, o governo Bolsonaro, já desde a campanha presidencial, apontava claramente quais seriam suas preferências: os segmentos mais obscuro santistas ditos evangélicos, negacionistas a valores científicos já consolidados – parte desses setores não hesita em manifestar-se contra a constatação da esfericidade da terra... A partir, então, da chegada a presidência de Jair Bolsonaro, com o ministério escolhido a dedo, estas forças obscurantistas e negacionistas, atuantes nos ministérios chave (educação, cultura, direitos humanos, entre outros, passam a normatizar, nas diversas esferas governamentais, medidas e procedimentos completamente afinados com suas crenças tenebrosas.

Outra sanha necropolítica se dá no âmbito sócio-ambiental já no primeiro semestre do seu governo, eis que se multiplicam as denúncias de incentivo aos incêndios das florestas e as invasões de terras indígenas, quilombolas e de áreas socioambientais legalmente protegidas. E, multiplicam-se os mecanismos de desmonte dos organismos responsáveis pela vigilância e pelo cuidado socioambientais, ao mesmo tempo em que se sucedem declarações oficiais e oficiosas de incentivo aumento da extensão de terras agricultáveis (para a pecuária do agronegócio), ainda que à custa da devastação da cobertura florestal, bem como do incentivo a invasão de terras indígenas, em busca da exploração ilegal do subsolo, de minérios, sob a orientação de grandes empresas de mineração trata-se da instalação e do fortalecimento da necropolítica de uma cultura de morte atacar forças culturais estabelecidas e de grande respeitabilidade nacional uma devastação cultural!

Nas linhas que seguem, nosso objetivo é o de compartilharmos algumas indagações que nos perseguem, ao tempo em que ousamos enunciar algumas intuições, em vista de uma compreensão mais objetiva das Profundas raízes destes impasses.

Em oportunidades precedentes, cuidamos de tentar compreender a complexidade e a extensão da Realidade Atual, por meio de textos antes compartilhados (<http://textosdealdercalado.blogspot.com/>). Este tem o propósito específico de concentrar a atenção sobre o lugar da religião, tal como representada pelos principais líderes de igrejas neopentecostais e outras expressões ditas cristãs, claro apoio a devastação a civilização, tudo feito em nome dos valores religiosos, do modo como pastores e outras lideranças religiosas os entendem e vivenciam.

Situando a posição de agentes religiosos a serviço da religião capitalista

Ao buscarmos situar o pensamento de importantes lideranças de igrejas neopentecostais, tais como Edir Macedo, Silas Malafaia, entre outras lideranças religiosas, percebemos a vertiginosa influência do seu apoio a necropolítica levada a efeito pelo atual desgoverno Bolsonaro. Já durante a campanha presidencial, estes atores religiosos não escondiam sua simpatia e seu apoio a candidatura Jair Bolsonaro. Diversos são os links que constituem exemplos ilustrativos desta posição. Cumpre ter sempre presente que o comportamento adesista a campanha de Jair Bolsonaro, do ponto de vista dos grupos religiosos, não se restringe às vertentes neopentecostais – que alguns preferem chamar de pós-pentecostais -, vários outros grupos cristãos, reformados e católicos, também aderiram ao bolsonarismo, mesmo tendo amplo conhecimento dos vídeos que sua campanha fazia circular, apresentando-o frequentemente a simbolizar com as mãos sua aposta nas armas, seu desdém pelos pobres (pelos negros, pelos povos indígenas, pelos membros da comunidade LGBT e pelas mulheres...), além de sua sólida afinidade com os ricos, com os poderosos, com o mundo financista. Nada disto, contudo, conseguiu sensibilizar pastores, bispos, padres e outros ministros, pelo menos para uma posição de aparente neutralidade, inclusive entendendo estar ao seu alcance a oportunidade de não apoio a nenhuma das candidaturas finalistas.

Não foi este o seu caminho, não foi esta sua escolha. O que se viu e se tem visto, de lá para cá, é uma sucessão de apoios diretos e indiretos à figura do então candidato Bolsonaro. Isto pode ser compreendido, à luz das próprias fontes bíblicas – vétero e neotestamentária? Depende do modo de interpretá-las.

Ao lermos textos escritos por teólogos e teólogas de referência, dentre os quais nos restringimos a mencionar apenas duas figuras – a do teólogo José Comblin e a do teólogo José Antonio Pagola – podemos observar que, em várias de suas pesquisas, eles apontam o comportamento dos doutores da lei e dos fariseus. Tinham na ponta da língua citações para as mais situações mais embaraçosas, tratavam de citar apenas aquelas passagens que lhes conviessem, ocultando ou omitindo passagens substantivas dos profetas tais como Isaías, Jeremias, Amós, Miquéias, além do grande profeta Jesus de Nazaré. Fingem, a todo o momento, estar cumprindo os preceitos mais sagrados, enquanto, não raramente, suas atitudes constituem uma flagrante negação das fontes evangélicas, no que elas têm de mais substancial.

A esta gente, Jesus de Nazaré costumava dirigir-se com uma sagrada iracúndia, como podemos perceber em alguns episódios evangélicos: “este povo me louva com os lábios, mas longe de mim está o seu coração!” Impactante, igualmente, a este respeito, é o capítulo 23 de Mateus, onde se encontra uma lista de invectivas contra os “grandes” daquela religião:

Mas ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que fechais aos homens o reino dos céus; e nem vós entraís nem deixais entrar aos que estão entrando.

Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que devorais as casas das viúvas, sob pretexto de prolongadas orações; por isso sofrereis mais rigoroso juízo. Mateus 23:13,14 (...)

Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que dizímais a hortelã, o endro e o cominho, e desprezais o mais importante da lei, o juízo, a misericórdia e a fé; deveis, porém, fazer estas coisas, e não omitir aquelas. Mateus 23:23

Em uma sociedade composta por parcelas significativas da população envolvidas no processo permanente de formação de sua consciência crítica, essas lideranças religiosas (pastores,

bispos, padres e outros) não ensejariam maiores estragos. Sucede, todavia, que não é o caso da sociedade brasileira, que apresenta alto índice de analfabetismo não apenas de letras, mas, sobretudo analfabetismo funcional e político. É fundamentalmente a esta gente que se destinam numerosas e frequentes “fake news”, forjadas por grupos ideológicos comprometidos com a institucionalização da mentira como forma principal de dominação, na esteira de grandes ideólogos nazi-fascistas, a exemplo de Goebbels. Por meio do uso e abuso intensivo de “fake news”, a elite escravagista, apoiada também pelo seu braço religioso, passa a transmitir uma verdadeira desfiguração da realidade concreta, para o que também se vale de sórdidos mecanismos de combate visceral à ciência, a fatos históricos, a conhecimentos já consolidados.

Sendo assim, tais lideranças religiosas despontam como relevantes forças que potencializam os efeitos perversos desta necropolítica, a medida que se valem de valores religiosos de grande alcance para os segmentos mais vulneráveis e mais suscetíveis deste tipo de influência. Esta elite passa a encher-se de atrevimento, improvável em situações normais, dispondo-se a contrapor-se a orientações científicas, como a esfericidade da terra, a necessidade de seguir orientações científico-tecnológicas em relação a tratamento de saúde, a mecanismos consolidados de gestão pública, usando e abusando para tanto de interpretações religiosas, inclusive no campo das igrejas cristãs, de modo a apoiarem cegamente as orientações mais esdrúxulas de dirigentes políticos completamente alucinados.

A mais recente campanha eleitoral realizada no Brasil constitui um atestado de como atuaram várias igrejas cristãs-neopentecostais, católicas e outras denominações, clamando pela votação de figuras cujo perfil já se apresentava com meridiana clareza durante a campanha presidencial, não faltaram pastores,

padres e até bispos a, de modo direto ou indireto, induzirem seus fiéis a uma votação maciça na candidatura de Jair Bolsonaro, falso pretexto de que não tinham outra escolha, quando se sabe que ninguém está obrigado a votar em opções A ou B, até porque neste caso, poderiam e até deveriam ter se absterido, de algum modo.

Associadas a estas experiências profundamente funcionais à religião do capitalismo, a mercantilização da vida, se acham tantas outras estratégias concebidas e maciçamente difundidas, tanto pela mídia corporativa, quanto sobretudo pelas redes sociais controladas pelos sumos sacerdotes do mercado. Como exemplo ilustrativo destas estratégias necropolíticas, podemos destacar as iniciativas incessantes do marketing digital, de despertar em seus numerosos destinatários vulneráveis a uma sistemática influência desta religião do mercado capitalista, criar “necessidades” mil, para cuja satisfação o mercado ou o marketing digital oferece uma infinidade de receitas, de produtos, opções fortemente consumistas.

E isto é feito de modo bastante sistemático e planejado, com alto potencial persuasivo, por meio de incessantes curtos vídeos de propaganda para todo tipo de “necessidade” artificialmente criada, com a intenção de auferir lucros em cima dos destinatários desavisados ou suscetíveis a “fake news”. Intrigante nesta armadilha é a percepção de valores falsos como uma suposta generosidade, por parte destes propagandistas, oferecerem sua alquimia de felicidade “gratuitamente” a quem se disponha a comprá-las, como se operadores bem sucedidos na movimentação das bolsas de valores e outras ofertas do mercado-praticados como verdadeiros cultos a Mamom – estivessem preocupados com a felicidade de seus destinatários, razão pela qual, dizem, dedicam seu “precioso” tempo a ajudarem os seus

destinatários a serem ricos, em pouquíssimo tempo, e felizes para o resto da vida...

A contribuição de Walter Benjamin, potencializada pela heurística leitura de Michael Löwy

Em busca de uma compreensão das raízes mais fundas deste comportamento, valemo-nos de pesquisadores e pesquisadoras que se tem consagrado à tarefa de buscar uma compreensão mais objetiva deste comportamento. No próprio Michael Löwy, buscamos apoio na esteira de Marx e Engels, que ele aponta como os fundadores da sociologia da religião, bem como de outros autores como Ernst Bloch (1885 – 1977), Walter Benjamin (1892 – 1940), Max Weber (1864- 1920) e outros. A este propósito, aliás, convém sublinhar o contexto propício deste tipo de reflexão, tomando em conta o período vivido por estes coetâneos, além dos quais vale lembrar Hannah Arendt (1906 – 1975), Theodor Adorno (1903 – 1969), Max Horkheimer (1895 – 1973), Karl Mannheim (1893 – 1947). Além de coetâneos, vários deles eram amigos.

Com efeito, tivemos a oportunidade de acompanhar mais de uma dezena de vídeo-conferências ou de vídeo-cursos em português, em francês, em espanhol, ministrados por Michael Löwy. Em diversas circunstâncias de fato, estamos diante de um sociólogo que se tem destacado entre os mais penetrantes na compreensão do fenômeno religioso, especialmente das religiões cristãs, tornando-se uma das principais referências de autores marxistas. Nesta área dentre os autores mais destacados nos escritos e nas exposições feitas por Michael Löwy, tem um lugar excepcional os nomes de Ernst Bloch e de Walter Benjamin. Acerca deste último, por exemplo, cuidou de reunir em uma

coletânea diversos escritos acerca de como Walter Benjamin lidava com a questão teológica.

O entusiasmo com que Löwy vem se dedicando a décadas aos estudos da obra de Benjamin, constitui um fator suplementar de credibilidade, não bastasse o fato de ele próprio haver entrevistado interlocutores relevantes de Benjamin, como o fez em relação a Ernst Bloch e a György Lukács. A quem acompanha sua trajetória de pesquisador, não surpreende a atenção dedicada a Benjamin, não só pela tocante atualidade dos seus escritos, como também por particularidades excepcionais, seja no campo do papel teológico, seja em relação a contundente crítica de Benjamin ao capitalismo, inclusive como portador de alto potencial deletério não só em relação aos humanos como também em relação à natureza (o capitalismo como “assassino da natureza”).

Aqui, nos deteremos mais especificamente em um dos fragmentos de Walter Benjamin, dentre vários outros que Michael Löwy reuniu em uma coletânea intitulada “O capitalismo como religião”, editada pela Boitempo, em 2013. Não se trata propriamente de um ensaio ou mesmo de um texto originalmente pensado a ser publicado, lembra Löwy. Em verdade, Walter Benjamin escreveu este fragmento tendo como alvo um único destinatário, o próprio autor. Trata-se de um breve texto com poucas páginas (3 ou 4 páginas), em que Benjamin se limita a fazer anotações, indicando alguns autores, dos quais citava apenas o número da página das respectivas notas, não se tratando propriamente de citações. Isto sugere as enormes dificuldades para qualquer leitor, uma vez que somente o único destinatário poderia compreender, com precisão, suas anotações. Mesmo assim, um pesquisador refinado e respeitoso como Michael Löwy conseguiu extrair relevante entendimento,

que ele compartilha, seja por escrito, seja por videoconferência. Os aspectos mais fortes que Löwy acentua, passo a rememorar.

Remetendo, em suas anotações, a figuras como Ernst Bloch, Benjamin deixa perceber que, diferentemente de autores como Max Weber, que sublinhava o capitalismo como tendo sido condicionado e favorecido pelas práticas puritanas do protestantismo, para Benjamin, contudo, o capitalismo não apresentava apenas aproximações com o protestantismo, mas ele próprio (o capitalismo) se organizava em forma de religião, a religião do capitalismo. Indo além da conhecida interpretação weberiana, segundo a qual há uma estreita afinidade entre a ética Protestante e o desenvolvimento do capitalismo, Benjamin, neste seu famoso fragmento, datado de 1921, entende que o capitalismo se comporta, ele próprio, como uma religião. O capitalismo apresenta uma essência religiosa, caracterizada por alguns elementos sublinhados por Benjamin. Um primeiro traço característico da religião do capitalismo é que ele se faz como um culto, mais do que como uma doutrina.

O culto à religião do capitalismo se faz, por exemplo, no âmbito das bolsas de valores espalhadas pelo mundo, também no Brasil. O culto ao capitalismo também se presta por meio dos grandes negócios empresariais, também na instituição das indústrias como relevante fonte de renda para o Deus do capital. Acerca das ultrajantes condições desumanas das fábricas inglesas, vale lembrar a invectiva cáustica contra a religião capitalista ensaiada por Karl Marx, no “Capital”, Livro I, capítulo X, onde trata sobre a jornada de trabalho então vigente. Ao abordar o tema das fábricas, ele assinala que tais condições superam o próprio inferno dantesco (referência à Divina Comédia, de Dante Alighieri, especialmente ao verso “você que entram aqui, deixem fora toda a esperança exclamação”. O capitalismo também se apresenta como uma religião ao prestar

culto ao dinheiro, considerado seu Deus, o Deus Mamon, do qual as cédulas ou as moedas são tratadas como objeto de culto, à semelhança do que se passa em relação a imagens de Santos, no contexto do catolicismo.

Não se trata apenas de um entre outros cultos, mas de um culto prestado incessantemente, dia e noite, do nascimento à morte, um culto permanentemente prestado pelo Deus do capital, “ sem trégua e sem piedade”. Convém lembrar que, no conceito de capital formulado por Marx, o dinheiro constitui uma de tantas formas, nem é a principal, em relação a outros componentes, tais como a propriedade fundiária, as indústrias, os bancos. Mas, na época em que Walter Benjamin redige este seu texto (“O capitalismo como religião”), ele ainda não se entendia como um marxista, ainda que que tivesse posição anarquista próxima da visão marxiana.

Ainda na concepção de Benjamin sobre o capitalismo atuando como uma religião, no mesmo fragmento, ele alude a um outro traço que ele considera relevante na estrutura capitalista enquanto religião: trata-se do sentimento da dívida ou da culpa (“Schuld”) – estes dois conceitos aparecem, na língua alemã, com a mesma grafia. Os diversos sujeitos que se acham envolvidos na rede da religião capitalista são marcados por um profundo sentimento de culpa ou de endividamento. Todos são culpados todos se acham endividados, e de maneira insuperável, levando a todos ao extremo desespero. Eis por que não é inapropriada a alegoria que Marx atribuíra à imagem do inferno, as fábricas do capitalismo.

Em seu fragmento e em outros escritos posteriores, Benjamin sinaliza uma compreensão que se vai aprimorando sobre a realidade do capitalismo, enquanto religião. Para tanto, é relevante perceber, na bibliografia por ele citada, em seu fragmento, registra o aparecimento de figuras (quase todas

representativas do movimento do Romantismo, em suas diferentes vertentes). Recorre, por conseguinte, a representantes do Romantismo, tanto a figuras identificadas com uma vertente reacionária, como é o caso do filósofo alemão Franz von Baader, como a figuras da corrente revolucionária, como é o caso de Marcel Brion. Vale a pena destacar o que de cada um deles Walter Benjamin recolhe, como inspiração, para reforçar o argumento chave de sua tese acerca da essência religiosa do capitalismo.

Em relação ao filósofo von Baader, cuida de destacar passagens de sua obra dotadas de fortes imprecações e invectivas contra o sistema capitalista, tomando como um sistema de destruição dos seres humanos. Curioso é sublinhar que, em certo sentido, suas proféticas invectivas contra o sistema capitalista vão coincidir com alguns traços da posição de Karl Marx sobre o mesmo sistema. Em relação a Gustav Landauer, Benjamin também procede de modo a ressaltar passagens luminosas deste filósofo, a denunciar o caráter deletério do capitalismo, por meio também de sua dimensão religiosa.

Autor de textos de uma notável diversidade temática, alguns deles com estilo hermético, o reconhecimento do pensamento de Benjamin se dá “post mortem”, Ele figura na lista dos chamados autores de “fama póstuma” (Hannah Arendt). Mesmo assim, Benjamin alcança reconhecimento, por motivos diversos: uns acentuam nele a sensibilidade artística; outros o vêem como crítico literário. Para Michael Löwy, a avaliação recai no conjunto de seu legado, como filósofo da história, como filósofo político e como filósofo da religião. Além disto, Löwy, a justo título, entende que sua melhor recepção se deu ou se dá na América Latina, especialmente, por meio da Teologia da Libertação.

Reconhece, todavia, que os principais teólogos da libertação têm com Benjamin uma afinidade eletiva, tais como

Franz Hinkelammert, Hugo Assmann, Enrique Dussel, Jung Mo Sung. Antes deles, há de se notar outro filósofo peruano, José Carlos Mariátegui (1894 – 1930). Do ponto de vista latino-americano, entendemos um ganho especial da inspiração benjaminiana, seja no que diz respeito ao ecossocialismo, seja com relação ao paradigma do “buen vivir”.

Pontos de arremate

Tomemos este último item como um ponto de arremate. Quem se quer comprometido com o processo de busca e de caminhos de superação da barbárie capitalista, manifesta também por meio da religião do capitalismo, cuida de recorrer inevitavelmente à memória histórica dos oprimidos. Além disto, trata de fazê-lo junto com as forças sociais grávidas de transformação, à cata de um novo modo de produção, de um novo modo de consumo e de novo modo de gestão societal. Neste sentido, tratemos de sublinhar pontos-chave que podemos recolher desta reflexão, inclusive do frutuoso diálogo de Walter Benjamin, potencializada pela percuciente análise por Michael Löwy dos textos de Benjamin.

Em primeiro lugar, vale ressaltar a dinâmica organizativa do sistema capitalista, atuando nas mais distintas esferas da realidade social, econômica, política, e religiosa. Nunca é demais reforçar nossa memória, no sentido de entender a íntima conexão, ligando todas essas esferas da realidade, marcada pelo sistema capitalista. Aqui tomamos sua dimensão religiosa, fazemos conscientes das dinâmicas e interações que o braço religioso do capitalismo não tem com as demais dimensões deste sistema. No caso específico de uma reflexão centrada principalmente em sua dimensão religiosa, podemos observar a força espantosa acumulada por diversas igrejas cristãs, inclusive

a Igreja Católica, em várias de suas expressões, em especial a ligada mais diretamente à vertente neopentecostal.

Com efeito, as principais lideranças destas igrejas vem acumulando, seja nos espaços dos templos, seja pelas numerosas emissões televisivas e radiofônicas, além de sua atuação notável nas redes sociais, seu potencial extremamente funcional ao modo de organização capitalista, inclusive em sua face mais deletéria, do mesmo. É, por conseguinte, vasta a lista de programas e emissões em que seu potencial ideológico corroborador do espírito capitalista se manifesta, de modo impactante seus cultos, não raramente, nos remetem à reflexão de Benjamin, em diálogo com outros filósofos. Acompanhando a emissões radiofônicas, televisivas e pelas redes sociais, protagonizados por lideranças religiosas de referência, assistimos, com frequência, ao uso e às vezes abuso de estratégias de obtenção de dinheiro ou de vantagens econômicas, sempre ou quase sempre a pretexto de servir ao mesmo Deus.

Iniciativas e estratégias múltiplas são utilizadas, justificativas não faltam, pois sempre retiram de sua caixa de auto justificativas explicações bíblicas para todas estas iniciativas, que vão desde a organização de grandes encontros com empresários, a pretexto de oração especial, até propaganda de produtos e objetos os mais diversos, inclusive água, que se transforma no objeto lucrativo, em não poucas destas experiências religiosas. Quando recuamos na história, inclusive na da Reforma, percebemos a força profética de figuras emblemáticas da Reforma Protestante contra as estratégias de lucro mantidas pela Igreja Católica Romana, em especial por meio da venda de indulgências. Ficamos a pensar no que figuras como a de Martinho Lutero e a de Thomas Müntzer, entre tantas outras, teriam a dizer sobre estes abusos cometidos, em Nome de Deus.

Entre os textos que inspiraram Walter Benjamin, em seus escritos, se acha um, de autoria de Marcel Brion, biógrafo do Frei Bartolomeu de Las Casas. Seria fortemente recomendável a releitura das denúncias aterradoras que Las Casas faz, em seu livro *ISTORIA ò Brevissima Relatione DELLA DISTRUTTIONE dell'Indie Occidentali* (<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/lb000174.pdf>) em relação à sanha assassina dos colonizadores espanhóis contra os povos originários da América, situação ainda pior do que a atribuída a Marx ao inferno das fábricas, na Inglaterra, do século XIX. Tudo em nome de Deus... Tanto é verdade que em um dos capítulos da obra de Las Casas, vem registrado um diálogo entre um representante dos colonizadores e o cacique Hatuey, em que este, após ouvir falar de céu e inferno, “encontrou forças para perguntar: – Os espanhóis também vão para o céu dos cristãos? – Sim, claro – disse Olmedo. – Então eu não quero o céu. Quero o inferno. Porque lá não estarão e lá não verei tão cruel gente.”

Com relação à contribuição consistente oferecida pela reflexão e pelos escritos de Benjamin, entre outros, somos instados a convidar muitas outras pessoas a também se debruçarem sobre tão densas reflexões, em especial como um tema a ser priorizado pelas forças sociais historicamente vocacionadas a protagonizar as mudanças desejáveis. Entre estas forças, ressaltamos a dos movimentos sociais populares, no sentido de levarem a termo uma extensa retomada, em novo estilo, do seu processo organizativo, formativo e de lutas, junto às classes populares do campo e da cidade.

João Pessoa, 12 de abril de 2020.

Capítulo 14

*Desgoverno se exhibe a todo o mundo. Planta o caos,
prega a guerra, espalha a morte*

Se alguém duvidava dos malfeitos
Este encontro fatídico o desfaz
Pois se afasta da pauta, mais e mais
Ataques em série então são feitos
Em afronta visível ao direito
Sem que o chefe contenha ou mesmo aborte
A gravíssima ofensa feita a Corte
Termos chulos desferem-se, em tom rotundo
*Desgoverno se exhibe a todo o mundo
Planta o caos, prega a guerra, espalha a morte*

O pretense encontro de gestão
Transformou-se em rinha troglodita
Seu projeto ao Brasil desacredita
Um retrato fiel assim nos dão
Interesses dos seus, busca o chefão
O país vê se entregue a própria sorte
Presidência só cuida dos mais fortes
Ambiente e saúde, moribundos
*Desgoverno se exhibe a todo mundo
Planta o caos, prega a guerra, espalha a morte.*

Outro ponto de pauta insolente
Desse encontro sinistro divulgado

Foi o tom militar do Magistrado
Defendendo armar a nossa gente
E em tom arrogante, prepotente
Descortés, agressivo sem trato fino
Pra cristãos, verdadeiro desatino
E se engana, aquele que consente
A traição a Jesus, abertamente
Quem nas armas confia seu destino

Tanta fome, saúde, educação
Temas-chave que foram relegados
O rentismo aí tem seu delegado
E o filé do orçamento sempre terão
Tudo aposta na privatização
Os ministros lhe servem de suporte
A não ser que seu plano o povo entorte
Libertando o país do lodo imundo
Desgoverno se exhibe a todo mundo
Planta o caos, prega a guerra, espalha a morte

Da República distante, a reunião
Bem mais próxima se achou de um covil
Interesses escusos eram mil
Exceção se havia, não vi não
Presidente impunha opinião
Com palavras rasteiras e sem corte
Ante servos silentes, nada fortes
Presidente falando furibundo
Desgoverno se exhibe a todo mundo
Planta o caos, prega a guerra, espalha a morte

Duas horas de vídeo e gente rude

Conduzindo o país pra cova rasa
Devastando a Natura, nossa casa
Mesmo assim, 'inda um terço se ilude
Pouco importa se vão pro ataúde
Que os dois terços procurem e achem o Norte
Que o povo da paz também exorte
Pois planeta só um, não há segundo
Desgoverno se exhibe a todo o mundo
Planta o caos, prega a guerra, espalha a morte

João Pessoa, 25 de maio de 2020

Capítulo 15

*Apostar nos valores mais perversos só rebaixa os
humanos e a Mãe-Terra*

***Novo Nero é sujeito-ente plural
Reduzi-lo a um só é fantasia***
*Pois somente a ingênuos serviria
Importante indicar raiz do mal
Reverter esta quadra infernal
Apostar só em quem está na “serra”
Sem punir figurão que tanto berra
E no crime mantém-se sempre imerso
Apostar nos valores mais perversos
Só rebaixa os humanos e a Mãe-Terra*

*Violento, arrogante, mentiroso
Plutocrata, racista, delinquente
Homofóbico, incapaz, insana mente
No sofrer da mãe Terra sente gozo
Ser misógino, necrófilo, odioso
Tem prazer, todo dia, em gerar guerra
A regime nazista bem se aferra
Vive longe da arte, odeia versos
Apostar nos valores mais perversos
Só rebaixa os humanos e a Mãe-Terra*

*Ao poder do império está sujeito
Infiel, desdenhando a própria gente*

*Sem postura, mendaz, irreverente
Favorece a seu fã, em qualquer pleito
Mesmo a custa do povo que o fez eleito
Segue sempre recurso à motosserra
Contra índios e negros sempre berra
Patriota se sente: é o reverso
Apostar nos valores mais perversos
Só rebaixa os humanos e a Mãe-Terra*

*Com frequência, rebaixa seus amigos
Muitas vezes, o faz publicamente
Sem remorso, pois culpa alguma sente
A figuras qual Nero, às vezes ligo
Seus mais próximos, já viram inimigos
Faz promessas, em meio dessas guerras
Volta atrás insania encerra
Algo diz, e declara o inverso
Apostar nos valores mais perversos
Só rebaixa os humanos e a Mãe-Terra*

*Quem investiu, afinal, na triste via
Embarcando de vez nessa jogada
Só agora se sente atraçoada
Por aquele que do plano se desvia?
Posição que se mostra bem vazia...
E ao próprio agora movem guerra
Tal postura um engodo então encerra
Em sua onda surfaram estando imersos
Apostar nos valores mais perversos
Só rebaixa os humanos e a Mãe-Terra*

João Pessoa, 14.05.2020

Capítulo 16

“Paulo Freire – polifonia para compreender e agir no mundo” : notas de uma exposição.¹⁸

Paulo Freire segue a atizar, como fagulha de uma utopia libertária, as esperanças militantes de que um “outro mundo é possível” e necessário. Bem ilustram essa afirmação as inúmeras experiências de grupos de estudos e de pesquisas espalhados pelo Brasil, pelo Nordeste, pela Paraíba. Só na Paraíba, temos registros de grupos atuando, já há algum tempo, no Litoral, no Agreste e no Sertão. Na UFPB, por exemplo, mais precisamente no Campus de Rio Tinto-Mamanguape, vem tendo lugar uma dessas fecundas experiências de Grupo de Estudos freireanos, inclusive pela promoção de círculos de cultura, desaguando em momentos mais fortes de síntese dessas experiências, tal como se deu nos últimos dias de outubro recém-findo, por meio de conferências, grupos de trabalho, oficinas, exposições de “banners” e atividades artístico-culturais.

Tive a oportunidade de participar, com outros colegas, de uma dessas Mesas, cujo tema proposto foi “Paulo Freire – polifonia para compreender e agir no mundo. Cuido de resumir de que modo busquei glosar o mote proposto. Poética, a forma como foi proposto o tema da Mesa. Por certo, a experiência existencial e o legado de Paulo Freire bem inspiram um chamamento à polifonia e, mais do que isso, a uma sinfonia a ser protagonizada por distintos sujeitos (coletivos e pessoais). “Polifonia”, como sugere a própria etimologia, enseja uma pluralidade de vozes,

ou de sujeitos a expressarem seus projetos, seus sonhos. Eis um primeiro passo, na busca de atendimento ao apelo freireano.

Pensando melhor, inspirados pelo próprio Freire, damo-nos conta de que, melhor do que “polifonia” (sentido de pluralidade de vozes), é a expressão “sinfonia”, que, além de supor a mesma pluralidade de vozes, também pressupõe uma afinação de vozes, de sujeitos, atendendo, assim, ainda melhor, ao seu sentido de diálogo, como expressão que vai além da mera pluralidade de sujeitos a expressarem seus desejos, à medida que os convoca a interagirem, a uma atenta escuta da palavra do outro, seguida de uma resposta. Em ambos os movimentos (o de ouvir e o de falar), estando os pólos interagentes dispostos a aprender com o outro, passando a incorporar novas contribuições, num verdadeiro exercício de interculturalidade.

Enquanto na mera ação de multiculturalidade (polifonia)– quantas vezes já nos alertava João Francisco de Souza, a esse propósito! – temos a expressão individual de vários sujeitos, para que se dê, contudo, um exercício de interculturalidade, é necessário que os interlocutores interajam, se deixem tocar pela palavra do outro, se façam dispostos e abertos à novidade, buscando incorporá-la em seu aprendizado. De tal esforço de sintonia são chamados a participar, não apenas os iguais, mas também os diferentes, desde que não se trate de antagônicos (debater agroecologia com as forças do hidro-agronegócio parece perda de tempo...

Em nosso caso concreto, a partir do mote que nos é oferecido, algumas questões emergem:

- qual seria mesmo o sentido ou o alcance de uma tal empreitada?
- quais são seus protagonistas?

– quais são as prioridades e modos de alcançá-las?

Na perspectiva freireana, qualquer iniciativa desse porte passa por uma intencionalidade, por um projeto político, indo além de sua dimensão estritamente estética. Todo empenho na produção de uma polifonia ou de uma sinfonia é bem-vindo, inclusive pela sua dimensão estética. Ocorre que, em Freire, (quase) tudo passa por uma dimensão (também) política, de transformação social, do mundo, das pessoas, sempre numa perspectiva de aprimoramento. Há, pois, de se ter claro o horizonte dessa sinfonia: produzir uma sinfonia para quê, para quem? Para que tipo de mundo? Para que tipo de sociedade? Para que tipo de ser humano?

Sendo o horizonte freireano o da incessante busca de uma nova sociabilidade, forjada por um novo homem, uma nova mulher – um “novo mundo possível” e necessário -, é fundamental que tal busca se processe a partir da ótica dos “de baixo”, dos economicamente explorados, dos politicamente dominados, dos culturalmente marginalizados, dos/das que se indignam contra toda injustiça, inclusive contra os ataques à dignidade do Planeta. Daí a importância de se forjar uma sinfonia com os sujeitos próprios dessa construção, seja na dimensão das relações sociais de gênero, no âmbito étnico, no horizonte geracional, na perspectiva das relações com a Mãe-Natureza, nas relações com o Sagrado, na dimensão da Cidadania, no terreno das relações de Trabalho...

Em cada uma dessas (e de outras) dimensões, há sujeitos (coletivos e individuais) que participam como protagonistas dessa mesma empreitada. Se somente os “de baixo” têm interesse concreto de mudar o atual modo de produção, de consumo, de gestão e de relação com a Natureza, é só com eles e graças ao seu protagonismo – dos movimentos populares, das organizações de

base de nossa sociedade – que conseguiremos dar conta desse desafio. Em outras palavras, não será pela (vã) expectativa de que seus projetos venham a ser implementados pelo Mercado ou pelo Estado (ambos representantes e componentes essenciais do Capitalismo), mas, ao contrário, apenas na proporção em que o fazem, ciosos de sua autonomia relativa em face de ambos, por meio de estratégias e lutas que respondam, de forma coerente, ao espírito de seus objetivos.

Forjar uma nova sociabilidade implica um projeto a longo, médio e curto prazos, alcançando distintas gerações, ao mesmo tempo em que, já a partir de agora, se comece a gestar esse processo, inclusive graças a iniciativas moleculares das relações do cotidiano. Em vão buscamos construir uma nova sociabilidade por caminhos outros que também não sejam coerentes na postura e nos meios em que se vai buscando construir. Só alcançaremos um horizonte de Liberdade também por caminhos e posturas de homens e mulheres renovados. Ou em incessante renovação.

Por onde começar? Que prioridades definir? São questões pertinentes. Por maior que seja o nosso apreço ao legado de bravos movimentos do passado, e mesmo por venerandos pensadores clássicos, bem sabemos que os desafios presentes não exatamente iguais aos por eles enfrentados em seu tempo. Desafios tais como os que nos são hoje colocados pelas relações sociais de gênero, pelas relações de etnia, pelas relações de espacialidade, pelas relações geracionais, pelas relações de Trabalho, na atual conjuntura, entre outras, merecem atenção especial, bem como formas distintas de organização e de enfrentamento. Isto supõe, por exemplo, um enorme esforço, não apenas de caráter organizativo e de mobilização, mas também no enfrentamento dos desafios do processo formativo, na perspectiva de Educação Popular, na ótica freireana.

Um processo formativo que nos propicie aprofundar, de modo contínuo, e sempre na perspectiva dos “de baixo”, questões tais como memória (a memória perigosa dos movimentos sociais populares, o legado dos bons clássicos...), a práxis do compromisso, a mística revolucionária, em vista da incessante construção dos nossos sonhos. Se em Freire, é tão forte a inquietação com a leitura de mundo, hoje somos instigados, não apenas a uma releitura do mundo, como também a uma reescrita do mundo, a partir de nossa práxis coletiva e pessoal de cada dia, como nos alerta a famosa Tese 11 do velho Marx...

Sobre o Comitê Editorial do livro

Ane Flávia de Souza Rodrigues

Pedagoga, formada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal da Paraíba, na linha de Educação Popular. Membro do grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR /UFPB).

Edileuza Ricardo da Silva

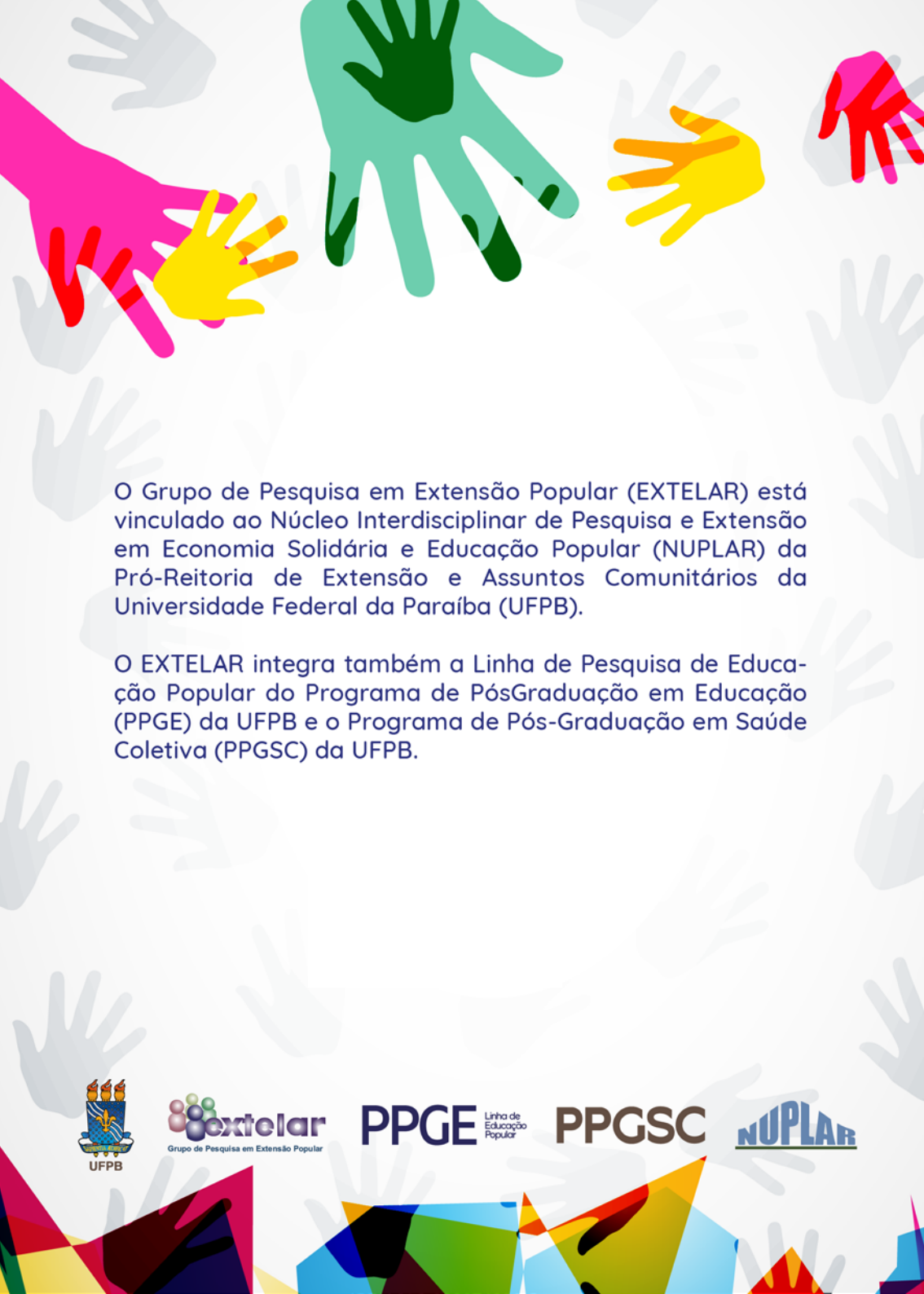
Pedagoga, formada pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/campus III). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal da Paraíba, na linha de Educação Popular. Membro do grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR/UFPB). Coordenadora Pedagógica na rede privada de ensino (município de Alagoinha/ PB). Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (UFPB/virtual). Especialista em Orientação e Supervisão Educacional (Facisa/CBPEX).

Klebson Felismino Bernardo

Pedagogo, formado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal da Paraíba, na linha de Educação Popular. Membro do grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR /UFPB).

Pedro José Santos Carneiro Cruz

Doutor em Educação/UFPB. Professor do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Educação (na linha de Educação Popular) e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Líder do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR/UFPB/CNPq).



O Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) está vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O EXTELAR integra também a Linha de Pesquisa de Educação Popular do Programa de PósGraduação em Educação (PPGE) da UFPB e o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) da UFPB.



UFPB



Grupo de Pesquisa em Extensão Popular

PPGE

Linha de
Educação
Popular

PPGSC

NUPLAR